

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DAYANNA PEREIRA DOS SANTOS

**A ESTRUTURAÇÃO PSÍQUICA NOS AUTISMOS: O
ENODAMENTO ENTRE REAL, SIMBÓLICO E IMAGINÁRIO**

Goiânia
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

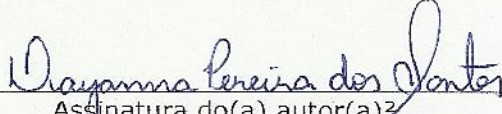
Nome completo do autor: DAYANNA PEREIRA DOS SANTOS

Título do trabalho: A ESTRUTURAÇÃO PSÍQUICA NOS AUTISMOS: O ENODAMENTO ENTRE REAL, SIMBÓLICO E IMAGINÁRIO

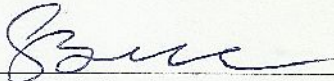
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 29 / 06 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

DAYANNA PEREIRA DOS SANTOS

**A ESTRUTURAÇÃO PSÍQUICA NOS AUTISMOS: O
ENODAMENTO ENTRE REAL, SIMBÓLICO E IMAGINÁRIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: Fundamentos dos Processos Educativos

Orientador: Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli.

Goiânia
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

SANTOS, DAYANNA PEREIRA DOS

A constituição psíquica nos autismos: o enodamento entre real,
simbólico e imaginário [manuscrito] / DAYANNA PEREIRA DOS
SANTOS. - 2018.

150 f.


Orientador: Profa. Dra. Cristovão Giovani Burgareli.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2018.
Bibliografia.

1. infans. 2. falante. 3. estruturação subjetiva. 4. nó borromeano. 5.
autismos. I. Burgareli, Cristovão Giovani, orient. II. Título.

CDU 37

ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE TESE DE DAYANNA PEREIRA DOS SANTOS – Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito (19/06/2018), às 14h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **Cristóvão Giovani Burgarelli**, orientador, doutor em **Linguística** pela UNICAMP; Prof^ª. Dr^ª. **Ângela Maria Resende Vorcaro**, doutora em **Psicologia** pela PUC-SP, Prof^ª. Dr^ª. **Maria Alice de Sousa Carvalho**, doutora em **Educação** pela UFG; Prof^ª. Dr^ª. **Anita Cristina Azevedo Resende**, doutora em **Ciências Sociais** pela PUC-SP e Prof^ª. Dr^ª. **Susie Amâncio Gonçalves de Roure**, doutora **Educação** pela UFG para, em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da tese intitulada: “**A estruturação psíquica nos autismos: o enodamento entre real, simbólico e imaginário**”, em nível de Doutorado, área de concentração em **Educação**, de autoria de **Dayanna Pereira dos Santos**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida à autora da tese que, em 30 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1537/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a tese foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **DOUTORA EM EDUCAÇÃO** pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da tese na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 18h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de tese e, para constar, eu, Marizeth Ferreira Farias, secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.


Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli
Presidente – FE/UFG


Prof^ª. Dr^ª. Ângela Maria Resende Vorcaro
Membro – UFMG


Prof^ª. Dr^ª. Maria Alice de Sousa Carvalho
Membro – CEPAE/UFG


Prof^ª. Dr^ª. Anita Cristina Azevedo Resende
Membro – FE/UFG


Prof^ª. Dr^ª. Susie Amâncio Gonçalves de Roure
Membro – PPGP/FE/UFG

À Luiza, minha luz...

Agradecimentos

A Deus, que é amor.

Ao Prof. Cristovão Giovani Burgarelli, orientador de mestrado e doutorado, por todos esses anos de formação. Obrigada por escutar minhas inquietações e dar um lugar a minha pesquisa.

À Prof.^a Angela Vorcaro, por ter-me acolhido tão bem e confiado em mim, pela generosidade, pelas intervenções decisivas na escrita do trabalho.

Aos demais professores da banca por seus comentários valiosos e por sua disponibilidade.

Aos colegas do grupo de estudo e pesquisa *Entraste*, pelos profícuos momentos de leitura e discussão.

À minha família, e aos amigos, em especial, Cleberson e Renata, pelo cuidado e incentivo desde o princípio do doutorado.

À amiga de sempre, Elis Regina, pela escuta em todas as passagens.

Ao Cleber, pelo carinho e companheirismo.

RESUMO

Esta pesquisa investiga o processo de elaboração psíquica do que se denomina comumente como passagem do *infans* ao falante, considerada, sob o ponto de vista desta tese, uma operação de estruturação, em que há um *initium* subjetivo dependente da função da fala. A análise parte dos textos iniciais de Freud e da teoria dos nós no final do ensino lacaniano com o intuito de tratar da estruturação subjetiva e, assim, adentrar nas particularidades dos autismos. Esse exercício investigativo traz os conceitos de pulsão, traço unário, *lalangue*, Real, Simbólico e Imaginário com vistas a explicitar que o organismo do bebê sofre a incidência da marca gerada pelos cuidados maternos. Nessas condições, para que o *infans* saia da categoria de puro organismo e se humanize, é preciso que ele se aliene aos significantes vindos do Outro. A par dessa questão, apresentamos a estruturação subjetiva suportada pelo trançamento entre Real, Simbólico e Imaginário cuja incidência de lapsos em sua estruturação é capaz de produzir efeitos como os autismos. Para investigar essa complexa elaboração, partimos dos seguintes questionamentos: O efeito da fala do outro sobre o corpo da criança pode resultar em uma fala à deriva? É possível a criança autista estar na linguagem, mesmo sem a função da fala? Nesse contexto, abordamos a constituição subjetiva sob a lógica do nó borromeano e da trança RSI, evidenciando a estrutura sincrônica da constituição subjetiva e a necessidade de um quarto elo para sua amarração. Tendo em vista que os autistas são reveladores de tais impasses, tecemos algumas considerações acerca do entendimento de que as falhas do nó apenas serão diferenciadas depois do reparo de seus lapsos com o quarto elo. Tal proposição enfatiza uma não-fixação da estrutura psíquica na infância. Defendemos, por fim, que a criança autista está na linguagem, assujeita-se a ela, mesmo que o significante seja apagado em relação ao signo. Além disso, com a finalidade de analisarmos questões vinculadas ao tratamento de crianças pequenas em vias de autismo optamos por apresentar o caso Nádia, conduzido e descrito por Rosine Lefort. Levando em consideração o contexto da Lei 13.438/2017, essa análise evidenciou a necessidade da busca por novas conjecturas acerca do tempo e dos dispositivos implicados tanto no diagnóstico quanto no tratamento das crianças. Isso porque o estabelecimento de um diagnóstico fechado pode causar efeitos negativos ao fixar a ideia da doença no lugar do tratamento. Logo, reiteramos que nossa aposta para o tratamento psicanalítico da criança autista versa sobre a *extração do objeto* como via de acesso na relação entre ela e o analista, privilegiando o movimento da rede significante, a causação de um duplo, a instauração de uma imagem corporal e, ou a formulação de um objeto de suplência.

Palavras-chave: *infans*, falante, estruturação subjetiva, nó borromeano, autismos

ABSTRACT

This research investigates the process of psychic elaboration of what is commonly referred to as passage from the *infans* to the speaker, considered, from the point of view of this thesis, a structuring operation, in which there is a subjective *initium* dependent on the speech function. The analysis starts from the initial texts of Freud and the theory of knots at the end of Lacanian teaching in order to deal with the subjective structuring and, thus, to penetrate the particularities of autism. This investigative exercise brings the concepts of drive, unary trait, *lalangue*, Real, Symbolic and Imaginary with a view to explaining that the baby's body suffers the incidence of the brand generated by maternal care. In these conditions, in order for the *infans* to leave the category of pure organism and humanize itself, it must ally itself with the signifiers from the Other. Along with this question, we present the subjective structure supported by the braiding between Real, Symbolic and Imaginary whose incidence of lapses in its structuring is capable of producing effects such as autism. To investigate this complex elaboration, we start with the following questions: Can the effect of the other's speech on the child's body result in drifting speech? Is it possible for the autistic child to be in language, even without the function of speech? In this context, we approach the subjective constitution under the logic of the Borromean node and the RSI braid, evidencing the synchronic structure of the subjective constitution and the necessity of a fourth link for its mooring. Given that autistic individuals are revealing of such impasses, we have made some considerations about the understanding that node failures will only be differentiated after the repair of their lapses with the fourth link. Such a proposition emphasizes a non-fixation of the psychic structure in childhood. We argue, finally, that the autistic child is in language, is subject to it, even if the signifier is erased in relation to the sign. In addition, in order to analyze issues related to the treatment of young children in autism, we chose to present the Nadia case, conducted and described by Rosine Lefort. Taking into account the context of Law 13.438 / 2017, this analysis evidenced the need to search for new conjectures about the time and devices involved in both the diagnosis and treatment of children. This is because the establishment of a closed diagnosis can have negative effects when fixing the idea of the disease in place of the treatment. Therefore, we reiterate that our commitment to the psychoanalytic treatment of the autistic child is about the extraction of the object as a way of access in the relation between it and the analyst, privileging the movement of the significant network, the causation of a double, the instauration of a body image and, or the formulation of an object of substitution

Keywords: *infans*, speaker, subjective structuring, borromean knot, autism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
DO <i>INFANS</i> AO FALANTE	
1. Por que pensar a passagem do <i>infans</i> ao falante a partir da constituição do aparelho psíquico, aparelho de linguagem e de memória?.....	14
1.1. A incidência da linguagem no corpo.....	20
ESTUTURAÇÃO SUBJETIVA: DO NÓ BORROMEANO À TRANÇA	
2. Por que pensar a constituição subjetiva a partir do nó borromeano e da trançagem entre RSI?.....	56
2.1- A constituição subjetiva: o nó borromeano e a trançagem entre RSI.....	62
OS AUTISMOS E O NÓ BORROMEANO	
3. O que podemos decantar do nó borromeano e das combinações da trança RSI para pensar o autismo?	92
3.1. O que os autismos põem de questão ao nó.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142

INTRODUÇÃO

Penetra surdamente no reino das palavras. Chega mais perto e contempla as palavras. Cada uma /tem mil faces secretas sob a face neutra / e te pergunta (...)Trouxeste a chave? (Carlos Drummond de Andrade, 1983)

O percurso trilhado no mestrado suscitou inúmeras questões sobre a estruturação do psiquismo. Algumas foram respondidas, outras ficaram abertas para um estudo mais aprofundado no doutoramento. Durante o mestrado, foi possível realizar uma análise dos textos freudianos publicados entre 1886-1889. Isso elucidou alguns pontos importantes a respeito da visão de Freud sobre o complexo processo de funcionamento psíquico. Na tentativa de compreender esse fenômeno, Freud apropriou-se, inicialmente, dos termos da neurologia. No entanto, ao longo de sua obra, o psicanalista abdicou dos pressupostos teóricos e clínicos da neurologia e formulou a teoria do aparelho psíquico como um aparelho de linguagem, constituído por “centro funcional”, e não “centro fisiológico” (1891/1977). Em estudos posteriores, Freud chegou à conclusão de que o aparelho de memória (1895, 1896, 1987 e 1900), marcado pela trama de registros mnêmicos, também faz parte do aparelho psíquico.¹

Em *A interpretação das Afasias* (1891/1977), Freud reconheceu a coexistência entre os eventos fisiológicos e os processos mentais não apenas como produtos de causa e efeito, mas como uma relação não reflexiva entre excitação e representação. Nessa perspectiva, o conceito de representação freudiano passou ao largo do desenvolvido pelas correntes filosóficas do século XIX. Segundo Freud, a representação vai além da ideia de imagem reflexa das coisas do mundo. Ela se configura como processo associativo, assim determinado: “a representação da palavra está ligada à representação do objeto com a sua terminação sensorial (mediante as imagens acústicas)” (1891/1977, p.47).

Lacan (1959-1960/1997) apropriou-se dessa noção de representação-palavra e associação-objeto para explicar o mundo das representações [*Vortellungen*]. Conforme ele, esse universo se organiza “segundo leis que não são forçosamente [...] as leis da contradição nem as da gramática, mas as leis da condensação e do deslocamento” (p.80). Isso faz da representação uma elaboração psíquica particular, orientada por princípios próprios em uma relação de dependência com a linguagem. A linguagem, por sua

¹ Para ampliar o que vem sintetizado nesta investigação, conferir Santos (2013).

vez, é tratada por Lacan (1957/1998) como o *habitat* do homem. Nessa lógica, as funções psíquicas advêm da estruturação de uma memória que se constitui, via inscrição das impressões, como rastros, sulcos, facilitações. Há nesse processo uma combinação associativa abalizada pela diferença de seus elementos.

Sob tal lógica, esta pesquisa tem por objetivo investigar o processo de elaboração psíquica comumente denominado de passagem do *infans* ao falante, levando em consideração as particularidades em casos de autismos. Dessa forma, são axiais para esta investigação os textos iniciais de Freud e os de Lacan sobre o funcionamento da cadeia significante e a teoria do nó borromeano, este apresentável como imagem de uma cadeia de três anéis, Real, Simbólico e Imaginário, em que a supressão de um causa o desligamento dos outros dois. Essa representação, todavia, não reduz o nó a um modelo ou a uma imagem. Isso porque, a topologia de borromeu evidencia operações combinatórias das dimensões R, S e I que regem a realidade psíquica.

A partir dessa premissa, procuramos verificar os efeitos da incidência de embaraços nas amarrações/atamentos entre os registros Real, Simbólico e Imaginário da realidade psíquica na operação de estruturação subjetiva. Embora a psicanálise sustente a suposição de um sujeito em constituição no tempo da infância e apresente o funcionamento distintivo da articulação significante da língua, a hipótese levantada é a de que nos casos de autismo há a impossibilidade da demarcação diagnóstica prévia de uma estrutura clínica. Isso acontece devido à posição singular de uma criança em sua relação com alteridade na linguagem

No capítulo 1, *A passagem do infans ao falante*, partimos dos primeiros textos de Freud que tratam a linguagem como instituidora do aparelho psíquico. Nossa hipótese baseia-se nos estudos freudianos sobre as *Afásias* (1911) e no *Projeto para uma psicologia científica* (1895). Nessas elaborações, Freud contrapôs os pressupostos da neurologia em voga acerca do funcionamento psíquico e instituiu os processos primário e secundário, análogos aos sistemas pré-consciente e inconsciente. Destacamos nesse momento as noções de “*necessidades de vida*”, “*ação específica*” e “*experiência de satisfação*”, as quais constituem, a *posteriori*, a teorização lacaniana sobre *Das Ding*. Lacan (1959-1960/1997) vinculou *Das Ding* ao estado de desejo em que o objeto desejado conserva-se à distância do sujeito, causando um intervalo, uma hiância no cerne do desejo. Dessa proposição, resultou a necessidade de pensar o *traço unário*, marca primeira do nascimento do sujeito a partir do significante. Assim, para que “o *ser* apareça, o organismo é atingido pela linguagem, por via do traço unário” (VORCARO, 2017,

p.19). Diante disso, como condição de existência do traço unário, o significante, inscreve no real do ser falante a diferença como tal. Esse processo faz com que o ser falante seja tomado para além da condição de usuário do código.

Nessa perspectiva, o capítulo 02, *A constituição do falante a partir do nó borromeano e dos seis cruzamentos entre RSI*, interroga a relação entre a linguagem e a constituição do falante sob os efeitos dos estudos linguísticos empreendidos por Lacan a partir de Saussure e Jakobson. Com isso, observamos a existência de alguns tensionamentos referentes à distinção entre a língua, objeto da linguística e a língua, objeto da “*linguisteria*”. Na sequência, a investigação adentra o universo da língua materna, sob a perspectiva do caráter não todo de alíngua, *lalíngua*. A fim de analisar as incidências de “desastres” nos cruzamentos da trança, esse percurso investigativo evidencia a constituição subjetiva suportada pelo trançamento entre Real, Simbólico e Imaginário. Essa questão implicou o reconhecimento da teoria lacaniana (1974-75) que trata da trança de seis gestos e do nó borromeano de três elos como uma armação ideal que pode causar falhas, pontos de “lapsos”, os quais exigem nomeadamente o engendramento de um quarto elo como condição para que os três registros se mantenham atados.

Tal conjectura lacaniana leva-nos, no capítulo 03, a pressupor a constituição subjetiva como a *fixação precoce de uma estrutura*, uma operação psíquica que além os traços unários e as afeições de letras. Essa operação, causada pelas amarras tecidas por meio da fala, configura a estrutura do falante. Nesse contexto, entendemos que a fala é uma ato e também uma produção de desejo, pois ela articula o sujeito à sua estrutura, sustentada tanto pelas leis da linguagem quanto por *lalíngua*. À medida que se torna veículo de gozo, a fala não mais se inscreve sob a égide da comunicação, da busca de reconhecimento do Outro. A hipótese levantada, nesse caso, segue a ideia apresentada pela topologia do nó borromeano de que na determinação constitutiva do ser falante a plenitude do gozo fálico é impossível e sua repetição é falha, logo, suporta um fracasso. Com efeito, o falante é intimado a desejar sem quaisquer garantias, visto que o sujeito não se constitui em torno de seu gozo solitário.

Levando em consideração a lógica borromeana e a constituição subjetiva, a investigação parte do pressuposto de que determinadas características do autismo, a imutabilidade, por exemplo, podem ser esclarecidas a partir da “não extração do objeto *a*”, pensada sob a lógica da operação de alienação. Sob essa premissa, investigamos em que termos a criança com autismo poderia entrar na alienação e dela retroceder, a ponto de se colocar na borda do campo do Outro. Em conformidade com essa elaboração, a

circulação singular da palavra nos autismos encontra-se no “primado do signo” e não do significante. Os conceitos abarcados nesse processo foram tratados em uma perspectiva de transformação e de amarração estrutural. Em relação à estruturação psíquica, a lógica é não linear, não há o que vem antes ou depois, sempre há algo que não se pode atingir e escapa à ordem.

Dessa maneira, nesse capítulo, aprofundamos a análise sobre a questão dos autismos, tendo em vista o tratamento ainda na infância. Isso exigiu a leitura do trabalho dos Lefort (1951-52/1984), alunos de Lacan que se dedicaram à prática da psicanálise com crianças. A questão evocada pelos psicanalistas perpassou pela hipótese de “não haver Outro” nos autismos e no valor da criação de soluções que permitam a cada autista se implantar no campo do Outro. Os Lefort compreenderam, a partir de referências clínicas engendradas pelo ensino de Lacan, o autismo fora dos modelos das estruturas clínicas postas pela psicanálise, diferenciando-a da psicose, e também problematizaram sobre os efeitos da posição do analista em relação ao modo como o autista toma algo que lhe faz certa exterioridade. Nesse ponto, apresentamos o caso Nádia com o objetivo de demonstrar o modo como Rosine, na posição de analista, a ela se dirigiu, mesmo ciente de que ali ainda não havia um sujeito constituído. Ela conferiu estatuto de sujeito à pequena criança, e isso produziu efeitos na relação da criança com a linguagem. Nesse sentido, diferente da posição anterior ao tratamento, a criança apresentou indícios de uma nova vivacidade, Nádia pôde, com o passar das sessões, em sua singularidade utilizar-se dos dispositivos da linguagem para incluir-se no campo social, transitar pela linguagem, logo fazer laço.

A título de conclusão, encontramos, a partir das intervenções descritas, marcas teóricas para discutir, analisar, problematizar e localizar o valor da Lei 13.438/2017, que prevê a aplicação obrigatória de protocolo ou de outro instrumento para detecção de risco psíquico a todas as crianças de zero até 18 meses de vida, durante as consultas pediátricas. Com isso, colocamos em discussão a seguinte premissa: a nova legislação pode ou não constituir um avanço na busca por novas proposições acerca do tempo e dos dispositivos engendrados tanto no diagnóstico quanto no tratamento de crianças em vias de risco psíquico. Nesse movimento, sem deixar escapar as contradições, evidenciamos a necessidade de que o enigma de cada sujeito seja respeitado e não extirpado pela perda da radicalidade do princípio do significante implantado no corpo. Interessou-nos, sobretudo, o fato de ser inevitável, no trabalho clínico com crianças, a interrogação acerca dos princípios que norteiam as intervenções em curso. Logo, é

preciso que os envolvidos com o tratamento se atentem para as vias de risco psíquico ao invés de apresentar convicção diagnóstica clínica que cause o engessamento do sujeito em uma determinada configuração psíquica. Todavia, tal indicação não pressupõe negligenciar a nova legislação. Uma vez tratada com ética e rigor, esse dispositivo legal pode significar avanços no debate sobre os dispositivos engendrados tanto no diagnóstico quanto no tratamento de crianças em vias de risco psíquico, como nos caso de autismos.

DO *INFANS* AO FALANTE

1. Por que pensar a passagem do *infans* ao falante a partir da constituição do aparelho psíquico, aparelho de linguagem e de memória?

Antes de entrarmos, especificamente, na discussão sobre o autismo, faz-se necessário esclarecer algumas questões inerentes ao funcionamento do aparelho psíquico e a sua relação com a estruturação do *infans* e deste com o Outro. Antecipamos que as discussões feitas nesta tese sobre o funcionamento do aparelho psíquico, a instauração do traço unário, as operações de alienação e separação, a pulsão e seus objetos parciais são alçadas em um primeiro momento com o objetivo de investigar a relação entre essas elaborações e o que se passa no autismo.² Para tanto, na leitura da obra de Freud, buscamos desvelar que a lógica traçada pela memória no aparelho psíquico aviva a possibilidade de que na linguagem há sempre algo inacessível à significação e isso afeta a estruturação subjetiva.

Na *Carta 52*, endereçada a *Fliess* (1896/2006), Freud explicou que a memória é causada por um processo de estratificação contínuo, advindo do apagamento das marcas perceptivas. Esse apagamento produz efeitos, não de desaparecimento dessas marcas, mas de rasuras. Nesse processo, o que submerge continua presente na operação psíquica que se constitui. Tem-se, com isso, uma forma de presentificação da ausência. Essa proposição é desenvolvida posteriormente no texto *Uma nota sobre o bloco mágico*, no qual Freud tratou da relação da memória com a escrita e sua articulação com os sistemas consciente, pré-consciente e perceptual. O brinquedo, uma tábua encerada, coberta por um papel transparente e uma camada de celuloide, é tomado por Freud como metáfora do aparelho psíquico. Seu uso baseia-se na escrita

sobre a parte de celuloide da folha de cobertura que repousa sobre a prancha de cera. Para esse fim, não é necessário lápis ou giz, visto a escrita não depender do material que seja depositado sobre a superfície receptiva. Constitui um retorno ao antigo método de escrever sobre pranchas de gesso ou cera: um estilete pontiagudo calca a superfície, cujas depressões nelas feitas constituem a “escrita”. (Freud, 1925a/2006, p.103, grifo do autor)

² É interessante destacar que a acepção do termo autismo, com o psiquiatra Eugen Bleuler, pautou-se justamente na concepção freudiana de “autoerotismo” por considerar que nos casos de autismo a realidade externa seria suprida pela interna em decorrência dos desejos não concretizáveis no plano exterior. Posteriormente, sobre a hipótese do autismo, esse ponto será retomado, pois sustentamos, de modo geral, que o autismo desde seus primeiros estudos constitui-se como questão enigmática. Todavia, faz-se necessário para esta tese esclarecer anteriormente os elementos implicados na constituição do falante e o valor da formulação lacaniana sobre os enodamentos entre real, simbólico e imaginário.

De tal modo, ao suspender a página transparente, a escrita se esvanece e o engenho está pronto para ganhar outras inscrições, logo, suscetível a novas percepções. Todavia, dependendo da incidência da luz, os traços aparentemente apagados podem ser visualizados outra vez. Depreendemos, pois, que o bloco de cera equivale ao inconsciente e a celuloide ao perceptual consciente. Sendo assim, o bloco mágico faz alusão à capacidade receptiva não restrita para novas percepções do aparelho de memória.

É interessante notar que Freud (1925a/2006) divide a apreensão e o registro das percepções entre o sistema perceptivo (Pcpt.) e o sistema mnêmico. Por um lado, o sistema Pcpt acolhe os estímulos perceptivos e municia a consciência de qualidades sensoriais, pois recebe percepções acompanhadas de consciência e transmite a excitação para os sistemas mnêmicos inconscientes. Por outro lado, assim que a catexia é retirada, extingue-se momentaneamente a consciência e suspende o funcionamento do sistema perceptivo. Nesse processo, o sistema mnêmico, dotado de memória, transforma súbitas excitações em traços permanentes, responsáveis por gravar e manter as associações.

As percepções estão reciprocamente atreladas à memória e podem tornar-se conscientes, embora causem efeitos quando em estado inconsciente. A esse respeito, Maria Rita Salzano (1999), num estudo sobre a memória em sua materialidade significativa, pensando na metáfora do bloco mágico, teceu a seguinte afirmação:

Aí está o jogo da percepção em sua relação com a memória: a memória, constituída de pequenos sinais não se extingue jamais. Por outro lado, só se torna consciente se for articulada. É preciso, portanto, supor, com Freud, a organização de uma escrita anterior e parcial para que a memória possa funcionar. Os fenômenos de memória pelos quais Freud se interessa sempre são fenômenos de uma escrita anterior à linguagem. É preciso, dizendo de outra maneira, que haja um material significante para se fazer significar qualquer coisa. O significante já é dado primitivamente, mas não é ainda nada enquanto não for articulado pelo sujeito. (MORAES, 1999, p.133)

Na medida em que se institui a memória (de traços inconscientes) configura-se, de certo modo, a própria estrutura do aparelho psíquico como aparelho de memória e de linguagem. A linguagem constrói-se a partir da inscrição de traços mnêmicos que se reescrevem. Já é possível, portanto, considerar que o inconsciente não existe separado da linguagem, pois não há nada para o ser humano dissociado dela. Nessa perspectiva, esboça-se uma concepção singular de memória. Assim, a inscrição da linguagem é um processo de escrita dos traços mnêmicos cuja gravação simultânea em sistemas distintos

não admite sua recuperação.

Cabe, nesta parte da investigação, o seguinte questionamento: sendo o aparelho psíquico um aparelho de memória estruturado na e pela linguagem, como pensar a passagem do *infans*³ ao falante, se na relação de dependência entre o bebê humano e o adulto cuidador há, inicialmente, apenas um aparelho psíquico que ampara a existência desses dois seres?⁴ E nos casos de autismos como se configuraria tal relação? Haveria efeitos distintos? Tais indagações exigem uma reflexão sobre o modo como Freud configurou a situação de desamparo do *infans* e sua relação com o [*nebenmensch*] o próximo auxiliador. Este, entendido como aquele de quem se trata na função da fala (LACAN, 1954-1955/ 2010) e que designa a ordem simbólica representada pela mãe ou cuidador. Nesse caso, o agente da função materna não é um outro qualquer, não é um outro análogo, mas alguém que possui um diferencial, que já está refreado ao simbólico.

Para Lacan, desde quando Freud (1895/2006, p. 44) apresentou o próximo cuidador [*nebenmensch*] como único poder de auxílio, primeiro objeto da satisfação e também primeiro objeto hostil do sujeito em constituição, já seria possível depreender que o agente da função materna é para o *infans* um pequeno outro (semelhante) que vai servir de grande Outro (sistema simbólico). Isso porque, mediante os cuidados prestados ao *infans*, ele lhe oferece as peculiaridades do grande Outro que o constituem. É por isso que, na experiência de satisfação devido à cisão engendrada pela demanda, o outro que faz a criança gozar ao atender seus apelos, torna-se a Coisa *das Ding* aquilo do qual a criança deseja o *desejo*. Embora não assimilável, *das Ding* como *Fremde*, estranho, primeiro exterior, faz referência ao desejo por possibilitar ao aparelho psíquico atentar-se para o campo das percepções. Com isso, baliza o movimento do sujeito em torno de seu mundo de desejos.

Articulando as noções de *das Ding* e de desejo, depreendemos que o outro, agente materno, atua como instância pela qual se estabelece para o *infans* uma anterioridade fundadora, tornando possível, o surgimento de uma estrutura temporal. Tendo em vista essa discussão, pretendemos, pois, vislumbrar, como o corpo do bebê alcança o estatuto de *corpolingüagem*. Destarte, é a partir de um agente da função do Outro que essa estrutura poderá ser engendrada como significantes para o recém-

³*Infans*: etimologicamente denomina-se aquele que não tem fala

⁴ Essa pergunta foi depreendida de Leite (2001) no texto: Passagem do *infans* ao falante: do tempo a se contar, EDIPUCRS- Coleção Memória das Letras.

nascido. De outra maneira, os autismos ⁵ colocam em relevo o que pode acontecer quando específicas contingências afetam a ação desse Outro. Diante do exposto, entender qual o estatuto do significante e quais são seus efeitos na estruturação subjetiva do falante, logo dos autistas, constitui a proposta desta investigação.

A marca diferencial deste trabalho é considerar as consequências de se pensar a relação do homem com a linguagem não sob a perspectiva culturalista, como fenômeno social, mas como significante que “tem função ativa na determinação dos efeitos em que o significável aparece como sofrendo sua marca, tornando-se, através dessa paixão, o significado” (LACAN, 1958/1998, p. 695). Diante disso, diferente da linguística, a proposta é entender a linguagem do ponto de vista da psicanálise a fim de observar como se concebe o significante. Embora Lacan, em seus estudos, tenha feito referência e uso de elementos da linguística, sobretudo das contribuições de Saussure e Jakobson, há distinções entre esses dois campos.

A noção de significante, mobilizada pela psicanálise, estabelece-se pela ideia de que o significante não é definido pelo significado, e sim por outro significante com o qual ele se coloca em uma relação de diferença. Isto é, na via analítica o significante é pensando em sua autonomia, sem precisar de uma relação, enquanto signo, com o significado. A consolidação da barra entre significante e significado produz a subversão do algoritmo saussuriano (significado sobre significante) e consagra a soberania do significante. No ensino de Lacan não há a relação, como referência, entre o significante e o mundo, como o signo de Saussure permite conjeturar. A alusão estabelecida, portanto, é sempre em relação a um outro significante. Eis o cerne da teoria lacaniana sobre a constituição do sujeito inconsciente. Trata-se, portanto, do princípio mínimo de estrutura significante da linguagem, em que um sujeito é representado no intervalo entre dois significantes (S1 \$ S2). É no nível da articulação S1–S2 que se estabelece a dialética da relação do sujeito ao Outro.

Vimos com Lacan (1956/1998) que um significante é aquilo que os outros não são. Incapaz de existir sozinho, o significante apenas se define por sua relação a outro significante. O significante S1, que substitui o traço unário⁶ e representa o sujeito, desprovido de sentido, só pode se constituir como tal na articulação com S2, sob efeito de retroação. É interessante frisar que se trata de algo, na verdade, que vai além de uma

⁵ Ciente da existência de distintas manifestações de subjetividade, abordaremos, com mais profundidade, a problemática dos autismos nos capítulos seguintes.

⁶ Destarte, o traço será representado por um significante, e para outro significante (representante da representação) [*Vorstellungsrepräsentanz*]

retroação como entendida pela linguística, pois, nesse retorno de S2 sobre S1, tanto a matéria 1 quanto a matéria 2 não serão mais as mesmas, há uma diferença. Desse modo, o primeiro significante representa o sujeito ao ser inserido no campo do Outro por outro significante (S2), sob o qual o sujeito representado desaparece na *afânise*.⁷ Cabe lembrar que S2 não é tão somente o segundo significante, mas também toda a rede significante.

Em sua relação com os significantes, a *afânise* implica o desaparecimento do próprio sujeito, desvanecido ante o objeto de seu desejo, “mas não acabado, deixando atrás dele as marcas do menor traço, o mais evanescente.” (LACAN, 1961-1962, inédito – lição de 17/01/1962). Conforme essa proposição, o traço pode ser tomado não como apagamento, ou desaparecimento da marca, mas como rasura, isto é, “o traço, decantado do zumbido da linguagem, rasura o nada, o vazio que é a criança puro vivo”.⁸ Essas rasuras, causadas pelo traço, constituem a marca primeira do surgimento do sujeito a partir do significante. Elas evidenciam a ausência que pressupõe a presença.

A tese fundamental para Lacan é a de que o *infans*, desde antes de seu nascimento, já pertence a um mundo arquitetado pelo registro simbólico, logo, está inscrito no campo da linguagem. Em princípio, o neonato é pré-visto e pré-dito no e pelo Outro, pois ele não se constitui avulso. Com o funcionamento significante, o primeiro efeito na criança é o que se pode depreender da distinção estabelecida entre os significantes da satisfação, portanto, o próprio traço unário, marco um, decantando das distintas experiências vividas, é reencontrado na repetição. Há, pois, nesse caso uma identificação pelo traço unário, assume-se sua alteridade radical que marca a intervenção intrusiva do Outro no corpo vivo e se repete em qualquer tentativa da criança para se representar. Por intermédio desse traço que situa a criança, os significantes que ela pode vir a apreender S1 e S2 abrangem e rasuram o traço unário.

Assim, a “rasura do corte do traço unário por um significante” incide na remissão de um significante a outro, isto é, “na repetição inaugural que visa o gozo” (Vorcaro, 2017, p.12). Isso implica o fato de que a “identificação ao traço unário” provoca seu apagamento no vazio do qual originará o sujeito, articulando sua transferência pelo significante que, “num só tempo, o nega e o perpetua” (p.12). Esse

⁷ Alfred Ernest Jones (1927), em uma conferência pronunciada em Innsbruck, por ocasião do X Congresso Internacional de Psicanálise, propôs a expressão *afânise* do desejo, supondo com isso seu desaparecimento. Sob esse *prima*, Lacan a partir de Jones, fez uso do referido termo para ressaltar que o sujeito é quem desaparece entre significantes.

⁸ Sintagma acrescentado por Angela Vorcaro em uma de suas leituras deste trabalho de pesquisa.

significante só pode ser, segundo Lacan, “simbolizável pela inerência de um (-1) no conjunto dos significantes” (1960/1998 p.833). Ele encontra-se no lugar de “*médium*” de acesso à Coisa, *das Ding*, o objeto que jamais será reencontrado. Lacan entende a primeira perda do objeto da satisfação em uma perspectiva mítica. Para o autor, embora esse objeto nunca tenha sido perdido, tampouco nomeado, ele resvala entre as palavras e as coisas. E assim como não pode ser representado por outra coisa, o vazio o representa. Com isso, o psicanalista centrou a satisfação pulsional na ordem do real.

Sem o significante (-1), os outros não representariam nada. Logo, o irrepresentável tem a função essencial de sustentar a própria cadeia significante. No processo do funcionamento dessa cadeia significante,

[...] decanta-se o primeiro corte da linguagem que incide no organismo, nomeado por Lacan (1961-62, Inédito) como *Traço Unário*. Absolutamente despersonalizado de todo conteúdo subjetivo e de qualquer variação, esse traço implantado suportará toda a rede significante. Por isso, a necessidade estrutural do *ideal-do-eu* como ponto concreto de identificação inaugural do sujeito ao traço unário. Esse traço entalhado franqueia o surgimento de algo novo. Apagado de quase tudo que o distingue, esse *um* do traço distintivo só se distingue por ser, apenas, *um traço*. A identificação do sujeito se relacionará a esse núcleo real primeiro que, com a linguagem, corta o ser vivo. (VORCARO, 2017, p.09 – grifo da autora)

Diante de tal conjectura, depreendemos que o *infans*, para sair da condição de puro organismo e se humanizar, aliena-se aos significantes vindos do Outro. O filhote humano vem ao mundo imerso num banho de linguagem, e tal imersão o determina. Existe, portanto, um organismo submetido às contingências próprias do desenvolvimento as quais dão suporte imaginário ao falante. Esse suporte pode ou não advir. Isso vai depender das condições singulares de cada um ante o encontro com a linguagem. Nesse caso, o falante nascerá submetido não só à pulsão, mas também ao significante. Portanto, interrogar sobre as operações que compõem a origem do funcionamento psíquico do falante, partindo dos pressupostos freudianos e da releitura de Lacan, implica reconhecer que a captura da criança na e pela linguagem ocorre de distintas formas, como nos casos de autismos cuja principal característica é a dificuldade de estabelecer relações sociais e de comunicação.

1.1.A incidência da linguagem no corpo

A linguagem é uma pele: esfrego minha linguagem no outro: É como se eu tivesse palavras ao invés de dedos, ou dedos na ponta das palavras. Minha linguagem treme de desejo [...] coloca em evidência um significado único que é 'eu te desejo', e liberá-lo, alimentá-lo, ramificá-lo, [...] envolvo o outro nas minhas palavras, eu o acaricio, o roço, prolongo esse roçar, me esforço para fazer durar. (ROLAND BARTHES, 2007)

Entendemos que uma abordagem possível dos autismos não pode prescindir de uma concepção do psíquico que comporte os efeitos da linguagem sobre o corpo. Destarte, recorremos a Freud, na primeira parte de *O Projeto* (1895/2006), quando apresentou as questões relacionadas ao estado de impotência e despreparo do recém-nascido para pensar sobre tais efeitos. Segundo o psicanalista, esse estado de desamparo (*Hilflosigkeit*) implica a seguinte situação: sem as vias organizadas de descarga, o recém-nascido não consegue efetivar a ação específica capaz de cancelar as excitações que transbordam por seu organismo. Do ponto de vista psíquico, essa incapacidade motora acarreta uma série de vicissitudes na vida da criança. Daí, o processo de constituição do ser falante exigir certa dose de investimento (libidinal) que possibilite ao *infans* sua inserção no campo da linguagem. Nessa fase, a presença do outro é condição particular e ímpar para o infante.

Ao tratar do funcionamento do aparelho psíquico e de sua relação com as primeiras necessidades vitais do *infans*, Freud desenvolveu a noção de quantidade (Q), o diferenciador da atividade do repouso, e a noção de neurônios, partículas materiais que compõem o sistema nervoso. Nesse momento da elaboração freudiana, o sistema nervoso foi apresentado como “herdeiro da irritabilidade geral do protoplasma” (1895/2006, p. 348), portador de uma superfície externa irritável, sensível à recepção de estímulos ou excitações provenientes do mundo exterior (luz, calor, frio, etc.). Para o autor, em uma função primária, o sistema nervoso lida com Qn’ (quantidade da ordem de magnitude intercelular), originária do exterior. Essa elaboração tomou por base a lógica do arco-reflexo: estímulo, tensão e resposta.

A partir dessa primeira vinculação, Freud instituiu o princípio basilar de funcionamento psíquico, a saber: *o princípio de inércia*, cuja função consiste em neutralizar, via descarga, a recepção de Q, reduzindo a zero a energia no interior do

aparelho. Nesse processo, há ainda espaço para uma operação secundária, isso porque, “entre as vias de descarga de Q, são preferidas e conservadas aquelas que envolvem a cessação do estímulo: a fuga do estímulo” (1895/2006, p.348). Ao contrário dos estímulos derivados do exterior do organismo os quais são descarregados por meio de uma ação reflexa e muscular, a cessação do estímulo interno não pode ser controlada por atividade motora. Logo, quando se trata de um estímulo interno, é preciso empreender uma ação específica, concretizada por meio da contenção de uma dose de Q. Nas palavras de Freud:

desde o início, porém, o princípio da inércia é rompido por outra circunstância. À proporção que [aumenta] a complexidade interior [do organismo], o sistema nervoso recebe estímulos do próprio elemento somático os estímulos endógenos que também têm que ser descarregados. Esses estímulos se originam nas células do corpo e criam as grandes necessidades: como, respiração, sexualidade. Deles ao contrário do que faz com os estímulos externos, o organismo não pode esquivar-se [...]. (FREUD, 1895/2006, p. 349, grifo do autor)

Tais estímulos dão origem às necessidades de vida (*Not des Lebens*): fome, respiração e sexualidade. Portanto, subordinado às condições de “exigências de vida”, o aparelho psíquico abandona a tendência inicial à inércia. Nesse momento, os estímulos endógenos (precursores das pulsões) operam como constantes fontes de excitação que só cessam “mediante certas condições, que devem ser realizadas pelo mundo externo” (p.348), ou seja, pela presença do outro. Para Freud, não é possível o organismo humano desenvolver a ação específica, [*spezifische Aktion*], sem a “ajuda alheia”. Essa ação, realizada pela oferta de objetos (a voz, o seio, o toque), atua contra a tendência originária do organismo para a “quietude absoluta” (FREUD, 1920/2006, p.56).

Nesse processo, há a transferência de energia pulsional⁹ para o campo dos objetos. Desse modo, mediante a intervenção do outro, é possível interromper provisoriamente a descarga do estímulo no interior do organismo. Assim, é cogente tolerar certa carga de energia para satisfazer as exigências primordiais de uma ação

⁹Freud (1915/2006) definiu pulsão como conceito-limite entre o somático e o psíquico. Ela possui, sobretudo, duas características fundantes: sua proveniência de fontes de estímulo no interior do organismo e sua manifestação como força constante.

específica (*spezifische Aktion*) como, por exemplo, a nutrição que satisfaz a urgência da fome, garantindo a sobrevivência. Com isso, a ação específica alivia a tensão e elimina o estado de estimulação.

No entanto, a ação específica não se restringe apenas à oferta do alimento para suprir uma necessidade. O cuidador desempenha a posição de Outro, faz presente o tesouro dos significantes e, a partir de seu próprio psiquismo, traduz as ações do bebê (choro, postura, tônus, gestualidade) em um saber acerca do que poderia satisfazê-lo. Sua presença, constituída de palavras, olhares e toques, é impregnada por um desejo singular — desejo materno — que ao erogenizar o corpo do infante, desperta a pulsão sexual, desperta a vida (FREUD, 1905 /2006). Essa dinâmica pulsional causa um novo tipo de necessidade, não mais fisiológica, mas psíquica: a demanda por amor, afeto, carinho, cujos destinos são variados e se expressam em diversas formas discursivas.

O cuidador passa a traduzir gestos, balbucios, feições e olhares do bebê como se ali já houvesse um sujeito¹⁰ constituído. Essa é uma tentativa de estabelecer um vínculo de linguagem com o bebê. Trata-se, portanto, de uma antecipação, pois o *infans* ainda não foi constituído como sujeito. Para Vorcaro (2003), “o corpo do bebê é, pois, o território do Outro materno, território demarcado, esquadrihado, cujas funções se constituem e se determinam pela economia do funcionamento maternante” (p.209).

Essa elaboração realça a hipótese de que o agente da função materna cria manifestações de subjetividade no bebê por meio de fala modulada entre agudos e intervalos. É uma sonoridade dotada de atos prosódicos marcantes e de voz¹¹ infantilizada, introduzindo assim a alternância entre presença e ausência. Na leitura de Vorcaro (2003), trata-se da linguagem maternante que é a forma singular e pessoal de diálogo entre a mãe e seu bebê. Essa linguagem serve de matriz simbolizante para que a palavra, os significantes e a linguagem surjam. É em razão dessa dinâmica que o *infans* pode ser afetado pela palavra, mesmo sem reconhecer seu significado. Para isso, “ele precisa estar em posição de assumi-la” (LEITE, 2005, p.289).

Diante disso, cabe reconhecer que a ação específica realizada pelo Outro com a finalidade de eliminar a tensão “constitui então a experiência de satisfação, que tem as

¹⁰ Isso considerando que sujeito na psicanálise não é tomado como substância individual, ser psicológico. Ele é o efeito da “divisão própria ao funcionamento da linguagem, portanto, não pré-existe a ela”. (VORCARO, 2005, p.20)

¹¹Na psicanálise, dessa voz efetivamente pronunciada será decantado em seus intervalos o objeto voz, um dos quatro objetos que norteiam as opções do sujeito no mundo, sendo causa e efeito da lógica que o permite acender à condição de falante. Esse objeto voz não é, necessariamente, sonoro.

consequências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo” (FREUD, 1895/2006 p.370). O funcionamento do aparelho psíquico é implantado com a primeira experiência de satisfação. Articulada e, ao mesmo tempo, oposta ao desprazer, essa experiência elimina toda quantidade de estímulos que possa abalar a homeostase do organismo. Por meio dela nascem as primeiras inscrições psíquicas, as quais inserem o infante no campo do desejo e da demanda. Logo, nossa hipótese é a de que as contingências relacionadas às intervenções maternas nos cuidados primários com o *infans* afetam a operação de implantação significativa no corpo, podendo configurar (como nos autismos) na não concatenação significativa.

No dizer de Freud, a experiência de satisfação permite delinear três eventos no sistema :

1.^a) Efetua-se uma descarga tal que elimina a urgência que causou desprazer em ; 2.^a) produz-se nos neurônios do pallium o investimento dos neurônios que correspondem à percepção do objeto que proporcionou a satisfação; 3.^a) a outros pontos do pallium chegam as informações sobre a descarga do movimento reflexo liberado que se segue à ação específica. (FREUD, 1895/2006, p.370)

Conforme o exposto, o primeiro efeito da experiência de satisfação refere-se à supressão da tensão interna do organismo que gerou o desprazer. O segundo versa sobre a retenção de um registro relativo à percepção do objeto, “agente operador” da *ação específica*, imprescindível ao banimento da tensão. O terceiro refere-se também ao registro do êxito da descarga dos estímulos desprazerosos. Nesse processo, uma facilitação (*Bahnung*) é instituída entre as catexias e os neurônios nucleares. Com isso, institui-se a noção de aparelho psíquico como superfície de inscrição de traços¹² mnêmicos que situam uma marca relativa à presença do objeto articulada à obtenção de prazer.

Nessa lógica, a experiência de satisfação produz no sistema um trilhamento duradouro entre duas imagens mnêmicas e os neurônios nucleares. Desse modo, o organismo poderá impetrar um primeiro acesso à realidade ao fazer uso de seus

¹²Cabe destacar, com base em Freud, que entendemos, neste trabalho, o traço enquanto inscrição, sulco e não uma marca impressa. É o rastro deixado por uma passagem e não por uma ocupação positivada. A inscrição, para se realizar, demanda uma oposição presença-ausência. Tampouco se trata de um decalque ou assimilação integral do objeto no psiquismo – já que traçar também remete à ideia de cortar em pedaços. As inscrições psíquicas são, nessa perspectiva, recortes dos eventos. Recortes que alteram a percepção recebida em um sistema de inscrições formado de traços.

registros mnêmicos para identificar tanto a presença real do objeto quanto da *ação específica* cogente à descarga dos estímulos e alívio da tensão. Isso acontece diante do surgimento de estados de *urgência* futuros consequentes do acúmulo de tensão interna. Em oposição à concepção empirista do engrama, a inscrição gerada no processo de retorno ao estado de urgência não é uma marca que se equipara à realidade não é uma cópia pura da experiência que se decalcaria. Trata-se de uma primeira marca capaz de retirar o ser do puro funcionamento reflexo e alçá-lo, via funcionamento da cadeia significante, à potencial constituição subjetiva.

Nesse caso, quando o desconforto sobrevém, resta ao *infans* reeditar a memória dessa primeira satisfação, aquela capaz de subtrair o neonato da condição de privação absoluta para assim sanar seu mal-estar. Há, pois, um primeiro encontro com quem exerce a função materna, mítico e impossível de ser repetido, já que a Coisa¹³, *das Ding*, pode ser a mesma, mas não seus atributos. Por jamais conseguir reproduzir esse primeiro encontro, a criança se sente em falta e daí nasce o desejo, o *infans* buscará reencontrar esse objeto primeiro.

Na medida em que é engendrada a experiência de satisfação, o organismo aviva o processo de descarga. Com isso, ele realiza uma diferenciação entre a presença real do objeto que lhe consente a satisfação e o engodo que a lembrança da experiência prazerosa possa lhe causar. Essa diferenciação realizada pelo organismo diz respeito à competência psíquica de emitir juízos, função ligada à condição de “decidir se uma Coisa [*Ding*] possui ou não uma certa característica e confirmar ou refutar se a representação [*Vorstellung*] psíquica dessa coisa tem existência real” (FREUD, 1925b/2006, p. 148).

Tais elaborações freudianas são importantes para este trabalho, pois evidenciam a possibilidade de se pensar com Lacan o fato de que, desde as primeiras experiências de satisfação, a prosódia da voz materna faz traço e marca o corpo do *infans*. Nessas condições, a constituição do *infans* como falante é articulada na linguagem, pensada para além da sonorização, pela transformação da necessidade que passa a ser demanda.¹⁴ A passagem da necessidade pelo “desfilamento do significante” introduz a

¹³ O termo a Coisa (*das Ding*) foi introduzido por Freud no “Projeto para uma psicologia científica” (1895/2006), em uma articulação com as reflexões filosóficas de Kant e de Heidegger acerca da lógica da origem. No referido texto, o psicanalista considerando a incompletude do sujeito atribui à Coisa o marco mítico em que se sustenta o funcionamento do aparelho psíquico.

¹⁴ Para Lacan (1958-59/2002), a demanda caracteriza-se não apenas pela relação de um sujeito

dimensão da demanda de amor que se refere “pura e simplesmente à alternativa presença e ausência” (LACAN, 1958-59/2002, p.392). A demanda de amor expressa sua verdade no incondicional da demanda: o que se busca no objeto de desejo é o desejante; a verdade do objeto de amor é ele ser o desejante; por isso “amar é dar o que não se tem” (LACAN, 1957-58/1999), e a demanda de amor é querer ser amado. Há nessa relação um desencontro entre o ser e o Outro, que provê as bases para a constituição do sujeito.

Dáí deriva o pensamento de que o bebê faz “permuta” de suas necessidades por demandas de amor, afeto, endereçadas ao Outro materno. A permuta realizada pelo bebê causa uma imagem mnêmica que pode ou não coincidir “com aquilo que já lhe proporcionou a satisfação” (LACAN, 1954-1955/2010 p.140). Há nessa ação um retorno ao estado de urgência inicial. O grito do bebê é um exemplo dessa permuta. A mãe acalma a criança com a oferta do seio. No entanto, nenhum alimento satisfará plenamente a pulsão oral. A satisfação promovida com a oferta do objeto “seio” é momentânea, pois o bebê repetirá o grito assim que sentir a necessidade de algo. A repetição acontece porque o infante apela para a imagem mnêmica anteriormente construída. Assim, o que está em questão é a atração pelo objeto e sua marca mnêmica. É, portanto, pelo processo da demanda do Outro que a pulsão causará os efeitos no corpo.

Essa operação incide em um campo associativo de representações de dois tipos, sendo eles: a representação de palavra [*Wortvorstellung*], um complexo associativo fechado, constituído pela superassociação da imagem acústica, motora (escrita e fala) e visual (leitura); e a representação de objeto e ou associações de objeto [*Objektvorstellung*], complexo associativo aberto, desenvolvido pela superassociação de imagens táteis, acústicas, visuais, entre outras.

[...] a representação objectual aparece-nos como uma representação não fechada e dificilmente susceptível de fecho, ao passo que a representação palavra nos aparece como algo fechado embora susceptível de ampliação [...] a representação da palavra está ligada à representação do objeto com a sua terminação sensorial (mediante as imagens acústicas). (FREUD, 1891/1977, p.47)

com o Outro, mas sim pelo fato de “que essa relação se faz por intermédio da linguagem, quer dizer por intermédio do sistema de significantes” (p.54). Ela é, sobretudo, a própria cadeia de significantes que se dirige ao Outro.

É importante destacar os termos “aberto” e “fechado”, que, embora possam remeter à apreensão de representação como algo pronto e acabado, mantêm com o objeto uma relação analógica de exterioridade assinalada pela incompletude. A representação de palavra, mesmo fechada, é passível de extensão, pois seus elementos visuais, sonoros, motores e cinestésicos reformulam-se de forma elusiva. Entretanto, a representação de palavra trata somente de uma imagem acústica da palavra, uma imagem visual da letra e uma imagem motora da escrita e da linguagem. Anverso a isso, a representação de objeto é aberta à assimilação de impressões originais capazes de gerar novas associações. Conforme expôs Moraes (1999), Freud retomou o sentido da representação como ligação entre palavra e associações de objeto. Esses dois complexos, quando não estão em uma relação de oposição, possibilitam as mais variadas configurações das funções da linguagem.

Essas configurações se manifestam por meio de particulares fluxos associativos das representações, o que quer dizer que

[...] uma representação não é a reprodução de um objeto externo, isto é, que **seu significado não provém do objeto, mas das associações entre as várias representações**. Essas associações fazem nos dois sentidos: a palavra adquire significação pela ligação com a representação objeto, e o objeto ganha identidade pela articulação com a representação-palavra. Não há, portanto, significação anterior ao pensamento, ela se dá pela diferença nos vários registros através dos quais se articulam as associações ou representações. Com essa diferença fundamental na concepção da representação, Freud está recusando uma superposição da ordem das coisas à ordem das palavras, ou seja, recusando à representação a função do conhecimento, e, portanto, problematizando a questão do sentido. (MORAES, 1999, p. 27, grifo da autora)

Considerando tal premissa, percebemos que a vivência de prazer não será reencontrada em sua integralidade. Isso porque, a busca dos objetos de satisfação faz o bebê alucinar esses objetos sem que suceda a satisfação. Miticamente, o objeto não está no seio, nem na mãe, nem no leite. Igualmente, não está nos lábios do bebê. A saída de cena do objeto instaura a fundação do desejo. Este passa a dirigir o sujeito continuamente à tentativa de obter o objeto para sempre perdido e a satisfação almejada. A ausência torna a satisfação do desejo impossível. É justamente essa impossibilidade que garante a persistência do movimento do desejo, fundamento da existência humana. Surge dessa ação o desejo sustido pela reativação de um traço mnêmico anteriormente

entendido como estado de urgência. Diante disso, somente o desejo é “capaz de colocar o aparelho em movimento” (FREUD, 1900/2006, p.153), em um curso de busca do objeto regulado pelo princípio do desprazer. O desejo é, pois, o retorno sobre os traços da “primeira experiência de satisfação”, a repetição desse traço primeiro, ou seja, “a chave mesma, ou a mola em nós, de toda uma série de ações e de comportamentos que são compreendidos como representando o mais profundo de nossa verdade” (LACAN, 1958-59/2002, p.504).

Dessa forma, a condição de subjetividade se delinea à medida que a experiência de satisfação vai sendo atravessada pelas marcas deixadas pelo Outro. Com o reaparecimento do estado de urgência, a imagem mnêmica molda-se em uma vivência sustentada pela rede significativa do Outro. Ao ser instaurada a falta do objeto, entram em ação os traços da experiência de satisfação e o desejo, que insurgem presentificando a dimensão de perda e de retorno a uma satisfação já conhecida. A experiência de satisfação constitui-se de várias percepções simultâneas que abrem um determinado caminho de memória. Quando a tensão acontece, há um investimento nesse caminho já aberto.

Quanto a essa questão, Lacan identifica na teoria freudiana duas estruturações distintas da experiência humana, quais sejam: a da reminiscência e a da repetição. A primeira traz implícito “um acordo, uma harmonia entre o homem e o mundo de seus objetos”. A segunda envolve a busca e o retorno. Isso significa que o objeto que “se apresenta a ele [ao *infans*] só coincide parcialmente com aquilo que já lhe proporcionou satisfação”. É por esse motivo que o sujeito “se põe em busca, e repete indefinidamente sua procura até reencontrar este objeto que nunca é o mesmo” (LACAN, 1954-1955/2010, p.140).

Essas articulações evidenciam a necessidade de pensar a relação entre os traços da primeira experiência de satisfação e a origem do significativo no funcionamento psíquico. Para delinear essa relação, é preciso entender a causa, o fundamento do significativo. Não se trata de pensar o significativo pela via da linguística nem de entender a constituição do sujeito sob a ótica geneticista. Essa é uma busca, em termos analíticos, a respeito da base de fundação do significativo e seus efeitos via repetição na constituição do falante. Para tanto, a investigação segue o percurso teórico lacaniano sobre o estudo da noção de traço como aquilo que há “de mais destruído, de mais apagado de um objeto” (LACAN, 1961-62, p.100, inédito).

Lacan partiu da noção de *traço único*, elaborada por Freud na teoria da

identificação, como identificação parcial um traço do objeto. Isso significa que o traço tomado como diferença radical retém a unicidade, particularidade do objeto. Com essa elaboração, Lacan transpôs o *único* da obra freudiana para a posição de *unário*. O traço unário, desprovido de qualquer significação, *a priori*, como a configuração mais simples de uma marca, está na raiz do funcionamento significante a partir do qual o sujeito pode advir. Cabe salientar que, mediante a inscrição do traço unário, *um* que conta, pode-se produzir uma série simbólica, o reconhecimento para o sujeito da assertiva “*eu sou marca de um*” (LACAN, 1969-1970, 1992, p.73, grifos do autor). Segundo Lacan,

o que encontramos no limite da experiência cartesiana, como tal do sujeito evanescente, é a necessidade desta garantia do traço de estrutura o mais simples, do traço único, se ousar dizer, absolutamente despersonalizado, não somente de todo conteúdo subjetivo, mas mesmo de toda variação que ultrapasse este único traço, deste traço que é um por ser o traço único. (LACAN, 1961-62, p.35, Inédito)

Por esse fato, o *um* do unário é único, singular para o sujeito. O unário, nessa perspectiva, não abarca o sentido de ser sozinho, mas, tal como *o nome próprio*, situa-se como sinal particular, intraduzível. Ao se reconhecer nesse *um*, o sujeito admite a dimensão da perda do objeto e produz um traço em seu lugar. Lacan pontuou o caráter distintivo como sendo o elemento principal de um nome próprio. É isso “que permite situar uma função do sujeito na linguagem, aquela de nomear por seu próprio nome” (LACAN, 1961-62, p. 94, Inédito). Nesse sentido, o ato de nomear, conforme o autor, tem a ver com uma leitura do traço *um*, designando a diferença absoluta. É traço que está lá na origem, antes que o sujeito se reconheça numa nomeação. É uma “marca aberta à leitura [...] e aí está impresso algo, talvez um sujeito que vai falar” (LACAN, 1961-62 p. 94, inédito).

Para ilustrar essa proposição, Lacan (1961/1962, inédito) utiliza-se da seguinte situação: no zoológico, conforme a lógica dos conjuntos, ao instituir a classe dos mamíferos, destaca-se um traço, por exemplo, a mama. Com isso, podem-se classificar os mamíferos a partir da ausência do traço ‘mama’ nos demais animais. É o traço da pura diferença, a marca do significante que tem como propriedade simplesmente ser aquilo que os outros não são. Nesse caso, a mama atua como elemento capaz de sustentar uma identidade a respeito de um vazio anteriormente existente. O significante “mama” comporta o ingresso de uma diferença, fundando um funcionamento simbólico.

Assim,

[...] o sujeito como tal é 1. É a partir daí, do traço unário enquanto excluído, que ele decreta que há uma classe onde universalmente não pode haver ausência de mama: - (-1). E é a partir disso que tudo se ordena, sobretudo nos casos particulares, para todos e qualquer um, há ou não há. Uma oposição contraditória estabelece-se em diagonal, e é a única verdadeira contradição que subsiste no nível do estabelecimento da dialética universal particular, negativa-afirmativa, pelo traço unário. Tudo se ordena, pois, para todos e cada um, no nível inferior, há ou não há, e isso só pode existir na medida em que é constituído, pela exclusão do traço [...]. (LACAN, 1961-62, p.180, Inédito)

O traço unário nasce no lugar do apagamento do objeto, sendo antes disso um traço de distinção, de pura diferença que testemunha a divisão do sujeito pela própria linguagem. Esse é o lugar em que algo do objeto se perde. Trata-se da elaboração de um traço que não conserva relação com a coisa em si, embora introduza, a partir do *um* (do traço unário), a contagem para um sujeito e implante uma cadeia simbólica. Parafraçando Vorcaro (2016a), o sujeito representado entre significantes é a própria admissão de uma perda na realidade. A função do traço unário é definir o ponto da alteridade na inscrição dessa perda como representação, isto é, como algo que pode se tornar detectável no campo do Outro. A sujeição do sujeito ao significante é tomada conforme os apagamentos que a marca empreendida pelo traço causa no sujeito que se constitui. Segundo Lacan (1961-1962, Inédito), como esse traço está vinculado a uma falta, é preciso um significante para cobri-la, e o sujeito engaja-se em uma repetição, visando à busca de uma unicidade significante. Não há correspondência desse traço com a imagem do objeto, mas há um sujeito, pois no encadeamento de significantes uma série se produz a partir do traço repetido sem jamais ser o mesmo. A repetição sugere um traço, uma rasura. Se por um lado, esse traço comporta o real, admite um gozo que jaz irreduzível à palavra, por outro, adota a função de uma referência em que o sujeito se distingue dos demais e, primeiramente, pelo qual o agente materno reconhece o infante.

Pensando na passagem do *infans* ao falante, observamos que o agente materno, em um movimento simultâneo, propicia e comemora o comparecimento do gozo do bebê nesse traço que se repete e se torna uma referência simbólica para o laço social instaurado entre a mãe e o bebê. No princípio da vida, o neonato, “antes de se poder

contar, contar como *Um*, ele é contado pelo outro”.¹⁵ Por esse motivo, o estabelecimento do traço unário, da referência simbólica, depende do laço com o cuidador, aquele que exerce a função materna. É o agente materno que esteia as séries simbólicas para o bebê. É ele que faz dos objetos papa, mama, pipi, cocô, soninho, ainda que não se recorde, traços que constituem uma cadeia. É, pois, o traço unário que possibilita ao bebê ser sustentado em uma série. O Outro encarna o traço por ele e para ele. Essa elaboração indica haver nesse tempo a prevalência do simbólico como campo que precede ao sujeito e modifica o ser neonato de modo primordial e irremediável.

Sob esse prisma, cabe salientar que a pulsão incide sobre o organismo e faz dele lugar de sua manifestação e palco privilegiado para a repetição que, por sua vez, vincula-se à falta e ao objeto. A repetição estrutura-se em torno de uma perda. Ela é a referência ao original sem, contudo, imitá-lo, levando-o ao novo. Por essa via, a mãe inscreve no filho o traço de memória. Assim, a marca instaurada pela falta registra o objeto do desejo no inconsciente, colocando em funcionamento o simbólico. Diante disso, a falta é primordial para a constituição do falante. Ela é a propulsora do desejo.

Conforme elaboração freudiana, o psíquico não é uma “projeção” direta do físico, mas sim a sua representação (FREUD, 1891/1977). Não há uma relação unívoca entre o físico e o psíquico, pois um não causa o outro. Essa concepção advém da renúncia à noção de percepção como impressão sensível e da proposição de desvincular o conceito de “representação” do conceito de “consciência”. Sob essa ótica, o psíquico faz referência, fundamentalmente, à dimensão representacional que permite atividades cerebrais inconscientes, responsáveis pelas modificações funcionais tanto de quantidades permanentes de excitação quanto do excedente. Ele aparece sob a forma de uma “imagem mnésica” não arrolada à consciência.

Essa imagem não se compõe tão somente como consequência de percepções da realidade externa, ela traz consigo marcas de diferença. Desse modo, o processo de formação da representação pode ser pensado como algo diferente e autônomo daquilo que se experimenta na consciência. A representação é, primeiramente, uma construção psíquica, efeito de uma contínua “recriação” da informação sensorial, conforme princípios associativos. O que se registra como representação, isso que norteia a formulação da teoria psicanalítica a partir da descoberta do inconsciente, é empreendido

¹⁵ Expressão empregada pelo Prof. Dr. Cristóvão Giovanni Burgarelli em aula no programa de pós-graduação na Universidade Federal de Goiás, na disciplina Psicanálise e Educação, 2º semestre acadêmico, dia 28 de setembro de 2017.

por meio dos efeitos daquilo que se perde sem, contudo, cessar de não se escrever o inapreensível (LACAN, 1968-69/2008).

Com essa concepção de representação, entendemos que a pulsão transforma o corpo do bebê e ressoa um dizer que só produzirá efeito se esse corpo for sensível a ela. E ele o é (LACAN, 1975-76/ 2007, p.19). Isso implica considerar que a primeira alteração do real em sujeito sob o efeito da demanda é a pulsão. E se a pulsão não possuísse já esse efeito da demanda, esse efeito de significante, ela não poderia estabelecer-se em um esquema tão expressamente gramatical. Diante disso, há pulsão apenas como efeito de linguagem, por meio da demanda. Pela leitura lacaniana, algo do real, essa *Coisa* irreduzível à representação de que nos alerta Freud (1895/2006), emerge na possibilidade de enlaçar o ser ao registro simbólico.

Em decorrência desse fato, a estruturação psíquica de um bebê efetiva-se quando o corpo é inscrito pelo desejo da mãe, pela linguagem. O trabalho de Freud colocou em destaque o corpo não apenas como organismo biológico, puro somático, mas também erógeno, abalizado pelo desejo inconsciente, pelo sexual, pela linguagem. É ele o lugar das pulsões – oral, anal, escópica, invocante e dos objetos – o seio, as fezes, o olhar, a voz. Ele é *corporeidade*, efeito da implantação do significante no corpo, porque

[...] no atravessamento pela demanda do que seria uma necessidade, o corpo falante depara-se com um resto inassimilável, com algo cujo acesso direto se desvanece. No entanto, devido à função significante, em cujo semblante esse corpo se constitui como humano, participante da História, isso que ele encontra no nível do resto adquire dimensões outras. Desejo, pulsão e gozo são modalidades distintas de como um sujeito pode aceder indiretamente a esse resto, ou seja, ele toma o desejo do Outro como o seu desejo; toma a necessidade pulsional como uma necessidade biológica; toma o gozo marcado pelo significante como um gozo do puro corpo. (BURGARELLI, 2005, p.107)

Na tessitura da rede significante, o corpo da criança pequena é libidinizado, ele se constrói na relação com o Outro: o gozo do fluxo vital é, portanto, subtraído ao ser vivo, na cogente sujeição ao esquadramento da linguagem, que faz deste ser um sujeito. Ao ser atravessado pela palavra, o corpo desnatura-se e modifica-se. A palavra é a origem, não em uma acepção metafísica, mas sim em princípio material, “não é simplesmente uma sombra, um sopro, uma ilusão virtual da coisa, é a coisa mesma” (LACAN, 1953-54/ 1979, p. 206). A palavra não se autoengendra no *infans* nem é criada *ex nihilo*. É preciso um significante da ordem do Simbólico que faça

suporte para que o corpo possa ser corporeidade; “é o que garante a unidade, a unidade de copulação do sujeito com o saber” (LACAN, 1972-73/1982, p. 196).

Observamos que há todo um esforço psíquico de tentar vincular, recobrir com a palavra e transformar em série simbólica a presença de uma marca, um traço que a princípio não admite em si sentido algum e que insiste em preservar o sem-sentido da repetição de um gozo. Nessa marca, persistem as coisas recebidas do mundo exterior, contudo “*elas só podem ser ligadas sob uma forma significante*”. Igualmente, o sujeito apenas pode acolhê-las em sua diferença: “o inconsciente, portanto, não pode ser satisfeito pela procura da identidade perceptiva” (VORCARO, 2017, p.12).

Com base nesse entendimento, arriscamos apontar a tese de que na constituição do falante há incorporação do significante por meio da mediação da voz, inaugurando a superfície de inscrição em que um novo falante pode assumir a palavra. Isso não quer dizer que a linguagem seja vocalização, pois, como bem esclareceu Lacan (1962-63/2005), o que interessa é o vazio sonoro, o puro objeto lógico voz. Há nele um dizer, um significante que baliza o corpo, constituindo-o e, de tal modo, inaugurando o próprio *falasser*, enquanto este ecoa e responde a ele. A voz pode instaurar a fala ao mesmo tempo em que é aplacada detrás de sua significação.

Dessa forma,

é na medida em que a criança se dirige a um sujeito que ela sabe falante, que ela viu falando, desde o princípio do seu despertar para a luz do dia; é na medida em que há alguma coisa que joga como jogo de significante, como moinho de palavras, que o sujeito tem de aprender muito cedo que está aí uma via, um desfiladeiro por onde devem essencialmente inclinar-se as manifestações de suas necessidades para serem satisfeitas. (LACAN, 1958-59/ 2002, p. 23)

A voz comparece como alteridade do dizer, sinalizando a presença do Outro. Segundo Leite (2005), desde as primeiras experiências de satisfação, a voz que a criança ouve antes mesmo de poder falar é o modo mais próprio de o Outro se fazer presente. O vazio da voz marca o corpo da criança, faz borda e invoca-o a constituir-se como sujeito pela fala. Essa dimensão do processo de constituição inclui tomar a voz como objeto pulsional. Tal pulsão é aquela que invoca o sujeito falante, trazendo simultaneamente, além do ouvir, um chamar, como nos sugeriu Vivès (2005, p. 01). O *infans* pode admitir que a palavra o afete, mesmo sem assimilá-la, e, para isso, ele carece estar em posição de adotá-la. Todavia, nem sempre tal instauração advém, como se observa na literatura

sobre os autistas.

Percebemos, pois, que a voz como marca da alteridade no corpo implica a relação do *infans* com o sujeito falante. Esse corpo já é um corpo não biológico, circunscrito à feição perverso-polimorfa, uma vez que a sexualidade infantil não admite lei nem proibição, e os objetos e alvos são suscetíveis à libido, que para Freud corresponde à energia da pulsão sexual. Depreendemos, com isso, que a linguagem desnatura o corpo, tornando-o um corpo erógeno, investido libidinalmente. Nesse processo, inaugura-se a superfície de inscrição em que um novo falante pode assumir a palavra.

É importante salientar que a ideia de corpo erógeno rendeu a Freud inúmeros estudos a respeito da sexualidade, e de modo particular, a infantil. Ao compreender o corpo sob a lógica do erotismo, o psicanalista reconhece-o como o conjunto de “impressões” ou de “signos de percepção” (FREUD, 1892-1899/2006) que o toque materno permite destacar da anatomia infantil. Segundo Freud, a mãe exerce um papel fundamental na organização do corpo físico como erógeno. No entanto, para que essa transformação ocorra, é preciso que ela decifre os gestos do bebê. Feito isso, a mãe “[...] com todas as suas expressões de ternura” desperta “a pulsão sexual de seu filho” (FREUD, 1905/2006, p. 159). É este “valor sexual projetado” sobre a zona da satisfação que gera a constituição do corpo erógeno. Ou seja, como Outro de linguagem, a genitora significa e nomeia o corpo do bebê, inserindo esse pequeno ser no universo do discurso. Depreendemos, então, que o organismo vai ganhando inscrições psíquicas, sendo, pois, simbolizado como efeito do trabalho do psíquico em sua relação com o corporal.

Nesse sentido, a satisfação inicial das pulsões sexuais, então parciais, decorre de seu apoio nas pulsões de autoconservação. Inicialmente, as pulsões parciais não contêm uma fonte, “processo excitatório num órgão” (1905/2006, p.159). Amparando-se em uma pulsão de autoconservação, a pulsão parcial se satisfaz numa primeira vez com o encontro de uma fonte — a zona erógena existente em qualquer parte do corpo, até mesmo nos órgãos internos — e de um objeto. Posteriormente, as duas classes de pulsões se afastam, e a pulsão parcial repete sua satisfação sexual não mais por meio do objeto submetido à autoconservação, mas pelo autoerotismo. A ausência de um objeto absoluto a ser acometido faz com que a pulsão se satisfaça no próprio corpo, sendo, portanto, autoerótica, conforme comentou Freud (1905/2006, p.170).

Freud ilustrou o autoerotismo com a prática do chuchar [*Ludeln ou Lutschen*], ou

seja, sugar com leite. Segundo o psicanalista, a satisfação pode ser encontrada por meio do sugar rítmico de alguma parte do corpo. Assim, a busca de um prazer anteriormente vivenciado vem à tona por meio da satisfação de uma necessidade, como da de mamar no seio da mãe, por exemplo. Isso acontece porque, no dizer de Freud, “os lábios da criança comportaram-se como uma zona erógena, e a estimulação pelo fluxo cálido de leite foi sem dúvida a origem da sensação prazerosa”, ou seja, “a necessidade de repetir a satisfação sexual dissocia-se então da necessidade de absorção de alimento [...]” (FREUD, 1905/2006, p.171).

É possível aferir que o ato de chuchar, além de saciar a fome, também é uma via de prazer. Essa prática gera o prazer pela repetição. Ela esvazia a pulsão e, simultaneamente, favorece o início da constituição psíquica do *infans*. Isso indica que a pulsão sexual está presente na vida do *infans* desde o seu nascimento. Com essa ideia, a teoria freudiana sobre a sexualidade infantil opõe-se à concepção filosófica da época, segundo a qual a infância seria constituída pela ausência de pulsão sexual. Para Freud, o campo do sexual não está refreado ao do genital, uma vez que a função sexual opera pela ação das pulsões parciais e não apenas em razão de uma conduta instintiva. Com efeito, o psicanalista considerou errôneas as concepções que afirmaram a ausência da pulsão sexual na infância.

No curso de suas elaborações, Freud (1915/2006) apresentou com detalhes os elementos estruturantes da pulsão, tomando-a como um conceito fronteiro, situado entre o psíquico e o somático, e também dotada de quatro elementos, a saber: a pressão, o alvo, o objeto e a fonte. A pressão, energia potencial, presente e insaciável, movimenta o aparato psíquico. O alvo da pulsão é sua satisfação plena que, no entanto, não poderá ser satisfeita. Já o objeto é variável e liga-se à pulsão em consequência de sua capacidade de tornar possível a satisfação. E, por fim, a fonte da pulsão é o interior do corpo.

A realização do desejo para Freud encontra-se atrelada à realidade psíquica. Não há coincidência entre o objeto alucinado e o objeto real. Logo, a ausência do objeto resulta em uma *alucinação*. É essa alucinação a responsável pela primeira apropriação ativa por parte do infante. Nesse processo, o objeto é representado no psiquismo por meio de cortes e contrafações, o que reforça a condição de parcialidade do objeto. A partir desses elementos, concluímos que o desejo é o propulsor do psiquismo.

Diante disso, verificamos que a psique tem seu móbil na força pulsante do reencontro, tornando a repetição constitutiva do próprio cerne do aparelho psíquico.

Com tal pensamento, Freud ensartou o conceito de pulsão de morte¹⁶ para se referir à pulsão desligada, desarticulada de qualquer representação, sendo, todavia, uma tendência destruidora. Ela é indefectível e se mantém inerte: não é descarregada e inscrita como representação “faz furo”.

Anos mais tarde, precisamente em 1920, Freud conferiu ao fenômeno da compulsão à repetição o caráter de uma força demoníaca que debela o princípio do prazer. Nessa força há, então, o elemento de obstinação pelo reencontro do objeto perdido. É uma busca perseverante, pois não cessa de engendrar objetos substitutos e é por isso que a operação da repetição estrutura o universo dos objetos. Essa forma de pensar instigou o psicanalista a criar o conceito de pulsão de morte, desencadeada pelo excesso de excitação no aparelho psíquico. Ao ser afetado por esse excesso, o aparelho psíquico não consegue operar as ligações necessárias à absorção total de excitação. Nesse caso, o nível de excitação não absorvido transborda, e isso acaba gerando uma sobra que repete compulsivamente como algo não resolvido. A pulsão de morte se constitui por essa sobra não assimilada pelo aparelho. O resto não tem nome, e sua força tenta desarticular, por sucessivas e persistentes repetições, o que até então se encontra organizado (pulsão de vida), até que possa se ligar a uma representação.

A pulsão de morte não tem objeto definitivo e não representa o fim, mas, em princípio, uma disposição. Esse tipo de pulsão, como poder destrutivo, disjuntivo, evita a repetição do mesmo; ela impede a conservação das totalidades constituídas, gerando a emergência de formas novas. E se repete sempre em busca da satisfação plena, seguindo a via mais curta. Portanto, caso o sujeito não elabore uma representação vinculada a algo, a pulsão se repete de modo indefinido. Esse movimento está na base da constituição do inconsciente.

De acordo com Freud (1920/2006), a compulsão à repetição incide em uma pressão cumprida por um *quantum* de afeto, cuja magnitude não é apreendida pelo aparelho psíquico. Esse entendimento revela o caráter compulsivo da repetição. Ela é uma expressão da pulsão de morte: pura intensidade pulsional, excesso de excitação que, por não possuir representação, causa consideráveis perturbações ao funcionamento psíquico. Notamos, assim, que o circuito da compulsão à repetição e da pulsão de morte incide no fato de que o aparelho psíquico não consegue elaborar a experiência

¹⁶Em *Além do princípio de prazer* (Freud, 1920/2006) há uma ressignificação da teoria sobre as pulsões, com a inserção do dualismo pulsão de vida e pulsão de morte e com a descoberta da articulação entre o pulsional e a compulsão à repetição, que existe sem estar sob o domínio princípio de prazer.

traumática e, por isso, inscreve a pulsão no campo da representação. Dessa forma, o que não pode ser representado abala o aparelho e gera forte desprazer. O não-representado, como pura intensidade, projeta-se sem rumo, comparecendo em forma de sofrimento e dor. Por esse motivo, o recalque¹⁷ conserva a vivência traumática distante da consciência. Ora, mas o que seria o recalado? Para Freud, seria a ‘representância’ da representação da pulsão [*die Vorstellungsrepräsentanz des Triebes*], isto é, traços mnêmicos que permanecem escritos no inconsciente em distintos registros.

Todas essas elucubrações freudianas tinham um objetivo: entender o modo de funcionamento do aparelho psíquico. Com essa ideia, Freud avançou em suas investigações e, no ano de 1925, publicou o texto *A negativa*, resultado de sua experiência clínica. Nesse texto, Freud pressupôs que a denegação [*Verneinung*] implicou “na suspensão do recalque, sem, efetivamente, incidir em uma aceitação ou uma negação completa do mesmo” (FREUD, 1925b/2006, p. 148). A denegação instituiu uma forma de se tomar conhecimento do recalado. Ela seria, pois, uma suspensão do recalque e não sua aceitação. Parafraseando Moraes (1999), o recalque incide sobre o conteúdo representacional consentindo, sobretudo, que este atinja a consciência. Essa operação parece ser outro modo de separação da representação e do afeto. Assim, a representação recalada, desde que seja negada, reincide com todas as letras, ou seja, “a representação recalada aparece na fala, na forma ou com a coloração da descarga de seu afeto correspondente” (1999, p.73). Tal proposição surpreende por conter a ideia de que algo das origens da constituição do psiquismo advém a partir de uma negação; algo que permanece enlaçado à pulsão de forma a produzir efeitos no funcionamento psíquico. A negação atua, portanto, no campo das palavras, no intento de impedir o afeto desagradável arrolado a uma representação.

Na raiz do processo de julgamento é possível identificar as operações primordiais que professam a estrutura de trabalho do princípio de prazer. Assim, valendo-se da relação entre corpo e afeto na clínica, Freud (1925b/2006) assinalou duas forças primeiras na constituição do julgamento: a de atração e a de expulsão, que estabelecem o essencial do “sim” e do “não”, ambas sob o domínio do princípio do prazer. Convém destacar que o julgamento é pensado por Freud em alusão à instância do objeto. Nessa fase de pesquisa, Freud vinculou o funcionamento do aparelho à

¹⁷O recalque (*Verdrängung*) constitui-se em uma aversão, por manter catexizada a imagem mnêmica hostil, enquanto os estados de desejo resultam em uma atração positiva para o objeto desejado ou, mais precisamente, para sua imagem mnêmica. São, portanto, dois mecanismos básicos do aparelho psíquico: a *defesa primária* ou *recalque* e a *atração de desejo*.

atividade de ajuizamento. Isso significa que a função do juízo no aparato mental é direcionada por duas decisões.

A primeira corresponde à atividade de conferir ou negar uma qualidade a uma coisa – juízo de atribuição, conduzido pelo princípio de prazer. A segunda diz respeito ao “teste de realidade”,¹⁸ que ratifica ou refuta a existência real da representação psíquica dessa coisa – juízo de existência, regulado pelo princípio de realidade. Assim sendo, o “primeiro e mais imediato objetivo do teste de realidade não é, destarte, encontrar na percepção real um objeto correspondente ao que foi imaginado [*vorgestellt*], mas *reencontrá-lo*, certificar-se de que ele ainda permanece presente.” (FREUD, 1925/ 2006, p. 149 – itálico do autor). Entre conferir, negar, ratificar e refutar o juízo de existência evoca a diferença entre a catexia de desejo e o investimento de uma percepção que lhe seja análoga, objetivando a justaposição parcial entre ambos. Nesse procedimento, a realidade psíquica constitui-se na medida em que se trata de traços incorporados ao Eu. Em função do juízo de atribuição, esses traços podem ser retomados na realidade.

Dito de outro modo, conforme expôs Lucero (2015), o juízo de existência seria possível pelo símbolo da negação que atuaria sobre a separação dos componentes afetivos e intelectuais, e também na diferenciação entre o Eu e o objeto externo, isso a partir da nomeação, possibilitada pela *Bejahung* [afirmação]. É importante observar a apreciação de Hyppolite (1966/1998), para quem o afetivo, desde o princípio, posiciona-se na dimensão distintiva da condição humana. Essa tese sugere que até a mais primitiva ação humana incide no interior do simbólico, já que este o antecede e o marca intimamente. Não há, pois, o afetivo puro de um lado e o intelectual de outro, disjunto do afetivo para depois apropriar-se dele. De tal modo, mesmo que em princípio o Eu se enleie com os objetos que lhe proporcionam satisfação, o simbólico (via *Bejahung*) não consentirá que essa equivalência imaginária exceda certos encostes que poderiam, até mesmo, afetar os limites do próprio Eu.

No juízo de atribuição, o objeto do investimento da pulsão é o Eu primário, o *eu-prazer* originário, que introjeta, firma o que é bom, a pulsão de vida, promotora de um deleite, um prazer. Nesse primeiro julgamento, o Eu busca se diferenciar, pela primeira

¹⁸ Para Freud, o teste de realidade entra em cena quando e se os objetos, que “outrora trouxeram satisfação, já tiverem sido perdidos” (FREUD, 1925/2006, p. 149). Conforme observa Porchat (2005): “Existe algo que é possibilitado pelo teste de realidade. Este algo é precisamente aquela divisão entre um dentro e um fora, entre interno e externo”. E esse algo também nos permite viver de acordo com o que acontece fora, em caso contrário, não sobreviveríamos (p.156).

vez, do mundo exterior determinando um princípio de autoidentidade: identifica-se com o que é bom e expulsa para fora de si o que é mau (FREUD, 1925/2006). Sob esse prisma, podemos dizer que não existe primordialmente, no indivíduo, uma unidade comparável ao Eu. Este se estabelece a partir de uma expulsão para fora de si do que causa desprazer. Portanto, no juízo de atribuição há uma primeira negação que corresponde à negação da afirmação, pensando esta última enquanto não produtora de diferenças. A negação dá lugar a uma disjunção primeira que é vivida pela criança em termos do diferencial interior-exterior. No entanto, não há ainda aqui a "criação do símbolo da negação". A diferenciação é puramente corporal. Interiorizar o que é vivido como prazeroso e banir o que é vivido como desprazeroso e curioso é o inicial mecanismo defensivo de que o recém-nascido se faz valer.

Esse princípio expulsa, nega o que é mal, a pulsão de morte, fonte de desprazer. Tendo em vista a introjeção como uma afirmação de algo bom ou ruim, a negação é também parte constitutiva desse processo. Logo, para que haja a introjeção, algo tem que ser expulso, negado. Tal como a negação simbólica, trata-se, igualmente, de uma separação entre afeto e representação, porém, incidindo de forma imediata na apreensão da realidade, independente de serem instauradas as condições para o recalque.

É possível identificar na expulsão primordial, negação própria ao julgamento de atribuição, a operação de *Verwerfung* (foraclusão) e o que constitui o real enquanto aquilo que subsiste fora da simbolização. Nessa perspectiva, a expulsão primordial seria um processo articulado à constituição psíquica e à origem do sistema de representações. Esse tempo primeiro é a possibilidade para que uma representação exista para o sujeito. Consideramos, com isso, que é por meio da primeira expressão de negação (dos juízos), que Lacan faz referência à simbolização e à lógica da *Bejahung*. Moraes (1999), a partir de Freud, diz que nessa operação primordial de inclusão no eu [*EinbeziehunginsIch*] e de expulsão do eu [*AusstossungausdemIch*]

[...] já está contida a origem do pensamento, já que, segundo Freud, o objeto precisa primeiro ser afirmado, antes que se decida sobre sua existência: O pensamento, então, se constrói em uma polaridade: a afirmação [*Bejahung*], que substitui a unificação [*Vereinigung*]; e a denegação [*Verneinung*], que é sucessora da expulsão [*Ausstossung*]. O pensamento, tal qual Freud o apresenta através da função do julgamento, é uma continuação do processo primordial através do qual o Eu integra ou expulsa o objeto do seu interior, de acordo com o princípio do prazer. (MORAES, 1999, p.66)

Ao que parece, a ideia é de que a polaridade afirmação-negação é um princípio basilar para passar de uma condição para outra. Assim, na operação de expulsão, aquilo que foi retirado do Eu conserva-se fora do domínio do princípio do prazer, e o que é estranho a essa operação de divisão gera, sobretudo, o "desígnio da ação motora" (FREUD, 1925/2006), pondo fim ao adiamento do pensamento debelado ao princípio do prazer. Nesse caso, o fora se torna o não assimilável pelo psiquismo, um resto presente como estranho e hostil. É possível depreender que a divisão postulada por Freud entre dentro e fora é, com Lacan,¹⁹ uma “espécie de interseção do simbólico e do real, que podemos dizer imediata, na medida em que ela opera sem intermediário do imaginário, mas que se mediatiza, ainda que precisamente sob uma forma que se renega, pelo que foi excluído no primeiro tempo da simbolização” (LACAN, 1954/1998, p. 385).

Por meio de uma releitura analítica e não genética do texto *A Negativa*, Lacan pressupôs que na questão dialética entre afirmar e negar encontra-se a operação mais primordial de todas: o externo e o interno (LACAN, 1954/1998, p.384). Para Freud, a representação subjetiva do irreal é apenas interna. No entanto, o real envolve as duas dimensões. Isso significa que em uma experiência de satisfação não basta o objeto de desejo possuir o atributo bom. Ele também deve se encontrar no mundo externo para que o *infans* o introjete sempre que dele necessitar. Tal entendimento permite considerar que, nas relações estabelecidas entre o *infans* e seu cuidador, a introjeção constitui um dos elementos de entrada do *infans* na ordem simbólica. Essa operação primordial baliza o início do processo da constituição do falante, o rompimento da sua simbiose com a mãe. Segundo Lacan, a introjeção (*Bejahung*) “é sempre introjeção da palavra do outro” (LACAN, 1953-54/1979, p. 100). Ela é “a condição para que alguma coisa exista para o sujeito” (p. 73) e constitui a chamada afirmação simbólica primeira. É do imo da palavra o agarrar-se ao outro.

Nessa perspectiva, a introjeção só tem sentido com a expulsão (HYPPOLITE, 1954/1998). Isso implica dizer que a afirmação é isomorfa, um substituto [*Ersatz*] da unificação, e a negação é a sucessora [*Nachfolge*] da expulsão. Assim, o ato de expulsar, a *Ausstossung*, é primário e gerido pelo princípio de prazer. Diante disso, qualquer excitação oriunda do interior ou do exterior precisa ser descarregada, expulsa para fora, já que rompe com a dinâmica homeostática do aparelho psíquico. A negação constitui "o

¹⁹ Cabe ressaltar que, mesmo antes de construir o nó borromeano, Lacan já vislumbrava as noções de real e simbólico, articuladas às elaborações feitas por Freud no texto *A Negativa* acerca da constituição do juízo. Tal proposição será desenvolvida no curso deste trabalho.

real na medida em que ele é o domínio que subsiste fora da simbolização" (LACAN, 1954/1998, p. 390). Nesse caso, o sim e o não estão presentes tanto no juízo de atribuição (se eu gosto, eu engulo; se eu não gosto, eu cuspo) quanto no juízo de realidade (se é perceptível, é real; se não é perceptível, não é real).

A percepção, para além de um processo passivo, conforme elucidou Freud, é efeito do engendramento de "pequenas quantidades de catexias [de investimentos]", emitidas pelo Eu para o sistema perceptual. Sob a égide do julgamento, a percepção envolve, a princípio, uma "experimentação", "uma apalpação motora, com pequeno dispêndio de energia" (FREUD, 1925/2006, p. 299) que se vincula a um tempo anterior à constituição do falante. Diante disso, o *infans*, ainda não constituído como falante, conhece a satisfação de ter sua fome e outras necessidades atendidas por seu cuidador, o *Nebenmensch*. No início desse processo, o externo ao *infans* ainda não lhe é estranho, pois seus desejos são prontamente atendidos. No entanto, com "o trabalho de emitir juízos", por meio de uma atribuição, uma ação judicativa, o *infans* começa a se diferenciar do mundo externo. E isso acontece "graças [...] à criação do símbolo da negação" (FREUD, 1925/2006, p. 150), que ensarta a ausência da coisa, causando a entrada do *infans* no registro das representações e da linguagem. Tal ausência consente que o símbolo da negação não coincida simetricamente a nenhum significante. De fato, "a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão" (LACAN, 1956-1957/1995, p. 189).

De tal modo, a "negação primária", formada pelo par afirmação-expulsão primordial (*Bejahung* e *Ausstossung*),²⁰ incide na divisão entre sujeito e objeto, estabelecendo as primeiras representações como signos. A operação da "afirmação primordial",²¹ então, é a incorporação das primeiras percepções como representações que vão estruturar os traços mnêmicos do aparelho psíquico. Trata-se de uma primeira escrita simbólica que leva o *infans* a introjetar os objetos por meio de signos.

A negação primordial faz com que uma representação exista dentro do sujeito ao mesmo tempo em que se encontra fora dele. Entretanto, a separação do mundo interno com o mundo externo ainda não é dada definitivamente, uma vez que ela se constitui de uma primeira estrutura de signos. Nesse processo, ainda há uma mediação direta entre a

²⁰ *Ausstossung*, *expulsão*, em sua face negativa, constitui o fora como real exterior, para sempre perdido e impossível de ser encontrado. Os desdobramentos que decorrem desse processo são elementos importantes para pensar o como o falante se estrutura e a relação dessa estruturação com o real, o simbólico e o imaginário em Lacan. Tal proposição será desenvolvida na próxima parte deste trabalho.

²¹ O termo *Bejahung*, utilizado por Freud para caracterizar o juízo de atribuição, foi traduzido por Lacan como afirmação primordial.

representação do objeto e o próprio objeto. Com Hyppolite, a “negação primária” mostra-se em um simultâneo e duplo movimento. Por essa via simbólica, a redescoberta do objeto surge de um mecanismo alternativo de expulsão e de introjeção, de projeção e de absorção, quer dizer, de um “jogo imaginário” (LACAN, 1953-54/1979, p. 99). Freud trata dessa questão na narrativa do *Fort da*, uma brincadeira de jogar e puxar o carretel que acontece no fluxo da repetição cuja função é a simbolização da ausência da mãe.

A criança tinha um carretel de madeira que estava enrolado com um barbante. Nunca lhe ocorreu, por exemplo, a ideia de puxá-lo, atrás dela no chão, isto é, brincar de carrinho com ele; porém, jogou o carretel amarrado ao barbante, com grande habilidade, sobre a beira de sua caminha coberta, de tal modo, que este desapareceu ali dentro; disse então seu significativo o-o-o [*Fort*] e, depois, puxou de volta o carretel pelo barbante para fora da cama, saudando então, seu aparecimento com um alegre ‘Da’ (“aqui”). Essa era, portanto, a brincadeira completa, desaparecer e voltar, da qual, na maior parte dos casos, se chegava a ver apenas o primeiro ato, e, esse seria incansavelmente repetido por si só como brincadeira, apesar de que o maior prazer, sem dúvida estivesse ligado ao segundo ato. (FREUD, 1920/2006, p.115)

Lacan (1964/1985), com ênfase no simbólico, considerou que o *fort-da* consistia na simbolização primordial da ausência da mãe enquanto Outro. Nesse caso, o movimento físico da mãe de ir e vir transcreve-se psiquicamente. Essa alternância simbólica possibilita uma inscrição pulsional, em que o *infans* passa do funcionamento da necessidade para o funcionamento desejante. Em correlato retoma-se a alternância entre a fala da mãe e o silêncio.²² Ao silenciar a voz, a mãe possibilita que o *infans* se aliene ao campo da linguagem e efetive sua primeira função psíquica na rede simbólica.

Nessa lógica de funcionamento, a ausência repetida representa uma perda de gozo e introduz a separação entre o bebê e a mãe. Não há mais uma unidade entre os dois. A mãe passa a ser o objeto perdido, e o que permanece é um resto, denominado por Lacan de objeto *a*,²³ não representável como tal, não partilhável, nem intercambiável, portanto, alheio a toda definição possível da objetividade. O objeto *a*,

²²Na condição de significante, o silêncio não poder ser compreendido apenas como ausência de som, mas condição fundamental para a existência da linguagem. Nesse ponto, é possível que ocorra o silêncio após o recalçamento da voz como objeto pulsional, comportando em si a dimensão significante a que a pulsão remete.

²³Na teoria lacaniana, considerado a encarnação de um vazio, o objeto *a* é tomado como causa do desejo. Não está à frente do desejo, não é dirigido pelo desejo. Assinalado pelo significante da falta no Outro, S(A), o objeto *a* funciona no lugar onde a existência do Outro falha.

potência imaginária, opera no lugar onde a existência do Outro falha. Nesse processo, há uma busca pela Coisa, *das Ding*, o objeto perdido. Entendemos, assim, que a pulsão sai de uma borda erógena e a ela retorna, contornando o objeto perdido da satisfação, o objeto *a*, resto do primeiro encontro com aquele que assume a função materna. Esse contorno substitui o fluxo vital por significantes oferecidos pelo Outro, plenamente envolvido pelo tecido da linguagem, ao *infans*.

Lacan diz:

[...] a paixão do significante torna-se uma nova dimensão da condição humana, na medida em que não somente o homem fala, mas em que, no homem e através do homem, isso fala, em que sua natureza torna-se tecida por efeitos onde se encontra a estrutura da linguagem em cuja matéria ele se transforma, e em que por isso ressoa nele, para além de tudo o que a sociologia das ideias pode conceber, a relação da palavra. (LACAN, 1958/1998, p.695)

Nesse sentido, para o *infans*, a fala do outro é, primeiramente, constituída no deslizamento metonímico do significante. Seu valor de conversão simbólica não se encontra no sentido compartilhado das palavras, mas no desfrute das sensações que produz. Embora inassimilável, *das Ding* serve de referência para o desejo, possibilitando ao aparelho psíquico o registro das associações. Cada nova associação que se funda no aparelho psíquico altera a significação funcional das vinculações anteriormente estabelecidas. Ora, o significante não está diretamente vinculado à coisa representada, assim como também não sustenta uma relação referencial.

Com efeito, a intervenção do Outro implica a entrada da criança na ordem simbólica e se refere à falta real, à parte perdida do sujeito, ao fato de existir o significante. Nesse caso, impera a impossibilidade de o sujeito se estabelecer separado do Outro. Trata-se da construção de um lugar a partir do qual o *infans* pode se posicionar como falante, isto é, de uma estrutura. Todavia, cabe salientar que nos autismos a presença absoluta do Outro pode ter como consequência a seleção de um objeto que não obedece ao circuito pulsional endereçado ao corpo do outro.

Envolto nessas proposições, Lacan (1958-59/2002) sugeriu a análise da *Verneinung* por meio do estudo da partícula negativa *ne* e seu uso na língua francesa em sentido discordancial. Para tanto, o psicanalista fez menção aos estudos de Pichon e Damourette²⁴ sobre o emprego do *ne* com efeito de discordância entre a oração

²⁴ Édouard Pichon (1890-1940), membro fundador da Sociedade Psicanalítica de Paris, publicou, junto ao

subordinada, o fato central da frase e o uso exclusivo da partícula *pas*. Para os referidos autores, a negação francesa é constituída por duas partículas, sendo elas: a partícula *ne*, antecessora do verbo a ser negado, e as partículas *pas, rien, jamais*, dentre outras, que são alocadas depois do verbo. Assim, em francês não há negação real, mas a combinação entre a discordância (*ne*) e a forclusão (*pas, rien, jamais*). Diferente dessa proposição, Lacan indicou que as cargas negativa e positiva dos termos se encontram, de alguma forma, segundo o modo como a estrutura frasal se constitui. Para ilustrar essa premissa, Lacan (1958-59/2002, p. 81) apresentou como exemplo a frase *je crains qu'il ne vienne* (temo que ele não venha). A partícula *ne* expressa a discordância entre o sujeito da oração principal *eu temo* e a hipótese que ele pondera que ele venha. O *ne*, em vez de exprimir uma negação sintática, opera apenas como discordancial e, de tal modo, exprime o anseio do locutor de que ele venha. Há aqui, na própria estrutura da linguagem, uma divisão do sujeito. De acordo com Lacan:

Sem nenhuma dúvida não estamos aqui para fazer a gênese da linguagem, mas algo está implicado mesmo na nossa experiência. Isto é o que quero mostrar-lhes que nos indica em todo o caso a articulação que dá Freud do fato da negação implica que a negação desça da enunciação ao enunciado; e de que maneira isto nos surpreenderia uma vez que toda a negação no enunciado contém certo paradoxo, porque coloca algo ao mesmo tempo digamos num certo número de casos como não existente, entre os dois, algures, entre a enunciação e o enunciado e nesse plano onde se instauram as discordâncias, onde algo no meu receio precede o fato que ele venha e, almejando que ele não venha, apenas pode articular esse "Temo que ele venha" ["*Je crains qu'il vienne*"] como um "Temo que ele venha" ["*ie crains qu'il ne vienne*"] agarrando de passagem, se posso dizer, esse *ne* de «discordância» que se distingue como tal na negação do *ne* forclusivo [*forclusij*]. (LACAN, 1958-59/2002, p.98 grifos do autor)

Notamos que a partícula *ne* produz uma distinção entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado. Essa distinção faz referência à divisão do sujeito operada pela linguagem. A linguagem, enquanto uma vertente do simbólico, é exterior e anterior ao sujeito, uma estrutura independente do falante. A negação apresenta-se como uma formação própria segundo a lógica do inconsciente na medida em que este se constitui

gramático Jacques Damourette, o monumental *Des mots à la pensée* (1911-1927). Na quinta lição do *Seminário, livro 06: o desejo e sua interpretação*, Lacan (1958-59/2002, p.96-97) se refere a Pichon como "um de nossos psicanalistas primogênitos".

pela marca diferencial do significante. Este nunca coincide com ele mesmo, mas faz alusão a uma negatividade fundante do sujeito. É a ação do significante que barra o sujeito lançando-o em um mais além em busca de um significante que o represente. Essa operação institui o lugar do Outro como endereçamento de onde se tenta obter um suposto saber. É assim que a negação possibilita o retorno do recalcado e sua retomada a partir do lugar do Outro. A preexistência da linguagem implica que o *infans* só pode adentrá-la à custa de uma negação, da exclusão de uma inércia psíquica. É essa exclusão que permite a fala e, logo, assegura a entrada na linguagem. Opostamente, a não entrada na linguagem, como pode ser o caso do autismo, anuncia certa dificuldade em servir-se dela para falar. Da mesma forma, falar não garante a imersão do sujeito na linguagem, o que é mencionado por Lacan (1956/1985) ao referir-se ao psicótico como “uma boneca falante”.

Assim, pensando na passagem do *infans* ao falante, observamos que, para lidar com a perda e ou ausência do objeto, o sujeito cria o fantasma, “o único procedimento disponível ao sujeito para a objetificação do seu desejo” (SAFATLE, 2006, p.199.). Essa objetificação implica pensar a natureza do objeto no que ele apresenta de mais arbitrário, a saber, sua qualidade de ser parcial. Com a elaboração fantasmática, o sujeito muda de posição em relação ao objeto, e este não se constitui como algo a ser reencontrado, mas como aquilo que se aloca atrás do sujeito, causando-o. Essa criação se exhibe na cadeia de significante e tem o papel de tamponar a falta, a abalizadora da emergência do sujeito. Nesse aspecto, o fantasma, uma construção imaginária e simbólica, figura como forma privilegiada de satisfação da pulsão. E, ao contrário do desejo, essa imagem constitui o objeto posto no lugar da falta. Ela responde ao enigma do desejo, logo objeto é o desejo.

A atividade fantasmática, cena fictícia, gera o objeto pelo fato de confrontar os objetos da cena contemporânea às primeiras experiências de satisfação. É, pois, um endereçamento ininterrupto dos objetos do universo empírico ao itinerário fantasmático, velado do sujeito. Isso implica dizer que esse velamento no fantasma provê as condições de medição entre o sujeito e o objeto de seu desejo. Como efeito disso, o sujeito no fantasma é assinalado por uma passividade constitucional (constitui-se como efeito do objeto, do significante). Para Vorcaro e Ferreira (2017),

a lógica do fantasma, comportando a alienação e a separação, pode se configurar como uma matriz escrita que se repete, embora solidária à

própria lógica do sujeito, isto é, a sua invenção para se haver com a castração do Outro. [...] o fantasma socorre o sujeito, uma vez que realiza a posição de objeto para fazer voltas ao desamparo que a falta no Outro produz. (VORCARO e FERRERIA, 2017, p.96)

Trata-se da criação de um fantasma fundador a partir de uma falta suposta no Outro. Nesse caso, cabe enfatizar que, se o agente materno admite enganar-se e toma o filho (substituto do falo) no lugar do objeto de seu fantasma, temos as condições para que se confirmem entraves à estruturação subjetiva. A investigação lacaniana a respeito do valor da falta e da produção do fantasma institui a constituição subjetiva em duas vias estruturais: o estádio de espelho²⁵ e a metáfora paterna. A primeira trata da formação do Eu e de uma unidade imaginária para que um sujeito possa advir. A segunda enfatiza a condição de entrada do sujeito no campo do simbólico, o da linguagem. Nesse sentido, a função paterna opera como elemento de castração que introduz a possibilidade de o sujeito não se julgar maior que a Lei. Nas duas vias entra em jogo o advento da alteridade, do ser ou não ser; ter ou não ter. O pai como uma metáfora que vem substituir o significante desejo-materno.

O estádio do espelho, primeira via estrutural da constituição subjetiva, funciona como um “drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação” (LACAN, 1949 /1998, p.100). Nesse drama, a antecipação é da ordem do imaginário²⁶ e produz as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade. Lacan apresentou o estádio do espelho como um período lógico da constituição subjetiva, o momento em que o *infans* reconhece como própria a imagem que vê no espelho. A imagem, fixada instantaneamente, causa-lhe júbilo, uma “*identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (LACAN, 1949/1998, p. 97). Isso acontece entre o sexto e o décimo oitavo mês de vida.

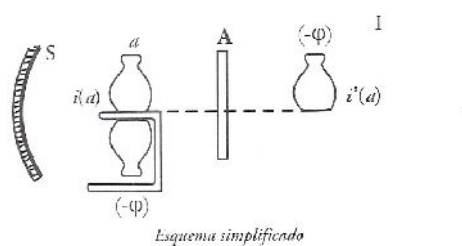
No entanto, cabe ressaltar que o sujeito nunca apreende a si mesmo, a não ser sob a forma do seu eu (*Moi*), inteiramente dependente do outro especular. Por esse motivo, o campo imaginário medeia a relação que o sujeito nutre consigo e com os outros (seus objetos). Essa *imago*, admitida pelo *infans* quando de sua impotência

²⁵O estádio do espelho tem ligações com as concepções de Henri Wallon (filósofo, neuro-psiquiatra, psicólogo) sobre a importância do espelho para a aquisição da noção de corpo próprio. Na perspectiva walloniana, a prova do espelho especifica a passagem do especular para o imaginário e, em seguida, do imaginário para o simbólico (ROUDINESCO & PLON, 1998, p.194).

²⁶O conceito de imaginário assinala o início do ensino de Lacan. *O estádio do espelho como formador da função do eu (je) tal como nos é revelada na experiência psicanalítica*, seu texto basilar, é uma releitura do texto freudiano sobre o narcisismo.

motora e dependente da mãe, resulta em júbilo visível e institui “a matriz simbólica em que o eu (*Je*) se precipita numa forma primordial”. Isso acontece “antes de se objetivar numa dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito” (LACAN, 1949/1998, p. 97). A identificação primária da criança com a imagem de seu corpo estabelece uma diferença entre o “eu” e o mundo exterior. Nessa experiência, o *infans* encontra no semelhante a Gestalt do corpo próprio, tomada não como simples forma, mas como uma organização complexa que vai além do estabelecimento de um contorno visual da figura do corpo sobre um fundo que o bordeia. É um ato que carece de uma nomeação simbólica por parte do Outro. A imagem vista no espelho é um esboço primitivo daquilo que será o seu Eu, que “é, *primeiro e acima de tudo, um eu corporal*” (FREUD, 1923 /2006, p.40, grifo do autor).

A respeito da constituição da imagem do corpo, Lacan avançou em seus estudos e, no *Seminário, livro 10: A Angústia* (1962-1963/2005), retomou a lógica do espelho chegando à conclusão de que nem todo investimento libidinal passa pela relação especular. Em suas palavras, essa retomada é necessária para “recordar como se atam a relação especular e a relação com o grande Outro” (LACAN, 1962-63/2005, p. 48). A fim de ilustrar esse entendimento, Lacan elaborou um esquema simplificado para revelar o limite que há na relação imaginária. Nessa relação advém um resto, algo está cortado, há um buraco real na imagem.



Esquema óptico simplificado.
 Fonte: LACAN, 1962-1963/ 2005, p.49.

Com esse esquema, empreendemos, portanto, a ideia de haver um resto na operação da constituição subjetiva. Esse resto, não identificável, é o objeto *a*, algo da ordem do imaginário, porém não especular. Para Lacan, o estatuto real do objeto *a* se opõe à lógica unificante do espelho. Na disposição esquemática, o objeto *a* encontra-se

à esquerda, à direita, projeta-se a falta da imagem ($- \bar{a}$)²⁷ menos ϕ . No plano de $i'(a)$ imagem virtual de uma imagem real a não comparece nada. Sobre o $i(a)$, Lacan imprimiu ($- \bar{a}$), isso indica que essa imagem não é visível, nem pode se apresentar, pois ela não adentra o imaginário especular. Nesse sentido, se o objeto não comparece no imaginário, ele não pode advir quando é demandado.

Nessa condição, a imagem se distingue pela falta, e esta funda o desejo, apreendendo-o. O desejo articula-se a uma ausência, tornando admissível o advento de uma presença que está em *outro lugar*, inapreensível para o falante. Com essa ideia, Lacan realçou o objetivo de Freud de implantar algo que não tem como característica a absoluta especulação. No dizer de Freud, apresentado na trigésima segunda lição de suas conferências introdutórias, trata-se “de introduzir as representações abstratas corretas, cuja aplicação à matéria bruta da observação faz nascer nela ordem e transparência” (FREUD, 1916-1917/2006, p.75), por isso é necessário conceber as representações corretas, aplicadas à observação. Nesse ponto, Freud propôs a angústia como um “sinal do perigo” à disposição do eu. Para Lacan, há uma reversibilidade da libido que passa do corpo próprio $i(a)$ para o objeto $i'(a)$ (LACAN, 1962-1963 /2005). Assim, a incidência de algo que se esquia causa perturbação.

É importante destacar a respeito do estágio do espelho processo em que se constitui uma imagem de um corpo próprio por intermédio do Outro que há algo que escapa e que causa uma perturbação no campo narcísico. A angústia, nesse caso, efetiva a perturbação, a expressão do objeto a , como resto da dialética especular. Segundo Lacan, quando há falta, há angústia. A expressão da angústia está arrolada com a presença do objeto, mas não o aponta como o objeto amado. A angústia advém, sobretudo, quando algo aparece no lugar onde incide a falta, ou seja, quando algo se consolida na imagem como hiância, borda, abertura nos encostes da imagem especular. Entendemos, com isso, que a apreensão da imagem do corpo no espelho como objeto principia o nascimento do eu. De acordo com Vorcaro (2008),

a imagem especular circunscreve a projeção do “eu”, cuja consistência é dada e sancionada pelo agente materno. A consistência de seu corpo é assumida porque o *agente alfaiate* talha e cose as aberturas, garante e adorna o organismo, tornando-o um corpo sensível até que, por meio das imposições do agente materno, a organização biológica é

²⁷ Letra adotada por Lacan (1960/1998) para referir-se ao falo negativizado na imagem especular, favorecendo, sobretudo, certa contenção do gozo.

interceptada: sobre ela uma organização sintática foi tatuada.
(VORCARO, 2008, p.95, grifo da autora)

Dizer que o *infans* se reconhece por meio das ‘costuras’ realizadas pelo Outro primordial, em uma operação psíquica constitutiva da subjetividade humana, implica o entendimento de que a função materna tenta articular o real do organismo do bebê ao simbólico que preexiste ao falante (LEITE, 2005). Essa elaboração se dá pela via do imaginário materno que investe e recebe o *infans* em um lugar simbólico, conectando o campo da linguagem ao do gozo. Portanto, em uma dimensão de alteridade, o exterior constitui também o interior do sujeito. Com a conclusão do estágio do espelho, via identificação alienante, a criança se apropria de uma imagem especular que a leva a entrar no complexo de Édipo e a persistir com sua constituição de falante. Nesse ponto, cabe pensar que essa constituição implica aceitar o apelo do Outro para entrar na linguagem. O sim e o não da criança instauram um ponto de surdez à palavra enigmática do Outro. Isso o faz separar-se dele.

Essa aceitação ou recusa do infante ao apelo do Outro é denominada por Freud de *Behajung* e *Austossung*. Ao reestruturar esses conceitos freudianos, Lacan tratou a aceitação (*Behajung*) como alienação, uma condição de entrada do infante na dialética significante, e a negação (*Austossung*) como separação, momento de desvinculação entre o *infans* e o Outro. Por meio da operação de alienação e separação advém o sujeito dividido, barrado (\$) em sua dependência significante com o Outro. Lacan ilustrou essa disjunção por meio de uma metáfora sobre “a bolsa ou a vida”. Se escolher a bolsa, perde a bolsa e a vida. Se escolher a vida, tem a vida desfalcada da bolsa.

O processo de alienação resulta do movimento do significante, isto é, da demanda do Outro. O bebê se aliena quando está submetido às palavras (significantes) que o Outro lhe endereça, ou seja, quando se assujeita ao campo do Outro. É importante retomar nesse ponto, como exemplo, o modo como a mãe fala com seu filho. A linguagem singular materna, voz melodiosa, entre outros gestos, explicita seu desejo e coloca o *infans* como objeto de gozo materno. Esse modo de falar da mãe, embora não seja a palavra e não possua significante associado, seduz a criança. O *infans* aliena-se a um chamado de que ele nem sabe ainda o conteúdo, mas que advém em seu corpo, não sem certo estranhamento. Os primeiros barulhos saem de sua dimensão real e principiam a produzir as possibilidades de um endereçamento no balbuciar.

Nesse movimento de linguagem há uma suposição da existência do sujeito que

ainda não está lá. Isso acontece porque a mãe traduz o grito, uma das primeiras manifestações de vida do bebê, como uma demanda, um apelo. Na dependência da resposta do Outro, a voz que se presentifica no grito da criança torna-se associada a um lugar do corpo da criança, inscrevendo um traço de diferença. Logo, por meio do grito, o Outro se faz presente ou ausente. A voz que o *infans* escuta antes mesmo de poder falar, como comenta Vorcaro, é “algo que veicula da identidade do corpo que precede o próprio corpo em relação à constituição do sujeito” (2005a, p.118). Isso inclui tomar a voz como objeto pulsional, capaz de invocar o *infans* a constituir-se na condição de linguagem. Nesse caso, a voz se diferencia da fala por ser essencialmente fora de sentido.

Sob esse *prima*, a resposta (S2) emitida pela mãe porta o desejo materno e estabelece o grito como demanda (S1), instituindo o par S1 — S2, criador da cadeia significante. O sujeito é apresentado por um significante a outro, sendo, conseqüentemente, aquilo que da cadeia de significantes se depreende com constante deslocamento. Isso permite reconhecer a importância da suposição de sujeito na passagem do *infans* ao falante. Nesses termos, pensar a constituição do sujeito implica considerar a “submissão do fluxo vital instintivo do ser à linguagem” (LACAN, 1964/1985).

Enquanto a alienação pressupõe a submissão do *infans* ao desejo do Outro, a separação responde à inscrição do desejo do Outro na falta que há no intervalo significante. Entre o S1 e o S2 ocorre “a causação do sujeito, para aí experimentar a estrutura da borda em sua função de limite, mas também na torsão que motiva o transbordamento do inconsciente” (LACAN, 1964/1985, p.327). Na separação, o Outro não é o mesmo da alienação. A mãe não pode saber tudo. Há um enigma, algo no bebê que ela não consegue interpretar. Dessa maneira, a mãe sustenta um movimento de separação, antes que a criança tenha condições de se separar dela de fato. Nesse ponto, a mãe ocupa a função de um terceiro. Ela aparece barrada, também faltosa. Para Lacan (1964/1985), na separação está em jogo o recobrimento de duas faltas: a do sujeito e a do Outro. Nesse caso, o Outro materno, com sinais de incompletude, dá indícios de que também se assujeitou à ação da divisão pela linguagem.

Nesse processo, a noção de sujeito barrado (\$) estabelece a incompletude do Outro por faltar a ele um significante capaz de identificar o sujeito. A falta percebida no Outro é o desejo metonímico, aquele que desliza nos significantes e é impossível de capturar. Nesse sentido, a relação de desconhecimento elabora analiticamente o reconhecimento do *eu* propriamente dito. Por meio da separação, o sujeito modifica sua

posição de objeto de gozo do Outro para entrar no universo dos seres falantes. Isso acontece porque entra em ação um terceiro, a Metáfora Paterna, como operador lógico que substitui o desejo da mãe pelo Nome do Pai.²⁸ Não obstante, veremos no curso desta tese que nos casos de autismos pode incidir certo entrave na operação de passagem da alienação à separação. Essa barreira impacta a composição da imagem corporal da criança.

Antes de tratar dos efeitos da ação desse terceiro na constituição do falante, é importante destacar que Freud recorreu à narrativa do Complexo de Édipo para tentar descrever miticamente a entrada do *infans* na linguagem. E é sobre o Édipo freudiano que Lacan (1957/1995; 1958/1998) tentou explicitar a função paterna por meio da circunscrição de uma ordem significativa em que mãe, filho e pai são condicionados pelo falo.²⁹ Nessa estrutura, o falo é tomado como elemento simbólico e desvinculado do masculino e do feminino, sendo, pois, organizador das pulsões. Com essa ideia, Lacan contestou a concepção freudiana do relacionamento criança-mãe como relação de objeto dual. No dizer de Lacan:

Todo o progresso que pode conhecer a relação aparentemente dual da criança com a mãe é, de fato, marcado por esse elemento essencial, do qual a experiência da análise de sujeitos femininos nos dá a certeza, e que é o ponto de referência, o eixo, que Freud manteve com firmeza até o fim no que diz respeito à sexualidade feminina: a criança só intervém como substituto, compensação, em suma, numa referência, qualquer que seja ela ao que falta essencialmente à mulher. Isso é o que não a deixa jamais inteiramente sozinha, *ganz allein*, com a mãe. (LACAN, 1956-1957/1995, p. 247)

Essa elaboração inconsciente não é dual, pois se baseia no desejo da criança de ser o objeto de desejo da mãe. Essa operação causa a identificação da criança com o falo imaginário da mãe. O falo enquanto ausente (- - *phi*) é um objeto primordial, significativo do desejo. A constituição do falante, nesse processo, não se efetiva com a relação do *infans* e seus objetos, mas sim com a falta deles. O falo “como significativo

²⁸A expressão Nome-do-Pai surgiu pela primeira vez na comunicação feita por Lacan em 1953 sobre *O mito individual do neurótico* (2008). Como já foi dito, essa expressão está diretamente relacionada ao primeiro momento de elaboração do pensamento lacaniano, de viés estruturalista. Esse período de elaboração da teoria lacaniana, que começou em 1953, tem continuidade em artigos e seminários posteriores.

²⁹Nesse contexto, o falo não é o pênis. Conforme expõe Lacan no texto *A significação do falo* (1958), não se trata de uma imagem, pois “o falo não é uma fantasia [...]. É menos ainda o órgão, pênis ou clitóris, que ele simboliza”. Pois, o falo é um significante destinado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado, na medida em que o significante os condiciona por sua presença de significante (LACAN, 1958/1998, p.696-697).

dá a razão do desejo” (LACAN, 1958 /1998, p. 700) e é assumido como o significante da diferença sexual, do próprio desejo. Ele constitui-se como a marca privilegiada daquilo que os processos de deslocamento (metonímia) e condensação (metáfora) imprimem na relação do sujeito com o significante. Nesse sentido, o falo, objeto primordial do desejo, sustido por uma referência ao pai, posiciona-se no simbólico como significante do desejo do Outro.

Conforme o exposto, Lacan (1957-1958/1999) estruturou o complexo de Édipo em três tempos lógicos. No primeiro, a criança simboliza a mãe como “pura potência de dom”, completa (nela nada falta). Ela é a lei do desejo do filho, e este é o falo, o significante do desejo da mãe, em uma relação de captura imaginária. Nessa etapa do complexo de Édipo, o pai está presente de forma velada como uma potência ainda não operante. Essa é “a etapa fálica primitiva, aquela em que a metáfora paterna age por si, via castração, uma vez que a primazia do falo já está instaurada no mundo pela existência do símbolo do discurso e da lei” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 168). Consideramos importante pontuar essa colocação lacaniana, pois ela coloca como questão de investigação a possibilidade de a relação do desejo materno com o corpo do bebê não ser tratada tão somente como demonstração de união amorosa e afetiva.

No segundo tempo do complexo de Édipo, a criança percebe que falta algo à mãe. Essa falta sugere a presença de um terceiro lugar, ocupado pela figura do pai.³⁰ O pai, nessa elaboração psíquica, instaura tanto a privação da mãe de seu objeto fálico quanto da criança de sua identificação com o objeto de desejo materno. Em vez de pensar o pai na família, nos arredores do núcleo familiar, Lacan compreendeu a figura paterna no complexo de Édipo como um significante.

É nesse nível que se produz o que faz com que aquilo que retorne à criança seja, pura e simplesmente, a lei do pai, tal como imaginariamente concebida pelo sujeito como privadora da mãe. Esse é o estágio digamos nodal e negativo, pelo qual aquilo que desvincula o sujeito de sua identificação liga-o, ao mesmo tempo, ao primeiro aparecimento da lei, sob o fato de que a mãe é dependente de um objeto, que já não é simplesmente o objeto de seu desejo, mas um objeto que o outro tem ou não tem. (LACAN, 1957-1958/1999, p.199)

Com esse movimento dialético de ter ou não ter o falo, a criança passa de objeto de desejo para desejante. Essa transferência permite a seleção dos mais diversos objetos

³⁰ Nota-se que “o pai” é um tipo de ilação acerca do desejo da mãe e não está vinculado somente com a figura paterna, já que, para a teoria psicanalítica em estudo, o pai é uma função simbólica representada por tudo aquilo que captura o desejo da mãe/mulher.

e a inclusão da cadeia de significantes na dinâmica do desejo pela introdução do Nome-do-pai e do significante falo. Nessa passagem, a mãe sai da posição de Outro total, irrestrito, para a de Outro castrado "castração da mãe". Esse termo, adotado por Freud e retomado por Lacan (1957-1958 /1999), é uma referência ao limite, à lei vinculada ao Nome-do-pai "na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei" (p. 202). A operação paterna, nesse caso, promove o deslocamento do objeto fálico e, por isso, constitui-se em um adversário para a criança, fazendo oscilar sua posição junto à mãe.

Nessa operação de incorporação significativa, a voz é tratada pelos mecanismos de afirmação (*Bejahung*) e de expulsão (*Ausstossung*). Assim, o *infans* diz "sim" à voz paterna para que possa advir e nega essa voz Outra para que possa usá-la (VIVÉS, 2009). Nesse caso, para poder falar, o *infans* precisa tornar-se surdo³¹ a essa voz primordial. Essa incorporação do significante ocorre pela mediação da voz. Isso pressupõe que algo na pulsão invocante aciona a cadeia significativa no processo de constituição do falante. No que diz respeito a esta pesquisa, tal concepção é válida porque permite tomar a voz como uma matriz primária, suporte corporal para o funcionamento psíquico, atrelando gozo pulsional e linguagem, visto que "as pulsões são, no corpo, o eco do fato de que há um dizer" (LACAN, 1975-1976/2007, p. 18).

Como última etapa do Édipo, Lacan estabeleceu o terceiro tempo. Caracterizado pelo declínio do Complexo, esse é o período em que a criança reconhece o falo não somente como objeto de privação do pai castrador, mas também como objeto desejado pela mãe. O *infans* desloca-se de posição: de uma identificação com o eu ideal (perfeição narcísica) para uma identificação com o ideal de eu (identificação com o superego do pai). A triangulação imaginária mãe-criança-falo não mais confere condição segura para o assujeitado à ordem do desejo materno. Nesse processo, o jogo de presença e ausência da mãe, a cada ocasião, encobre e revela à criança o caráter próprio do desejo materno.

Nesse tempo, como no jogo do *Fort-da*, a criança inverte a situação. Agora, ela abdica a mãe simbolicamente, eximindo-se da condição de ser o único objeto do desejo materno, e vai em direção a elementos substitutos do objeto perdido por meio da

³¹Vivès (2009) nomeia de *ponto surdo* o lugar intrapsíquico de onde o sujeito conquistará sua própria voz; onde é necessário que cesse e falte a voz do Outro, ou que se torne surdo à voz desse Outro, para que o sujeito possa advir e dar-se voz. É na rejeição a essa voz do Outro primordial, no ensurdecer diante desse timbre originário, que o sujeito pode responder ao apelo. O recalque originário torna inaudita a voz primordial.

metáfora paterna, amparada pelo recalque originário. A criança não fala plenamente e não sabe o que diz, pois há algo não sabido que se tece nas e pelas palavras. Isso mostra que o *eu* é o lugar do ocultamento e está vinculado ao desejo,³² e este, articulado a uma falta constitutiva que não pode ser preenchida por nenhum objeto.³³ Essa falta não é um fenômeno transcendental, mas um efeito da linguagem mensageira das balizas do afastamento do eu em relação às coisas. Portanto, “o desejo é uma relação de ser com falta. Essa falta é falta de ser, propriamente falando. Não é falta disto ou daquilo, porém falta de ser pela qual o ser existe” (LACAN, 1954-1955/2010, p. 280).

O que interessa, com essa leitura do Complexo do Édipo, é observar que a lei do pai inaugura uma função simbólica. Por meio dessa operação, há uma significação das falas, das imagens, dos ditos e dos não ditos. Tudo isso é apreendido nas relações com o Outro via associações que se estabelecem ao longo da história. A Metáfora Paterna age pelo processo de substituição e inaugura o pai como significante. Ela funda a lei e instaura a proibição de incesto.

A fim de auxiliar o pensamento sobre a instituição da lei, Lacan afirma ser válido recorrer ao texto freudiano Totem e Tabu³⁴ (1912-1913/2006). Nesse texto, Freud fez a seguinte declaração: com o assassinato do pai, torna-se possível a revolução na qual os jovens da horda primeva veem estabelecer-se o que será a primeira lei, ou seja, a proibição do incesto. Segundo Lacan (1957-1958/ 1999), é preciso passar pelo assassinato do pai para haver a transição da natureza para a humanidade. Nesse sentido, o pai morto se converte em pai simbólico, um pai que ensarta os filhos no campo da lei, levando-os a encontrar seu próprio lugar na configuração familiar, marcados desde então por vicissitudes. É, pois, por um consentimento em relação ao ato de matar o pai que se inaugura a dívida simbólica: a falta inaugural desse pai morto desde sempre, puro significante, castra o homem que, ao receber o significante, fala. A partir daí, a referência ao pai passa a ser apenas um significante, o Nome-do-Pai.

³² Como afirmou Lacan *nO seminário livro II: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964/1985), “[...], é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito”(p.207).

³³ Lacan (1960/1998) designou esse objeto causa de desejo como objeto *a*.

³⁴ O mito freudiano do pai primitivo, edificado por Freud, apoia-se, principalmente, na concepção darwiniana de “um pai violento, enciumado, que guardava para si todas as fêmeas e expulsava seus filhos à medida que cresciam” (FREUD, 1912-13/2006, p.169). O Pai da horda primitiva é um instrumento privilegiado de reflexão sobre a dimensão do inconsciente – sexualidade e morte. Lacan, em entrevista realizada em Roma, em 29 de outubro de 1974, sustentou que veremos no livro “Totem e tabu” de Freud “a figura que desponta do Pai, concentrando em si o amor e o ódio, figura magnificada, marcada por um estilo de crueldade ativa e sofrida” (LACAN, 1974/2005, p.28).

Sob esse prisma, é possível levantar a hipótese de que, na Metáfora Paterna, Lacan conjugou, em uma mesma articulação, os complexos de Édipo e a Castração. Nessa articulação, encontram-se o pai e a castração; identificam-se tanto o advento da lei da interdição do incesto como condição do desejo quanto a possibilidade de a mãe (proibida pelo pai) se converter em objeto perdido, causador de desejo e, por sua vez, representado pelo falo. Assim, pela via do desejo, a falta instituída divide a esfera subjetiva entre a fala e o falado. Nesse circuito, “o pai aparece aí como *ato de dom*, ele é *doador* do que falta à mãe e, por sua vez, a criança toma a referência paterna, colocando-se no lugar do pai, o portador do nome: assina seus atos com tal nome” (VORCARO, 2004, p.125, grifos da autora). Dessa forma, o conceito de pai passa a ser um operador simbólico que não se encontra aludido ao agente da paternidade comum, ao pai real. O pai real é apenas um efeito da linguagem, uma construção da linguagem.

A questão da redução do pai ao nome interessa para pensar o processo de constituição do ser falante porque, a saber, é de significante que se trata quando se propõe investigar como o corpo do bebê alcança o estatuto de *corpolingüagem*. Para analisar como esse corpo é entendido, isto é, como efeito de linguagem, cabe reconhecê-lo como suporte relacional, precipitado dos efeitos da linguagem sobre o real do corpo, elaboração fantasmática da relação com o grande Outro. A relação entre corpo e linguagem alude a um campo relacional em que linguagem é corpo e corpo é linguagem (COSTA, 2003).

Com base na explanação feita até este ponto do trabalho, à hipótese de que o aparelho psíquico daquele que exerce a função materna ampara a existência do *infans* é acrescida a seguinte ideia: a suposição de haver um sujeito no neonato [ainda que não haja] é estruturante para que ele possa advir um dia condição para sua existência. Isso porque algo do discurso do Outro sobre o sujeito já se faz presente, mesmo antes de ele nascer. Nos dizeres lacanianos: “os símbolos envolvem a vida do homem [...] antes que ele venha ao mundo, aqueles que vão gerá-lo em ‘carne e osso’, trazem em seu nascimento [...] o traçado de seu destino” (LACAN, 1953/2008, p. 280, grifo do autor). Isso acontece porque há uma implantação do significante do corpo, “o significante é algo que está encarnado na linguagem” (LACAN, 1975/1998, p.11). A passagem de *infans* a falante não é vista em categorias nem ordenada em etapas, mas é tida como alteração de posição em uma estrutura, relativamente ao Outro, à língua, e, por efeito, à fala da própria criança. Esse entendimento tornou-se lugar teórico privilegiado para a interrogação sobre o processo de estruturação subjetiva. Se levarmos em conta que

existem os casos de autismos, essa teorização, mais do que consistir, poderá nos fazer pensar alguns desdobramentos importantes, juntamente com suas consequências.

ESTUTURAÇÃO SUBJETIVA: DO NÓ BORROMEANO À TRANÇA

2. Por que pensar a constituição subjetiva a partir do nó borromeano e da trança RSI?

Com respeito aos sons da língua, a escritura em voz alta não é fonológica, mas fonética; seu objetivo não é a clareza das mensagens, o teatro das emoções; o que ela procura (numa perspectiva de fruição) são os incidentes pulsionais, a linguagem atapetada de pele, um texto em que se possa ouvir o grão da garganta, a pátina das consoantes, a voluptuosidade das vogais, toda uma estereofonia da carne profunda: a articulação do corpo, da língua, não a do sentido, da linguagem. (BARTHES, 2004, p. 77-78)

A estruturação do *infans* em falante é correlata a um funcionamento linguístico-discursivo em que a criança é capturada e atravessada por um significante.³⁵ Essa tese, elaborada no primeiro capítulo, pressupõe a constatação da importância radical dos efeitos da posição do Outro em relação à entrada da criança no campo da linguagem. Em princípio, o *infans*, deslocado da condição de mero fluxo vital, alienado ao desejo do Outro, é anunciado conforme a posição que lhe atribuída. Nesse tempo primeiro da relação com o Outro, a criança é impedida de se deixar guiar por sua ânsia vital, pois sua função, nesse lugar, é recobrir o fantasma do Outro. Nesse contexto interessa-nos, portanto, investigar a possibilidade de não resolutividade³⁶ da estrutura psíquica na infância e a incidência de possíveis acidentes nesse tempo.

Para tanto, partimos do entendimento de que tornar-se falante implica uma subversão: resistir ao desejo do Outro e interrogá-lo. Uma tentativa de “*se parere*, gerar a si mesmo” (Lacan, 1957/1998, p. 857), afastar-se do lugar de objeto e, assim, assumir a condição de desejante, portanto, faltoso. Há nesse processo uma hiância, um corte para que a criança deixe de recobrir a falta do Outro e passe a ser faltosa, a partir da localização de uma falta significante no Outro. É no campo do Outro e de modo autônomo que os significantes se articulam uns aos outros produzindo efeitos de significação. Logo, significante e significado são duas importantes redes de relações que não se recobrem. Isso porque, a primeira rede,

³⁵Cabe destacar que a inclusão do vocábulo significante na compreensão do funcionamento psíquico gera na psicanálise uma teoria sobre a relação entre o inconsciente e a linguagem. O significante, como um elemento de dupla face, fenda inaugural, algo representável que se caracteriza por ser diferente de si mesmo, comparece sempre articulado com outros significantes, nunca de modo isolado. Sua materialidade está na palavra ouvida do Outro, porém insabida.

³⁶ No terceiro capítulo será possível ver como essa não resolutividade pode circunscrever na e pela linguagem a direção do tratamento psicanalítico de crianças autistas.

[...] do significante, é a estrutura sincrônica do material da linguagem, na medida em que cada elemento adquire nela seu emprego exato por ser diferente dos outros; é esse o princípio de distribuição que rege sozinho a função dos elementos da língua em seus diferentes níveis [...] A segunda rede, do significado, é o conjunto diacrônico dos discursos concretamente proferidos, que reage historicamente à primeira, assim como a estrutura desta determina os caminhos da segunda. Aqui o que domina é a unidade de significação que revela jamais resumir-se numa indicação pura do real, mas sempre remeter a outra significação. (LACAN, 1955/1998, p.415)

Para a psicanálise, a entrada do *infans* no campo da linguagem realiza-se mediante uma falta, um lugar que se abre e institui a sequência inaugural de modo a consentir a manifestação da alteridade, da diferença. Esse efeito do encontro entre a criança, o Outro real (o personagem que o encarna) e seu gozo, modifica algo e atua com a linguagem. O falante advém, pois, da incidência do Real (um furo) sobre o Simbólico. Assim, “no destacamento do intervalo vazio entre os significantes”, a criança reconhece a falta de completude do Outro. Isso acontece mediante a “interseção que baliza o sujeito no intervalo entre significantes” com o qual a metonímia do desejo coloca-se em perspectiva (VORCARO, 2004, p. 27). Trata-se de um processo não linear, inconsciente em sua origem, instituído pela articulação de elementos corporais, significantes e imaginários, arranjados segundo as leis da linguagem, isto é, as leis da seleção e da combinação. Na falta do significante que lhe responda, a própria criança responde com um pedaço destacável do seu corpo, que interessa ao Outro real e poderia completá-lo.

Vale lembrar que Roman Jakobson, linguista do Círculo de Praga, a partir das ideias de Saussure sobre as relações paradigmáticas e sintagmáticas,³⁷ escreveu em 1956 o artigo “*Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasias*”³⁸ a fim de explicar as falhas do funcionamento linguístico dos afásicos. Nessa obra, Jakobson apresentou o duplo caráter da linguagem a partir das operações de seleção e de combinação, os dois modos de arranjos do signo linguístico, esquematizados pelos eixos paradigmático e sintagmático. Segundo o linguista (1956/2005), para Saussure, o eixo paradigmático, o da combinação, aparece “*in praesentia*” (p.40), baseado em dois termos igualmente presentes dentro de uma série efetiva. Já o eixo sintagmático, o da seleção, “une os termos *in absentia* como membros de uma série mnemônica virtual” (p.40). Essas associações

³⁷ De acordo com as ideias de Saussure (1973), apresentadas no *Curso de Linguística Geral*, as relações sintagmáticas baseiam-se no caráter linear do signo linguístico, que “exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo” (pág. 142), enquanto que as relações paradigmáticas são associativas “não se apresentam nem em número definido nem numa ordem determinada” (p.146)

³⁸ O presente trabalho foi escrito pelo autor, em Nova York, após a II Guerra Mundial.

indicam que a seleção e/ou a substituição se referem às “entidades associadas no código, mas não na mensagem dada”, porém na combinação “as entidades estão associadas em ambos ou somente na mensagem efetiva” (JAKOBSON, 1956/2005, p.40).

Essas formulações têm consequências diretas sobre a teoria da estruturação subjetiva do falante na perspectiva psicanalítica. Para elucidar tal proposição, este segundo capítulo da tese trata da diferença entre a estrutura borromeana,³⁹ empregada por Lacan, e a concepção de estrutura aferida na linguística saussuriana. O objetivo é o de buscar uma resposta ao seguinte questionamento: o que esta relação suporta de efeito simbólico e imaginário e o que porta de real? Isso implica tensionar a distinção entre a língua, objeto da linguística e a *língua*, objeto da *linguisteria*⁴⁰ como campo de operação da psicanálise. A essa proposição é acrescida a premissa de que a “língua [como o inconsciente] é feita de *alíngua*.”⁴¹ É uma elucubração de saber sobre *alíngua*” (LACAN, 1972-1973/1982, p. 190). Essa inserção teórica exige, em princípio, pensar a estruturação do falante a partir do nó borromeano e, com isso, perceber a língua materna por meio do caráter não todo de *alíngua*, *lalíngua*.

Lacan (1974-75) apresenta o esquema do nó borromeano como objeto topológico,⁴² amarração de três registros: o imaginário, algo da ordem do sentido unívoco a partir das semelhanças e dessemelhanças; o simbólico, da ordem do equívoco organizado a partir do furo duplo sentido, valor “binário” do significante, e o real, o impossível de ser representado, tomado como o inverso do imaginário, portanto, o não-sentido ou não-senso. A amarração entre os registros se realiza pela consistência de cada um. O *nó* realça a indissolubilidade dos registros do inconsciente. Estes coincidem em um mesmo mote, em uma relação de determinação recíproca. Se um se desliga, desligam-se os demais. Trata-se de uma escrita que oferece a medida comum entre os registros ou elos,

³⁹Lacan associa a expressão nó borromeano às armas da família Borromeu, vinculada à dinastia milanesa. Tal armamento era composto por três anéis em forma de trevo, significando uma tríplice aliança. Caso um dos anéis fosse retirado, os demais ficavam soltos (ROUDINESCO e PLON, 1998).

⁴⁰ É mediante inventivos equívocos homofônicos que Lacan (com a presença dissimulada da histórica, em sua afetação) denomina alguns de seus últimos seminários, promovendo em ato a distinção entre a língua objeto da linguística e *lalangue*, objeto da *linguisteria* como campo operatório do psicanalista (LACAN, 1972-73/1982, p. 190).

⁴¹Nas citações deste trabalho, ora será empregado o termo ‘*alíngua*’ ora ‘*lalíngua*’, de acordo com a tradução originalmente proposta. Apesar das conhecidas traduções do termo francês *lalangue* para o português: ‘*alíngua*’ ou ‘*lalíngua*’; optamos por manter o mesmo no original, denotando, assim, a aproximação proposta por Lacan desta nomeação à palavra *lallation* (lalação), sugerindo uma concatenação deste termo às emissões sonoras ininteligíveis características do período infantil. Segundo Haroldo de Campos (2010): ‘*Lalia*, lalação’, derivados do grego *laléo*, têm acepções de ‘fala’, ‘loquacidade’, e também por via do lat. *lallare*, verbo onomatopaico, ‘cantar para fazer dormir as crianças’.

⁴²Cf. Granon-Lafont, A topologia de Jacques Lacan, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1988.

isto é, *escrita* [*écriture*] que suporta um Real. Com o nó borromeano, Lacan ofereceu outro suporte ao traço unário [*einzigster Zug*], a saber: a “reta infinita”, análoga ao círculo. Destarte, ao invés de um traço, há uma lógica de elos tal como a escrita que implica o Real.

Fica assim ressaltada a intenção do psicanalista de representar uma configuração da estruturação subjetiva do falante, na qual se encontram, ao mesmo tempo, o que é da ordem do real, do simbólico e do imaginário. Escrita a partir da qual se pode pensar a estrutura do falante. Com Lacan, podemos levantar a hipótese de que a fala da criança configura-se em uma relação com lalangue e antecede toda e qualquer filiação ao campo simbólico, pois sua incidência é da “ordem do Real no campo da linguagem” (LACAN, 1972-73/ 1982, p. 196). Essa relação, marcada pela lógica do não todo, realça o que escapa da dimensão consciente do falante. Logo, lalangue não serve à significação, mas sim à satisfação da pulsão. Existe algo em lalangue que se encarna, que abarca o corpo como real, e isso faz com que o significante não seja qualquer um. “*Há Um*”, afirmou Lacan: “um-entre-outros, referido a esses outros, não sendo senão a diferença para com os outros.” (LACAN, 1972-1973/1982 p. 195). Esse *Um* está encarnado em lalangue e é qualquer coisa que fica embaraçado entre o fonema, a palavra e a frase, marcando a diferença entre os falantes. A criança destaca um pedaço da massa de linguagem que escuta, pois não discretiza a língua tal como a fonologia propõe. A unidade mínima da língua (o fonema) não é o elemento que a criança toma, mas a segmentação temporal da continuidade da língua ouvida por ela.

Para Lacan (1971/2003), a lalangue está vinculada a um conjunto de fonemas próprios de determinada língua. Essa compreensão faz com que o psicanalista associe o termo lalangue à lalação (*lallation*)⁴³ do bebê, cujo conteúdo sonoro ressoa as marcas instituidoras do desejo do *infans* via desejo do Outro. O balbucio, estruturado pelas expressões, prosódias e permutas da língua materna, pode ser compreendido como uma forma de lalação do bebê. Esse conjunto de sons tece o caminho percorrido pela criança para a elaboração e aquisição da própria fala. Durante esse percurso, as crianças adotam uma linguagem que elas mesmas constroem por meio de associações de “diversos sons verbais”, vindos do Outro, “a um único som produzido” por elas (FREUD, 1915/2006, p. 241). Esse processo de aquisição da fala é também um ato de criação e de interpretação.

⁴³A lalação do bebê consiste nos primeiros balbucios emitidos pela criança, não podendo ser limitada a qualquer dimensão comunicativa ou intencionada.

Parafrazeando Lacan (1972-73/1982), desde o princípio incide uma relação com lalangue, que faz jus a ser nomeada, com toda razão, de materna, porque é pela mãe que a criança se assim posso expor a granjeia. Não se trata de aprender lalangue. Essa linguagem primeira é um saber instaurado antes do sentido, antes mesmo da instituição do significante-mestre. A lalangue comparece como uma língua motivada, própria do domínio onomatopaico, portanto, não arbitrária. Desse modo, os sons irrepresentáveis, os ruídos sem sentido elementos não inscritos em nenhuma língua institucionalizada compõem a materialidade da chamada língua materna do sujeito.

Vale ressaltar que a lalangue não é a língua materna em si mesma, nem uma língua propriamente dita, todavia ultrapassa a tarefa de comunicar ao constituir-se pelo irrepresentável. Ela é dotada de singularidade, unicidade e proporciona uma distinção especial dentro do campo simbólico. Destarte, não pode ser ensinada, transmitida ou socializada pelo emprego da gramática. Ao conversar com o bebê, o agente materno oferece-lhe palavras, enxerga-o, entoia sua voz e, com isso, “produz uma *alíngua* que subverte o código da língua e a implica subjetivamente na relação com o bebê” (JERUSALINSKY, 2009, p.23). Assim, o gozo e o desejo implicados no sujeito da enunciação sobrevêm na língua, subvertendo-a. Daí, a impossibilidade de pensar a fala da criança como pura expressão da busca pela plena comunicação como pode parecer para alguns linguistas,⁴⁴ os mais centrados na estrutura gramatical da língua. O objetivo desta discussão não é o de tecer uma elaboração exaustiva da problemática desenvolvida pela linguística; é, contudo, um desvio necessário para entender qual será nela a função da língua e o que essa função revela.

Lacan não compreendeu os elementos linguísticos apenas como campo científico. O psicanalista os retirou desse insulamento para embrenhá-los no jogo de força dos discursos. É nesse jogo languageiro/pulsional que uma matriz significante mínima pode ser implantada no corpo do sujeito a devir. Tudo isso, graças à lalangue e à sua função na produção de efeitos de sentido (ou de não sentido), equívocos e mal-entendidos. Com isso advém a pergunta: De que maneira os estudos psicanalíticos consideram essa incidência? A tentativa de formular uma resposta, provisória, é certo, leva em consideração a impossibilidade, própria de qualquer língua, de dizer tudo e de qualquer maneira (Mil-

⁴⁴Com o objetivo de desenvolver tal proposição, dedicaremos parte deste capítulo ao estudo da concepção Saussuriana de língua como sistema, recuperando a perspectiva dialética das dicotomias saussurianas e suas pesquisas sobre os anagramas.

ner, 1978/2012). O real da língua incide naquilo que insiste e retorna sempre e de diferentes maneiras singularizando cada língua em relação às outras.

Sob esse prisma, comparece nesta parte do trabalho a necessidade de pensar a constituição do falante a partir do funcionamento de *lalangue* (em sua sutil materialidade) no que ela afeta a língua materna. Nesse ponto, destacamos os (in)possíveis embaraços subjetivos pelos quais a criança pode transitar. Tais embaraços revelam a afetação da criança ante possibilidades subjetivas como amarração *sinthomática* em seu decurso de constituição, produto desse afetamento. Outrossim, realça seu estilo de ir na direção de seu destino de vir-a-ser falante, mesmo que o autismo se concretize. Logo, não se trata de destacar algo da ordem de uma sintomatologia contraproducente que colocaria a criança à mercê da alienação ou que a deteria em uma espécie de solidão autista traduzida como solidão de não pertencer.

Como disse Lacan (1957/1998), partindo da atemporalidade do inconsciente, “trata-se aqui daquele ser que só aparece no lampejo de um instante vazio do verbo ser” (p. 524). Nesse sentido, a aposta na antecipação do sujeito não pode passar pelas certezas das palavras, mas pela ascendência de uma desconfiança frente a possíveis asserções. A esse respeito lembramos também da escrita de Barthes, que, a nosso ver, sugere uma abertura à contradição, à latência e à inconclusão como procedimentos de constituição e de interpretação. Ora, a “palavra não é nem um instrumento, nem um veículo [...] disso decorre que ela nunca possa explicar o mundo, ou pelo menos, quando ela finge explicá-lo é somente para aumentar sua ambiguidade” (BARTHES, 1970, p. 33). Nesse contexto, a contribuição que pretendemos trazer, dentre as pesquisas já existentes sobre a estruturação subjetiva do falante, diz respeito à fala da criança na medida em que retoma o real d'alíngua, o aspecto irreduzível do significante que ousa pôr em “queda” a unidade da língua.

2.1 A constituição subjetiva: o nó borromeano e a trançagem entre RSI.

[...] a linguagem não é nada além de língua apanhada na bifurcação de sua existência ou de sua inexistência: um saber que passa pela ausência fantasiada de seu objeto. É por isso, aliás, que a linguagem tem sempre a ver com as hipóteses sobre a origem, uma vez que essa última é a imagem móvel da bifurcação imóvel – a forma narrativa na qual ausência e presença se articulam consecutivamente. (MILNER, 1978/2012, p.26)

A passagem do *infans* a falante, conforme apresentado no capítulo anterior, deve-se a mudanças de posição que ocorrem na relação do *infans* com o Outro. Essas mudanças não são vistas como forma de superação, mas sim como uma alternância de dominação entre os polos representados pelo Outro, pela língua e pelo sujeito. Nessa relação, percebemos que conceber o “sujeito como efeito da linguagem equivale, pois, subverter a concepção de sujeito enquanto posicionado face à linguagem como objeto de conhecimento a ser apreendido ou construído” (LEMOS, 2001, p.28-29.)

A formulação de Lemos emergiu da seguinte premissa lacaniana: “o inconsciente é um saber-fazer com *alíngua*” (LACAN, 1972-1973/1982, p. 127). Como falar disso? Essa questão desafia o estudioso a tomar como ponto de partida a *ex-sistência* de *alíngua* para o ser falante bem como a considerar a emergência de uma alteridade do gozo como ordem da língua. Para isso, é preciso partir do pressuposto de que para o falante, em princípio, não há linguagem, há *alíngua*, ou seja, a linguagem por ser uma elucubração de saber acerca de *alíngua*, adviria em um tempo *a posteriori*.⁴⁵ Isso admite conjecturar um *saber fazer com alíngua* anterior ao *saber sobre alíngua*.

Lacan, mediante a leitura de Saussure e em interlocução com a obra de Jakobson, apropriou-se do estruturalismo europeu para desenvolver sua teoria sobre o inconsciente estruturado como linguagem. No curso de suas elaborações e de seus seminários, o psicanalista nos legou instigantes questionamentos sobre o que se compreende por linguagem e a razão de ser o inconsciente "estruturado". Há, pois, relação (e, se existe, qual) dessa "linguagem" com a linguagem da linguística?

⁴⁵ Para Lacan (1959-1960 /1997), a noção de *a posteriori* [*nachträglich*], utilizada por Freud, faz referência a um trabalho discursivo de elaboração, oriundo da articulação entre algo do tempo presente com o conteúdo mnêmico.

Tomado por essas provocações, Lacan buscou na linguística moderna, tal como Saussure⁴⁶ a instituiu no *Curso de Linguística Geral* (1916/2006),⁴⁷ os elementos possíveis de estabelecer uma fundamentação científica para o método analítico. Conforme leitura lacaniana, a fundação da linguística posiciona-se pela instauração do corte e da barra posta entre o significante e o significado. Sobre essa questão, os estudos de Freud anteciparam os da linguística, pois trataram o inconsciente como condição da linguística, e a linguagem como condição do inconsciente (LACAN, 1970/2003, p.403). Para Lacan, ao inaugurar a ideia de inconsciente, Freud também produziu uma linguística.


Com os desdobramentos dos estudos sobre a linguística, Lacan (1970) reconheceu que Saussure, embora não tenha usado a nomenclatura estruturalismo, deixou como legado preciosas elaborações teóricas acerca da dimensão sincrônica da língua enquanto sistema de relações. Segundo Saussure (1916/2006), a língua é uma instituição social pura que aparece como uma parte determinada da linguagem, sistema que possui ordem independente e conflitante, ou seja, não compatível com qualquer embasamento propriamente causal e ou natural. Convicto dessa premissa, o linguista dedicou-se ao estudo da língua como um sistema no qual cada um de seus componentes apenas pode ser determinado pelas relações de correspondência ou de contenda que estabelece com os outros elementos.

A língua como um sistema é, portanto, “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de *convenções necessárias* adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (1916/2006, p. 17, grifos nossos). Logo, ela não permite liberdade de escolha, pois se *impõe* ao falante. Por outro lado, a fala (parole) constitui-se um “ato individual de vontade e inteligência”, marcado pela “*liberdade de combinações*” (*ibid.*). Assim, enquanto produto social, a língua transita por diferentes domínios. Ela é física, fisiológica e psíquica e não pode ser classificada em nenhuma categoria de fatos humanos. O signo, na compreensão saussuriana, é uma entidade dicotômica e psicológica. Dicotômica pelo fato de decompor-se em *duas faces*:

⁴⁶ Cabe esclarecer que a exposição de elementos teóricos da linguística saussuriana nesta tese justifica-se por sua influência na teoria lacaniana da significação e de sua concepção de linguagem.

⁴⁷Conforme BOUQUET (1997), o *Curso de Linguística Geral* (CLG), publicado por Charles Bailly e Albert Sechehaye, em 1916, é efeito de três cursos sobre linguística ministrados por Saussure, professor na Universidade de Genebra, entre 1907 e 1911. Saussure morreu em 1913. Devido a sua repercussão histórica e relevância na fundação da linguística moderna, o CLG permaneceu ao longo de muitos anos intacto. A veracidade do texto não foi questionada. Entretanto, a partir da década de 60, com as pesquisas sobre os manuscritos de Saussure, novas ideias começaram a ser expressas nas edições críticas de Engler, Godel e De Mauro. Os trabalhos desenvolvidos por esses pesquisadores evidenciaram, além de tudo, que em oposição ao que Bally e Sechehaye deixaram transparecer no CLG, a elaboração teórica de Saussure estava em construção, portanto, inacabada.

significado (conceito) e *significante* (imagem acústica). Psicológica, por considerar a união mental dessas duas faces. Nas palavras de Saussure,

o signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces que pode ser representada pela figura: . Esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro. (SAUSSURE, 1916/2006, p.80)

Conforme o exposto, a língua passou a ser entendida como uma convenção simbólica marcada pelo signo linguístico, ou seja, pela união entre o conceito e o significado, a imagem acústica e o significante. A representação da figura do signo linguístico por meio de uma barra e duas setas inversamente dispostas sugere uma interdependência entre significado e significante. Isso ocorre porque esses dois elementos estão intimamente ligados de modo que um “reclama o outro”, instituindo o chamado signo linguístico, que tomado um por um nada significa (SAUSSURE, 1916/2006, p. 80).

Com efeito, o signo não equivale somente a uma relação entre o conceito e imagem acústica. Ele também é detentor de um valor que não se restringe a sua significação. A noção de valor do signo se dá mediante as relações de diferença estabelecidas entre significantes e significados. Cada signo linguístico categoriza algo distinto no conjunto dos demais signos, não havendo univocidade entre eles. Assim, o valor da língua não está sujeito a uma exterioridade que não seja a própria língua, e a significação deriva da relação que atribui à negatividade a função reguladora de qualquer positividade da língua. Desse modo,

seu valor (palavra) não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser “trocada” por este ou aquele conceito, isto é, tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, isto é com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e, sobretudo de um valor, e isso é coisa muito diferente. (SAUSSURE, 1916/2006, p. 134, grifos do autor)

Conforme a teoria do valor, a língua é um sistema em que os signos que a compõem são solidários entre si, e o valor de um deriva da presença simultânea de outro por meio de uma relação diferencial. A partir dessa noção de valor, os signos linguísticos não são significativos apenas por seu conteúdo, mas também e, sobretudo, pelas rela-

ções de oposição que mantêm entre si na cadeia falada. Nesse aspecto, o sistema de valores é produzido pela confrontação dos diferentes signos que, por sua vez, são estabelecidos pela combinação entre sons e ideias. Em outras palavras, a unicidade e o valor de um signo só podem ser conservados por meio de um processo de comparação com os outros signos do sistema, pois

[...] *na língua só existem diferenças*. E mais ainda: uma diferença supõe em geral termos positivos entre os quais ela se estabelece, mas na língua há apenas diferenças *sem termos positivos*. Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem ideias nem sons preexistentes no sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes desse sistema. O que haja de ideia ou matéria fônica num signo importa menos que o que existe ao redor dele nos outros signos. A prova disso é que o valor de um termo pode modificar-se sem que se lhe toque quer no sentido quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido modificações. (SAUSSURE, 1916/2006, p.139, grifos do autor)

A língua como sistema de valor pressupõe uma condição simbólica *sine qua non*. O simbólico está do lado da língua, e é o “cruzamento de discernimentos” (MILNER, 2012, p. 10). Nessas condições, o signo linguístico apresenta dois princípios básicos: a arbitrariedade e o caráter linear do significante. A arbitrariedade do signo alude certo nível de indeterminação no cerne da determinação do signo. Com isso, o sistema de signos não se constitui absolutamente motivado nem inteiramente arbitrário. Nessa perspectiva, a língua não é totalmente racional, pois sua própria definição se inscreve em um limite interno à completa determinação de seu sistema. Colocada nesses termos, a arbitrariedade do signo admite a compreensão de língua como um sistema de valores, composto não por conteúdos ou artigos de uma vivência, mas por puras diferenças. Para Saussure (1916/2006),

o laço que une o significante ao significado é arbitrário [...] *o signo linguístico é arbitrário*. Assim, a ideia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boeuf* (“boi”) tem por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira franco-germânica, e *o-k-s* (*Ochs*) do outro lado. (SAUSSURE, 1916/2006, p.81-82, grifos do autor)

Conforme os exemplos apresentados, o signo é arbitrário porque o significado não “depende da livre escolha do que fala” (SAUSSURE, 1916/2006, p.83). Isso ocorre porque o significante é *imotivado*, ou seja, “arbitrário em relação ao significado” (p.83) e não mantém com este nenhum laço natural. Nesse contexto, a palavra é definida mediante o “curso do que existe fora dela” (p.134). Inerente a um sistema, a palavra “está revestida não só de uma significação como também, e, sobretudo, de um valor” (p.134).

O segundo princípio, o da linearidade do signo linguístico, como a própria denominação sugere, apresenta extensão mensurável e unidimensional. Essa linearidade faz alusão ao campo da expressão, ao caráter auditivo do signo e se desenvolve especialmente no tempo e de forma linear. Nesse caso, os elementos são pronunciados um após o outro na cadeia da fala, pois “os significantes acústicos dispõem apenas da linha do tempo” (SAUSSURE, 1916/2006, p.84), o que exclui a possibilidade de pronunciar mais de um elemento ao mesmo tempo.

Lacan, analogamente à teoria do signo linguístico, em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*⁴⁸ (1957/1998), afirma que se o inconsciente não fosse constituído por linguagem, não haveria condição alguma de privilégio, de interesse no que se pode indicar, no sentido freudiano, como o inconsciente. Em seu retorno a Freud, Lacan traz elementos que tratam do estranho funcionamento de um sistema, o inconsciente. Tais elementos foram captados exatamente no ponto que Saussure havia pouco explorado, o registro da fala, *la parole*.

Lacan ressignificou o aparato teórico de Saussure. Segundo o psicanalista, a linguagem não é composta pelos signos, mas sim pelos significantes. Para chegar a essa conclusão, o psicanalista partiu do pressuposto de que a fala supõe a existência de *Um* no Outro e de que esse Outro pode enganar. Com isso, Lacan elaborou um estudo analítico dos tropeços da fala, furos no discurso, jogos de palavras, trocadilhos e equívocos e as formações do inconsciente (sonhos, lapsos, chistes, atos falhos, etc.) e expôs a ideia de que na língua tudo se baseia em relações, e o que se quer dizer se reduz a diferenças e a oposições.

Enquanto para Saussure o signo linguístico é arbitrário, para Lacan é contingencial, isto é, marcado pela incidência daquilo que afeta, causa o sujeito. O psicanalista mencionou que Saussure cometeu um “lapso” ao adotar a expressão arbitrário em sua obra. Para Lacan:

⁴⁸Este texto, escrito a pedido dos estudantes da Sorbonne, marcou a primeira intervenção de Lacan na Universidade.

Esses termos de que fazemos uso são sempre eles próprios escorregadios. Um linguista tão pertinente quanto pôde sê-lo Ferdinand de Saussure fala de arbitrário. Isto é um deslize, deslizamento para um outro discurso, o do senhor para chamá-lo pelo nome. O arbitrário não é o que convém aqui. [...] Dizer que o significante é arbitrário não é do mesmo porte que dizer simplesmente que ele não tem relação com seu efeito de significado, pois é escorregar para uma outra referência. A palavra referência, na ocasião, só se pode situar pelo que constitui como liame o discurso. O significante como tal não se refere a nada, a não ser que se refira a um discurso, quer dizer, a um modo de funcionamento, a uma utilização da linguagem como liame. (LACAN, 1972-1973 /1982, p.42-43)

Segundo a elaboração lacaniana, a relação entre o significado e o significante deve ser tomada como “categoria de contingente”, marcada por aquilo que o ser falante não pode representar. Nessa perspectiva, o significante não depende, em momento algum, de um referente, pois ele opera como elemento de diferença, produtor de novos sentidos. Eleito pelo sujeito em diferentes situações, o significante se estrutura como algo sempre novo, particularmente original e criacionista. Assim, entendendo que o significante é primordial ao significado, o psicanalista subverte os termos do algoritmo saussuriano de modo que o significante passa para a parte superior, acima da barra, representado por S maiúsculo, e o significado é posto abaixo da barra, representado por s minúsculo.

$$\frac{S}{s}$$

Que se lê significante sobre significado, correspondendo o “sobre” à barra que separa as duas etapas. O signo assim redigido merece ser atribuído a Ferdinand de Saussure, embora não se reduza estritamente a essa forma. (LACAN, 1957/1998, p.500)

Lacan, ao modificar a noção de signo tal como foi desenvolvida em Saussure, deslocou o sentido dos dizeres do campo da linguística para os dizeres do campo da psicanálise, subvertendo o conceito de significante. Essa subversão só foi possível porque antes Saussure já havia formalizado uma ciência moderna, a ciência da letra, capaz de condizer com uma teoria da linguagem que incluía o inconsciente.

A partir dessa compreensão, Lacan reconheceu em Saussure a autoria fundante do algoritmo S/s e, por esse motivo, rendeu-lhe homenagem. Conforme entendimento

lacaniano, a radicalidade do signo saussuriano, representada pela barra que simboliza a separação entre significado e significante e a resistência à significação, torna “possível um estudo exato das ligações próprias do significante e da amplitude da função destas na gênese do significado” (LACAN, 1957/1998, p.500). Essa assertiva favoreceu uma abordagem psicanalítica centrada na ideia de significação inconsciente. A partir das elucubrações saussurianas, Lacan adotou os conceitos linguísticos (significante e significado) como pilares iniciais para a elaboração de sua própria concepção de linguagem.

Nessa perspectiva, o traço que para Saussure determinou a união indissociável entre significante e significado, em Lacan se transformou em uma barra, uma barreira resistente à significação, elevando o significante à dignidade. A partir desse entendimento, a separação dos dois níveis significante/significado gera fricção, isto é, resistência à significação. Nesses termos, com a transposição da barra, a produção de significação não é autônoma, e o corte instalado pela operação do algoritmo incide essencialmente sobre o significante, ocorrendo um deslocamento do significante sem significação.

Com essa ideia, Lacan introduziu o conceito “ponto de estofo”⁴⁹ para ressaltar que o significante não estava atrelado ao significado, ou seja, a significação ocorre quando o significado desliza sob o significante e promove sua ressignificação. Nesse caso, o fluxo de palavras se organiza a partir de uma lei laqueada cujo produto serial é o significado e promove a autonomia da cadeia significante⁵⁰ sobre o significado. Essa autonomia pode ser expressa na história relatada por Lacan:

Um trem chega à estação. Numa cabine, um menino e uma menina, irmão e irmã, estão sentados um em frente ao outro, do lado em que a vidraça dando para o exterior descortina a visão das construções da plataforma ao longo da qual o trem parou: “Olha!, diz o irmão, chegamos a Mulheres!”; “Imbecil!, responde a irmã, não está vendo que nós estamos em Homens?”. (LACAN, 1957/1998, p.503)

⁴⁹A esse respeito, Joel Dor explicou que para Lacan o ponto de estofo é a operação pela qual “o significante detém o deslizamento, de outra forma indeterminado e infinito da significação” (LACAN, 1966, *apud* DOR, 1993, p.39), ou seja, é aquilo através do qual o significante se une ao significado na cadeia discursiva.

⁵⁰Nomeia-se cadeia significante o que garantirá a montagem das sequências e suas infinitas combinatórias nos nossos atos, pensamentos e palavras. Sequências que afiançarão a produção discursiva da subjetivação e da cognição. Lacan para ilustrar tal argumento compara tal cadeia a “anéis cujo colar se fecha no anel de outro colar feito de anéis” (LACAN, 1957/1998, p.505).

Ao analisar a situação acima exposta, Lacan ressaltou que

[...] o importante não é que o sujeito o reconheça mais ou menos. (Estivessem HOMENS e MULHERES escritos numa língua desconhecida do menino e da menina, sua briga só faria ser ainda mais exclusivamente uma briga de palavras, mas nem por isso menos apta a se carregar de significação.) O que essa estrutura de cadeia revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua existe de me servir dela para expressar algo completamente diferente do que ela diz. (LACAN, 1957/1998, p. 508)

Na concepção lacaniana, o que estrutura essa cadeia é a possibilidade de o falante se servir da língua “para expressar *algo completamente diferente* do que ela diz” (LACAN, 1957/1998, p.508, grifos do autor). Nesse sentido, a significação não reside na representação do significado pelo significante. Pelo contrário, o significado pode ser separado do significante, pois este detém função primordial no processo de significação. Assim, tanto um (significado) quanto outro (significante) funciona na diferenciação com os outros elementos da mesma ordem, conforme determinado pela teoria do valor de Saussure, em que um signo não representa nada, nem significado, nem referente, unicamente um significante. A esse respeito, Lacan lembrou que:

A armadilha, o buraco no qual não se deve cair, é a de crer que o significado são os objetos, as coisas [...]. O sistema de linguagem, em qualquer ponto em que vocês o apreendam, nunca se reduz a um indicador diretamente dirigido a um ponto da realidade, é toda a realidade que está abrangida pelo conjunto da rede da linguagem. (LACAN, 1956/1985, p.43)

Nessa circunstância, o inconsciente é apenas um termo metafórico para designar “o saber que só se sustenta ao se apresentar como impossível, para que, a partir disso, confirme-se ser real (entenda-se, discurso real)” (LACAN, 1970/2003, p.423). Isso implica o risco de tomar o inconsciente enquanto efeito da presença do significante. Há algo de um saber sobre o inconsciente sim, mas também o saber impossível, real, do inconsciente. Assim, o fato de haver inconsciente estruturado como linguagem exige pensar em um nó de significantes e que os elementos engendrados são mobilizados, são avivados sob a forma de uma revelação imprevisível de amarrações.

Ao interrogar as razões da importância dada à função do significante, Lacan (1972-1973/1982) apontou como resposta o fato de o significante ser “o fundamento da

dimensão do simbólico, o qual só o discurso analítico nos permite isolar como tal” (p.32). Tal premissa evidenciou o fato de o significante não se encontrar entre os objetos já significados, contados e identificados pela realidade social. Ele é Real (mas ele é também semblante, vergável em todos os sentidos e simbólico, pois é concatenado. Na citação, o real é relativo ao que faz alteridade ao *infans* e não ao significante), dotado de materialidade própria que se instaura e produz seus efeitos. De acordo com Vorcaro,

tratamos o *Simbólico* desde a primeira intimação do neonato a habitar a linguagem discernindo-o do *Real*. Afetando o organismo por efeito do zumbido da linguagem, antes de elementos da língua serem, por ele, diferenciados, a linguagem posiciona-o em seu campo cunhando, a partir das vivências do neonato, simples traços sem atributos que fazem o litoral entre real e simbólico numa constelação de letras que enquista *lalíngua*. Sobre esta opacidade o campo simbólico tecerá sua rede, em sua equivocidade. (VORCARO, 2016a, p.03)

Com Vorcaro (2016a), entendemos que o Real implica a existência de uma falta na dimensão simbólica da linguagem, os restos que não podem ser abolidos nem contemplados na articulação representacional própria ao do significante; aquilo que é apenas aproximado, nunca capturado. Inicialmente, é a função simbólica que ordena e determina o falante, a sua revelia, enquanto sistema de representações baseadas na linguagem. O Real é capaz de insistir e assim resistir ao simbólico, que não é “correlato de um mundo pleno, mas, ao contrário, opera como esvaziamento disso que é a substância e a materialidade do mundo” (MILLER, 1996, p.73). O limite do sentido, marcado pelo Real, é a impossibilidade de simbolização.

Nesse caso, quando a língua falha nela emerge *lalangue*.⁵¹ E isso acontece sempre na incidência de um equívoco que pode ser um chiste, um ato falho ou de qualquer outra aproximação. *Lalangue* inscreve a singularidade do falante na cadeia da língua e, se esse efeito é simbólico (um efeito significante), nada mais coerente que atribuir à dimensão simbólica a possibilidade de diferenciação e de nomeação. Logo, os afetos constituem o efeito inaugural do significante sobre o falante. Vale, por oportuno, reproduzir o raciocínio de Lacan quanto à relação do *parlêtre* (*falasser*) com seu corpo: “O amor-próprio é o princípio da imaginação. *O falasser adora seu corpo*, porque crê que o

⁵¹Em *O Amor da Língua*, Milner (2012) apresentou diferentes acepções de *lalangue*, que vão se articulando sem que se possa preferir uma entre outras. Para o autor, o termo *lalangue* indica a impossibilidade de haver denominação unívoca para o lugar dos equívocos.

tem. Na realidade não o tem, mas *seu corpo é sua única consistência mental*, é claro, pois seu corpo sai fora a todo instante” (LACAN, 1975-76/2007, p.64, grifos do autor).

Consoante com Lacan (1975-76/2007), a pulsão é no corpo o eco de que há um dizer. No campo pulsional/linguageiro não é o corpo que oculta certezas sobre o Real; pelo contrário, o corpo é vivificado por lalange, e suas certezas são acondicionadas pelos significantes que nele se inscrevem. Nessas circunstâncias, “o real é o mistério do corpo falante, o mistério do inconsciente” (LACAN, 1972-73/1982 p.178). Desse modo, o corpo tomado como real e capturado pela linguagem é em essência a constituição do *nó borromeano* em uma articulação entre o real, o simbólico e o imaginário. O real, por escapar à possibilidade de recobrimento total pelos significantes, conserva-se na zona do inominável; o simbólico configura-se em combinatória sem substância que organiza os significantes e o imaginário formado pela dimensão do que se vê ou do que se pensa que se vê dos objetos. O Real, o Simbólico e o Imaginário passam a se inscrever no dispositivo borromeano sob uma forma trilítera. Com efeito, a constituição subjetiva depende do enodamento desses três registros, que, indissociáveis, demonstram a irreduzibilidade do falante ao seu organismo.

A figura topológica do *nó borromeano*, composta por três aros enlaçados, situa o *objeto a* no ponto de bloqueio entre eles, no lugar de sua amarração. A partir do invento do objeto *a*, Lacan engendra outra estrutura, a do saber que circunscreve o Real. Nessa perspectiva, o objeto *a*, fundado pelo laço entre a alteridade e os orifícios do corpo, constituirá “a condição de qualquer suposto sujeito: ser causado por um objeto que não é o Outro do conhecimento, mas pelo objeto *a* que risca, para ele, o Outro” (VORCARO; CAPANEMA, 2010, p.493).

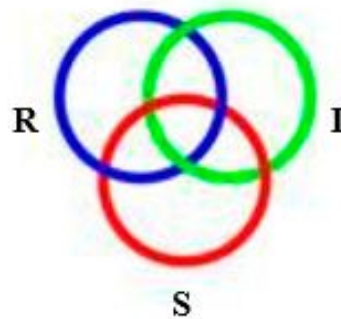


FIGURA 01- *Nó borromeano de três elos*. (LACAN, 1974/75)

Cada aro da imagem cruza-se em dois pontos e possui uma posição simétrica em relação aos demais. Por exemplo, o aro R passa duas vezes por baixo do aro I e duas vezes por cima do aro S. Já o aro S passa duas vezes sobre o aro I e duas vezes sob o aro R, e assim sucessivamente. Há uma singularidade nesse enlaçamento, e isso acontece porque cada aro só se prende a outro se estiver enlaçado por um. Na incidência de desatar qualquer um desses elos, o nó, em sua amplitude, será desfeito — um fato de consistência. Do ponto de vista analítico, é possível considerar que a consistência do nó é o que permite ao falante suportar as vicissitudes de sua existência ao longo da vida, pois “não há consistência que não se suporte no nó. É nisto que, do nó, a própria ideia do Real se impõe” (LACAN, 1974-75, aula de 15/04/75). O que está em jogo é o alcance de um efeito de ponto instituído por três retas sólidas, compostas pelas aberturas dos aros que formam o nó.

O que chama a atenção não é apenas o fato de dois aros serem livres um do outro e, por isso, padecer a *ex-sistência* do terceiro, mas sim o fato de o Real enodado aos dois outros registros ser por eles rechaçado. Com isso, vale notar que o Real só contém *ex-sistência* na medida em que encontra no Simbólico e no Imaginário seu ponto de limite. O que se pretende dizer é que o Real não é tão somente um aro do nó borromeu, mas o efeito do modo como ele se enlaça.

Ao apresentar o nó como aquilo que enlaça R. S. I, Lacan fez referência ao que Freud nomeou de realidade psíquica: o complexo de Édipo. Nessa mesma linha de pensamento, Vorcaro trabalha com a proposição de que o nó borromeano, enquanto alternativa à metáfora paterna, permite realçar a maneira de operar o

espaço e tempo habitados pelo sujeito, implicando uma geometria tridimensional cujos pontos se determinam pela cunhagem de três círculos vazados, enganchados e inseparáveis, que destacam a combinatória das relações que presidem a realidade psíquica. Tudo o que se pode supor como consistência de uma criança não é suficiente para delimitá-la. Entretanto, o suporte do nó borromeano permite discernir suas outras dimensões. Para tanto, é necessário situar o alcance da coincidência entre: a suposta consistência da criança atribuída pelos seus cuidadores como dimensão imaginária (I), o efeito indiscernível do que sofre como dimensão real (R) e uma ordem transmissível estabelecida na medida da incidência do simbólico sobre este organismo (S). (VORCARO, 2016a, p.737)

O nó em uma perspectiva diacrônica seria tecido na infância do sujeito a devir mediante diferentes enlaçamentos do real, do simbólico e do imaginário. A sincronia,

por sua vez, reconhece a estruturação psíquica em uma dada ocasião, sem depender de seu progresso no tempo. Conforme o exposto, a criança se reapropria de seu corpo a partir de uma articulação significativa, de um fazer-com-a-linguagem do qual ela talvez possa saber algo e, assim, responder ao enigma do desejo materno. O cuidador, por meio da fala, imprime significantes às cenas de vida do *infans*. É nessa circunstância que a fala da criança, o balbúcio/lalação, por exemplo, comparece submetida a leis. Esse universo linguageiro, oferecido pelo cuidador, comparece como significante, não possui sentido. Logo, a condição de fazê-lo é a suposição de que o *infans* sabe algo acerca de seu desejo.

O nó borromeano é inscrito por uma “trançagem” na qual seis movimentos se instituem como combinatória das relações que regem a realidade psíquica (LACAN, 1974-75). Em sua extensão, essas relações biunívocas e bicontínuas ocorrem de dois em dois, com dois elementos se articulando em cada ponto. Nesse caso, duas retas infinitas conservam a propriedade do nó borromeano. Parafraseando Lacan (1974-75), a reta infinita é um equivalente do círculo. Isso indica que a estrutura topológica, por um lado, apresenta o círculo com um furo⁵² no meio e, por outro lado, a reta infinita tem a virtude de ter o buraco todo em torno dela. É a base menos complexa do furo. Com efeito, a reta pode melhor representar a *ex-sistência*.

Para ilustrar essa discussão, destacamos o capítulo VII, do Seminário XX, em que Lacan (1972-73/1982) respondeu a um questionamento acerca de o limite dessa metáfora. Segundo o psicanalista, o fato de a reta ser infinita não pressupõe que ela apresente limite. Da mesma forma, não é por causa de o finito possuir limites que uma reta infinita seja suficiente para metaforizar o infinito, pois é possível supor que ela tenha um ponto no infinito. Lacan justificou essa tese recorrendo à Teoria da Relatividade Geral⁵³ de Einstein (1915). Em suas investigações sobre a relatividade, o físico alemão demonstrou que o raio luminoso, embora tenha toda possibilidade de efetivar a reta,

⁵²Importa dizer que uma das contribuições da teoria do nó para esse trabalho perpassa a possibilidade de se reconhecer a diferença operante da falta e do furo nessa constituição. Na topologia dos nós, trata-se de furo, e não falta. Isso porque na falta há menção a lugares. Ela indica a ausência inscrita em um lugar. Conforme visto anteriormente, essa leitura parte do estruturalismo; e pressupõe poder-se faltar, embora continuamente haja termos que operaram nesse lugar em relações substitutivas. Por esse motivo, a falta faz referência à noção de combinatória e de permutação, de cadeia de significantes, de metáfora. Já o furo, em vez disso, admite a supressão do arranjo dos lugares e da ordem da combinatória. Na composição do nó borromeo, o furo é posição própria ao resto, ao que resta do modo como o atrelamento do nó pode se inscrever.

⁵³Em 1915, Einstein, com a Teoria da Relatividade Geral, mostrou que, no espaço, a trajetória da luz acaba sendo distorcida pela imensa força de gravidade exercida por corpos maciços, como as estrelas e os planetas. Essa é a conquista científica mais importante que o século XX está legando para o futuro.

encurva-se. Tendo em vista esse entendimento, a questão evidenciada é a de que a reta não é reta. Assim, a lógica da trança é aludida por Lacan da seguinte forma:

Para fazer um nó borromeano é preciso fazer seis gestos, e seis gestos graças a que eles são da mesma ordem, próximo a isso, justamente, nada permite reconhecê-los. É bem por isso que é preciso fazer seis, a saber, esgotar a ordem de permutações duas a duas e saber antecipadamente que não se pode fazer mais, sem o que a gente se engana. (LACAN, 1973-74, Lição15/01/74 Inédito)⁵⁴

À luz dos pressupostos lacanianos (1973-1974) e com base em suas experiências clínicas, Vorcaro (2004) destacou que a abertura dos círculos do nó borromeano ao infinito é o predicado daquilo que provê uma “caução” simbólica à identidade o traço unário realçando a ativa trama estabelecida entre o imaginário, o simbólico e o real. Segundo a psicanalista, o nó borromeano, em seus trançamentos, é efeito de linguagem, portanto efeito da palavra que o enuncia e que permite diferenciar seus elementos. Algo que só pode ser apreendido de forma dinâmica. Nessa vertente, Vorcaro considerou também que os seis cruzamentos ancoram o estatuto mínimo de uma posição simbólica estrutural. Essa incidência de acontecimentos altera o tempo de estruturação subjetiva da criança. Observamos, com a autora, que o nó borromeano é efeito de linguagem, por conseguinte, resultante da palavra que o enuncia e que admite distinguir seus elementos.

A elaboração de Vorcaro (2004) é necessária para este trabalho por incluir aquilo que incide no “litoral” entre corpo e linguagem. Tendo em vista a formulação dos seis tempos da trança, esta investigação analisa o caminho do traço unário, do significante e sua relação com *lalangue*. A proposta é evidenciar não só a singularidade da constituição do nó borromeano, em seis gestos, mas também a emergência dos impasses do *fa-lasser* em sua relação com o Outro, elucidados a cada trançagem.

De modo singular, a análise de Vorcaro (2004) supõe planificar R. S. I como três retas infinitas, contíguas e maleáveis, que padecerão de deformações continuadas a partir de um ponto zero, uma *posição zero vinculada*. Essa posição mítica antecede o começo do trançamento, oferecendo-lhe a condição de possibilidade.

⁵⁴ Tradução de Angela Vorcaro.



FIGURA 2- Da precedência simbólica ao sujeito.
(VORCARO, 2004, p.76)

Segundo Vorcaro (2004), a posição zero antecede a inscrição simbólica. Nela, o endereçamento do apelo ao Outro (S A) ocorre ainda sem barra, sem sujeito. O Real do organismo é constitutivo desse tempo. Esse Real, investido de maneira imaginária⁵⁵ pela alternância instaurada com a presença e a ausência do agente cuidador,⁵⁶ vincula a resposta materna à exigência da necessidade. Assim, acreditamos que o organismo do bebê sofre a incidência da marca gerada pelos cuidados maternos.

Para Freud (1905/2006), a relação de dependência do *infans* ao adulto origina a sensação de desamparo e de angústia experimentada pelo *infans* sempre que o agente materno se ausenta. O desaparecimento do cuidador é suficiente para instaurar no bebê, sujeito a devir, intensa angústia e, com ela, os indícios do recalque originário.⁵⁷ Nesse momento, os fenômenos neurofisiológicos são apresentados em termos de tensão e de descarga e operam no arco-reflexo. A tensão física e psíquica cresce à medida que surge a necessidade. Esse processo é acompanhado da “ação específica” [*spezifische Aktion*], logo pela redução da tensão (causa de prazer). Não há como escapar de tais estímulos, pois eles se impõem como “*exigências da vida*” (FREUD, 1985/2006, p.349). No entanto, eles podem ser minimizados via processo primário, inconsciente, gerido pelo princípio do prazer. Esse princípio, articulado à satisfação imediata, é capaz de impedir o des-

⁵⁵ Isso implica reconhecer que antes mesmo de nascer o *infans* é idealizado. Já há hipóteses, uma história sobre ele, e ela pode coincidir ou não com o neonato. O lugar que o neonato irá ocupar não é vazio de significações, pois em relação aos membros da família que o acolherá, tanto o tempo de gestação quanto a cena do nascimento, enfim, tudo é inundado imaginariamente de significações em razão do contexto cultural no qual estão articulados. Trata-se do lugar simbólico em que o agente materno inseriu o *infans* enquanto organismo real, isto é, o “real do organismo neonato é inserido na realidade psíquica do agente materno, equivalendo ao termo simbólico que o localizava no campo discursivo antes que ele nascesse” (CAPANEMA; VORCARO, 2010, p.498).

⁵⁶ Nesse caso, presença e ausência interpõem-se na automaticidade que vincula a resposta materna à declaração da necessidade.

⁵⁷ É esse momento de inscrição ou fixação de um representante da pulsão que Freud (1915/2006) vai denominar de *recalcamento originário*. Este seria o primeiro tempo do recalque e precursor de todo o recalque. Ao adotar o termo inscrição pretendemos designar essa fixação da pulsão e sua conservação num registro inacessível à consciência.

prazer por meio da “*livre descarga* das quantidades de excitação” (FREUD, 1900/2006, p.623).

Nesses termos, é desencadeada, inaugurada a experiência de satisfação que ocorre quando há eliminação da tensão, derivada das excitações internas. Os caminhos de memória, oriundos da tensão, são avivados por diversas percepções simultâneas, provenientes das excitações externas. Percebemos que o próprio Freud concebeu essa primeira experiência como aquela que comporta as percepções *W (Wahrnehmungen)* – correspondentes aos neurônios “onde se originam as percepções, às quais a consciência se liga, mas que, em si mesmas, não retêm nenhum traço do que aconteceu” (FREUD, 1896/2006, p.208). Correlativamente, a criança emprega a imagem mnêmica para guiar suas buscas em direção ao objeto “real” de satisfação. Todavia, essa experiência não é absolutamente representada, algo dela se perde. Há um resto que perdura sem representação, sem significação, e que se constitui como ponto de furo de onde o desejo pode incidir.

Por essa razão, o autoerotismo, originário da sexualidade, cede lugar ao objeto de satisfação situado *fora* dos limites do sentido. Desse modo, “a regra do autoerotismo não é a inexistência dos objetos, mas o funcionamento dos objetos unicamente em relação com o prazer” (LACAN, 1964/1985, p. 227). Nesse caso, a percepção dos objetos coexiste com o autoerotismo e, por conseguinte, com a ativação alucinatória de representações.

É, pois, a experiência da perda do objeto que engendra a possibilidade de a pulsão alçar uma representação psíquica. Assim, a atividade autoerótica, cuja obtenção de prazer encontra-se em uma parte específica do corpo, está atrelada a uma ideia de desejo e funda a fantasia originária como defesa ante a angústia e ao recalque originário. Esse instante de inscrição ou fixação de um representante da pulsão é denominado por Freud (1915/2006) de *recalcamento originário*. A essência do recalque “consiste, apenas, no fato de afastar e manter afastado do consciente [um material psíquico]” (idem). Não se trata, portanto, da inoperância dos elementos recalcados, uma vez que eles insistem em retornar via processo primário (condensação e deslocamento), causando assim efeitos. O recalcado não pode ser revogado em absoluto, ele permanece no não dito, ou seja, na impossibilidade de tudo dizer.

Nessas circunstâncias, é a partir da posição zero que o *infans*, nascido no campo da linguagem, inicia seu percurso de estruturação subjetiva, causando a incidência da fissura Real sobre o Simbólico. Em razão do funcionamento significante, a alternância

tensão e apaziguamento não se conservam. Dessa forma, o organismo é tomado por uma descontinuidade entre a tensão, desencadeada por um real do corpo e o apaziguamento dessa tensão, decorrente da dimensão simbólica encarnada pelo outro, cuidador.



FIGURA 03 – *A fissura Real incide no simbólico.*
(VORCARO, 2004, p.89)

No primeiro tempo da trança há a impossibilidade de atendimento integral do Outro materno às necessidades do *infans* supostas como apelo, pois o ritmo de tensão/apaziguamento é falho. Nesse contexto, o grito do bebê torna-se apelo significativo dirigido ao Outro vinculado ao deciframento da mensagem posta como necessidade e que comparece por meio de uma demanda (LACAN, 1957-58/1999, 91). Nesse caso, a intervenção do outro não está ligada apenas à satisfação da necessidade, ela incide na atribuição de sentido aos gritos e gestos da criança, introduzindo-a no universo da linguagem. A lógica já não é orgânica, existe o apelo. A necessidade, acolchoada por um significativo, passa a ser demanda.

Nessa perspectiva, o sujeito a devir surge no que lhe faz “alteridade: no que o primeiro significativo o grito incide como sentido, significativo unário que, por só poder se prestar a intimar uma recuperação, não se faz equivaler a ela, apenas traça sua falta” (VORCARO, 2004, p. 78-79). A relação entre o cuidador e o suposto sujeito que o apela é assinalada, desde o princípio, por uma descontinuidade, um desencontro. Logo, falha a manutenção do sistema binário que alterna tensão e apaziguamento. A precipitação do ritmo alternante é cingida por uma lacuna basal que demarca o lugar de uma falta impossível de nomeação ou de representação.

A impossibilidade de atender em absoluto o apelo do bebê causa a hiância que permitirá a busca do *infans* à alternância perdida. Essa busca constitui-se em uma primeira aparição do desejo como próprio. O que resta é um objeto perdido, objeto *a*: impossível de ser reencontrado, “um nada que marca o vestígio da perda”. Esse objeto,

fundador do inconsciente, interpela e impele o falante à repetição (VORCARO, 2004, p. 80). Tal como o real, o objeto *a* opera pela via do negativo, pela presentificação de sua inexistência no funcionamento do aparelho psíquico. Esse objeto instaura a pulsão ao impelir o retorno de um estado anterior. O percurso pulsional do falante incide no retorno sobre si mesmo no ponto da falta. Todavia, o principal não é o (des)encontro com o perdido, mas sim a possibilidade de fazer borda ao vazio instaurado, sendo ele incontornável e impossível de ser evitado.

Em decorrência das parcialidades das pulsões, o essencial do circuito pulsional é a ação de “vai e vem” — uma vez que a satisfação da pulsão ocorre em seu próprio percurso, movimento de (re)encontro e perda. Na separação, esse movimento está vinculado ao objeto perdido, logo ao sujeito e ao que lhe é próprio, seu gozo. É assim instaurado um furo na linguagem. Nesse processo, bem antes do nascimento do *infans*, algo do Real, o inapreensível, advém no compasso estabelecido no simbólico. Portanto, algo do real do Outro cuidador inaugura a falta no falante em constituição.

Freud reconheceu que a criança pode elaborar suas representações — *Vorstellungen* — e aceder às propriedades dos signos de percepção inscritos na memória, a partir do traço deixado pelo objeto primordial. Somente o rearranjo possibilitará a passagem de uma inscrição para uma representação. Na ótica analítica, a inscrição do traço não é a reprodução de um estímulo externo; é, pois, a matéria-prima da memória no aparelho psíquico, elemento basilar das primeiras investigações freudianas sobre a atividade inconsciente. Um primeiro traço nas elaborações psíquicas,

absolutamente despersonalizado de todo conteúdo subjetivo e de qualquer variação, será implantado, suportando toda a rede significante que a ele se enovelará. Trata-se do traço unário, (*Eineinzigerzug*) que dará curso à primeira identificação. [...] Para que o *ser* apareça, o organismo colide com a linguagem, por via do traço unário. [...] É a partir do traço unário que se indica o lugar de vir a ser, ou seja, onde está suspensa, nos significantes, a garantia da existência como ser. Assim, a unidade constitui-se enquanto pura diferença. (VORCARO, 2017, p.21)

Com a instauração da falta, assinalada pelo traço unário, obtém-se o tempo primário de constituição subjetiva que recalca a condição de alienação da criança ao desejo do Outro e à estruturação simbólica humana. O traço comparece como a marca primária que instaura o inconsciente. Isso leva a pensar que o recalque originário coincide com

uma inscrição simbólica que engendra a entrada da criança na linguagem. Nesse caso, a cadeia significante em operação no mundo da linguagem comporta

os elementos significantes na **serialidade** que os articula, submetidos ao mesmo tempo à **diacronia** mas também a **outras séries sincrônicas devido à simultaneidade virtual de significantes no código da língua**. Essas séries se mantêm pelo **traço discreto que caracteriza cada um dos significantes como sendo apenas o que os outros significantes não são**. Portanto, a **diferença significante** não é *qualitativa*, pois é nessa diferença que se **sublinha a mesmidade significante**, constituída do fato de o significante servir para conotar a diferença em estado puro, marcado por um traço esvaziado de qualquer significação. (VORCARO, 2017, p.22, grifos da autora)

Essa ideia ilumina a nossa tentativa de realçar a possibilidade de o sujeito esvaziar-se na cadeia significante em uma articulação entre S1 e S2. Nesse sentido, S1 é o traço unário, um significante apagado que ressoa pela voz do Outro, e o S2 aquele que opera como apelo respondido. À medida que o Um do traço é pluralizado surge um enxame (*essaim*) de traços, um enxame de S1s: S1(S1[S1{S1 S2}]), "que zumbe" (LACAN, 1971/2003). Esse enxame significante, portanto, acossará o sujeito permanentemente, isso pelo fato de balizar o lugar desse sujeito e principiar a escrita de sua origem na dimensão simbólica. O *infans*, sujeito a devir, falante em constituição, é balizado pelo simbólico que o perpassa e o implanta na dialética significante. Isso explicaria o fato de o falante em constituição deixar a alienação pela privação que o traço aloja, "na dialética do ser, no interior desta experiência do Um, que se relaciona essencialmente ao falo" (LACAN, 1958-59/2002, p.237).

Como um dos efeitos dessa elaboração, ressaltamos a possibilidade de reconhecer o Outro como "matriz de dupla entrada" (VORCARO, 2004, p.87), a do significante e a do objeto *a*, elementos de causação do sujeito. Daí, a relevância do Outro (tesouro de significantes) no percurso de constituição estrutural do falante que pode variar conforme a inscrição de proposições singulares. É a intervenção do Outro simbólico que tornará possível o deslizamento metonímico. Logo, o movimento de diferenciação alterante se sobrepõe em continuidade recíproca e liberta as possíveis propriedades de inscrição.

Via intervenção do Outro, a linguagem materializa-se para o *infans* por meio da língua materna. Posta como "causa singular do sujeito", a língua materna insere a criança no campo simbólico e a posiciona no mundo. Nesse processo de alienação originária do *infans*, a formação de um Eu apenas ganha corpo via a fala do Outro. Essa língua

inscreve na criança suas marcas únicas e singulares, embora não represente para o *infans* segurança, dada a impossibilidade de tudo dizer. Tais marcas podem influenciar as relações que a criança constitui com toda e qualquer língua que venha aprender ao longo de sua vida. Impera nesse momento o puro jogo linguístico em que a forma vale mais que o sentido.

O *infans* serve-se da língua falada pela mãe como sua língua materna. Nessa perspectiva, a fala da criança estabelece uma relação com a lógica do inconsciente. É uma fala “esburacada”, e nela o recalque parece ser mais precário. Isso significa que a ordem do inconsciente não incide no sujeito que aprende a língua, mas em um sujeito constituído na/pela linguagem. Esse processo constitui o segundo momento da trança: o imaginário recobre a hiância real (uma falta a buscar significância) no simbólico via frustração. A criança “constata hiância também no Outro, franqueando o resto (objeto *a*) que lhe é comum e com o qual estabelecerá trocas” (VORCARO, 2009, p.738). O Imaginário, em princípio, faz alusão aos sentidos com que o outro materno “acolhe o *infans* ao representá-lo, conferindo-lhe significações. Esse imaginário será assimilado, especularmente, alojando a fantasia” (idem). Com essa teoria, Vorcaro mostrou que o fantasma, suporte do desejo, oferta significação às manifestações corporais.



FIGURA 04 – *O imaginário recobre a hiância real no simbólico*
(VORCARO, 2004, p.91)

Para a mãe, a criança é um objeto, designado pela teoria como *a*, o responsável por condensar em parte o gozo que escapa à simbolização. O Outro materno, ao assumir a função de provedor, de onipotente, submete a criança à demanda e à significação. Nesse caso, a criança carece da alteridade materna e nela fixa a possibilidade da satisfação vivenciada. As ideias de Vorcaro (2004) indicam que o fantasma da onipotência do Outro estabelece, via retroação, o agente de uma possível satisfação da demanda como regente da falta da saciedade. A onipotência do Outro é mantida somente pelas vias do Imaginário. Este incide sobre uma hiância, uma falta deixada pelo corte significativo que

estabelece uma relação de substituição entre o Outro (agente da função materna) e o objeto *a*, perdido nesse corte. Entram em cena, nesse jogo, os objetos substituíveis.

Para Vorcaro (2004), tem-se um estatuto simbólico diante do recobrimento instaurado pelos objetos substituíveis das duas faltas em jogo na constituição psíquica: o Outro materno, imaginarizado,⁵⁸ captura o sujeito como faltoso. Nesse processo de captura, o Outro também se denuncia faltoso, não-todo. Esse modo de compreender o jogo de substituições da linguagem implica reconhecer o objeto *a* como

expoente de uma função que o sublima antes que o sujeito a exerça, função de índice elevado sobre uma ausência que está lá, sob angústia de desaparecimento, mascarado no imajar de um jogo de imagens. O desejo aparece na superfície do espelho dando a forma ilusória em que se constitui como um Outro. As insígnias do Outro, a senha do desejo do Outro é a anterioridade da borda do espelho que assegura ao sujeito uma posição imaginária, de onde constitui o ideal-do-eu e permite referenciar-se para obter a miragem do eu-ideal. (VORCARO, LUCE-RO, 2009, p.11)

Nesse jogo, mãe e bebê tendem a manter uma relação ideal, delineada por uma linguagem aparentemente clara que, imaginariamente, afiança uma comunicação absoluta entre eles. Todavia, essa linguagem precisa ser rescindida para que o *infans* ascenda à dimensão significante. Essa posição “simbolizante”, impregnada de imaginário, faz com que a criança identifique também a ausência de um ideal-de-eu que lhe antecede. Assim, embora o falante assuma a totalidade imaginária, ele é faltoso, e sua imagem é não-toda, pois existe um “ponto cego” que faz a criança perceber que algo pode lhe faltar.

Nesse caso, o circuito pulsional instaurado extrapola a dimensão do visível e qualifica-se pelo desencontro entre a percepção da criança sobre a imagem e a percepção do Outro acerca do sujeito. O papel significante do desencontro entre o olhar e o impossível de se ver confere estatuto de inconsciente ao ser falante e ao Outro. Trata-se de uma ambiência em que perdura uma presença ausente. É uma relação não linear que contempla tramas produtoras de diferentes dimensões.

⁵⁸Sob esse prisma, as relações imaginárias entre objeto, corpo, gozo, *infans* e Outro conservam o circuito pulsional funcionando e favorecem a insaciedade constituinte da relação simbólica. Trata-se do reconhecimento daquilo já posto na operação de separação: bebê e Outro são marcados pela falta, desejantes e, de forma imaginária, insaciáveis.

O falar, nesse processo, configura-se em uma operação de buscar e de não encontrar o objeto perdido. Isso acontece porque o que se busca é distinto do que a língua pode conferir. Assim, a língua materna está sempre referida ao impossível da conjunção entre os sons das palavras da mãe e o corpo da criança. Embora a língua possa ser tomada como uma cadeia de signos que pressupõe um todo, esse todo é fraturado por *la-langue* e faz referência ao equívoco de modo a assinalar o não-idêntico da língua. Nesse contexto, a língua caracteriza-se pelos signos da impossibilidade de a criança permanecer submetida à demanda da mãe. Isso implica uma renúncia à mãe enquanto primeiro objeto para que o corpo se substitua por uma significação. Essa renúncia é “para cada sujeito, organizada em torno desse impossível próprio a toda língua, imaginarizado como interdição” (VORCARO, 2017, p.23). Com base em Melman (1992), Moraes apresentou a língua materna como

língua do desejo, organizada tal qual o desejo, mas essa organização não garante a expressão desse desejo. Ela é materna, nessa definição, a partir do objeto que ela interdita, isto é, sob a condição de o desejo não ser reconhecido pelo sujeito, ou seja, de nela faltar justamente o que é “materno” e, por isso mesmo, poder o “sujeito ser falado por ela”, e o que quer que ela fale em nós ser enunciado pelo Eu. (MORAES, 1998, p.79)

Em razão de sua anterioridade lógica, a língua materna (matéria fundadora do psiquismo) agencia uma alteração no posicionamento da criança em relação ao Outro, a ela mesma e à linguagem. Essa língua, impregnada de atributos e afetos, responsável por tecer o psiquismo em constituição, barra o sujeito e não permite que ele diga tudo. Sobre essa questão, Vorcaro (2004) observou que os dois primeiros movimentos da trança sustentam o terceiro gesto, caracterizado pela demarcação simbólica do imaginário. Tal tempo caracteriza-se pelo momento em que a criança imagina ser o objeto capaz de completar a mãe o falo.⁵⁹ Ela se faz de objeto e anula-se como desejan- te.

⁵⁹Nesse caso, o falo é imaginário, o objeto é metonímico (VORCARO, 2004, p.109). Lacan ressaltou que “o falo, [...] é elemento significante subtraído da cadeia da fala [...] Este é o princípio limite que faz com que o sujeito, sem dúvida, e na medida em, que está implicado na fala, cai sob o golpe disso que se desenvolve em todas as suas consequências clínicas, sob o termo de complexo de castração” (LACAN, 1958-59/2002, p.33).



FIGURA 05: *Demarcação simbólica do imaginário*
(VORCARO, 2004, p.109)

Conforme a demarcação simbólica do terceiro gesto, a criança percebe que a mãe pode ou não satisfazer suas carências. Essa constatação induz a criança a apreender que algo falta à mãe. Nesse caso, o imaginário de mãe onipotente e plena é recoberto por um simbólico: a falta. Ao apreender “que a mãe continha o falo, ao encarnar nela o horizonte de sua demanda de amor parasitado por um desejo inominado a criança, diante da falta pressentida na mãe, engaja-se em ser o falo desejado” (VORCARO, 2004, p.105). Há nessa tentativa de preencher a falta do objeto real de desejo da mãe, um aprisionamento imaginário do infante. Aparentemente, a criança pressupõe poder satisfazer à fantasia produzida por seu cuidador. Todavia, essa operação é extenuante para a criança, devido à impossibilidade de tamponar a falta na mãe. Assim, “ao mostrar-se como aquilo que não é, a criança constrói o percurso onde o eu assume sua estabilidade, na ambiguidade de se fazer de objeto para enganar” (VORCARO, 2004, p.106). Essa relação é imaginária, logo enganosa. Não há a equivalência criança/falo.

Nesse tempo:

O eu da criança, que emerge latente nas suas articulações de fala, ainda em formação, depende da articulação significativa produzida pela mãe. Afinal, não há coextensividade exata, simultaneidade do desejo, enquanto ele se manifesta, e do significante, que lhe responde. Isto jamais acontece porque é da natureza e do efeito do significante a transformação do desejo, sua refração que faz com que o desejo seja encurralado, chegando com significado diferente do que tinha na partida. (VORCARO, 2004, p.104)

Conforme expõe Vorcaro (2004), a criança submete-se à lei do significante materno pelo fato de se posicionar como elemento simbólico que poderia equacionar a falta percebida na mãe. Essa lei existe “na medida em que qualquer coisa de seu desejo é completamente dependente do que já se articula como da ordem da lei embora essa lei esteja situada completamente no sujeito que a suporta: nas nuances do querer ou não querer da mãe” (2004, p.104). A inscrição da lei materna impõe à criança uma implica-

ção e responsabilização pelo próprio desejo. Nesse caso, o desejo só existe se houver uma limitação simbólica que o estabeleça como divisão. Essa limitação acontece igualmente para o agente materno, isso porque há um resto não apreensível, aquele que escapa à criança como objeto de desejo. Tal implicação torna impossível uma resposta ao desejo do outro. Esse desencontro entre o que se deseja, o que se tem e o que se pode oferecer diz respeito à estruturação subjetiva do falante, pois

o sujeito do desejo se demarca da captura imaginária por não estar totalmente preso a ela e, portanto, joga com a máscara na mediação de sua relação com o Outro. Por isso, tenta persuadi-lo de que pode completá-lo e é tapeando que faz surgir a dimensão de amor. Nessa dialética do amor não há coincidência, é sempre falha e a insatisfação funciona no nível da falta (-Phi) [...]. É nessas circunstâncias, em que o *infans* pode supor o Outro em falta e apresentar-se como resposta, que a demanda à mãe se inverte claramente numa demanda da mãe pela via do objeto excremental, que dá as funções excretórias uma ampliação vasta do campo simbólico e da demarcação do desejo. (VORCARO, 2004, p.106-107)

Notamos que a mediação significativa gerada produz um resto, algo que sempre escapa da simbolização. Daí a possibilidade de apresentar os dejetos da criança como: objeto anal, na função de objeto parcial, substituto do objeto *a*, que não lhe é entregue pela palavra e nem contabilizado. No jogo de “reter-desprender”, a demanda da mãe possibilita que o objeto fezes, cortado do corpo da criança pela zona erógena anal, seja subjetivado e implantado na dialética do desejo. Essa alternância revela o ritmo do circuito pulsional que contorna o pedaço do corpo submerso, o *objeto a excremental* condutor da metonímia do desejo. Nessa perspectiva, a criança manifesta-se como sujeito ao Outro (desprovido do falo), ofertando-lhe esse resto de seu corpo — as fezes: “presente ofertado no lugar do falo: onde não pode dar por não ter, o recurso é dar outra coisa, dar um objeto por outro” (VORCARO, 2004, p.108). Essa tentativa de suprir a falta constitui a função significativa do objeto anal, embora ainda impere o desencontro entre o que se deseja, o que se tem e o que se pode ofertar.

Nesse contexto, o corte simbólico, operado pela incidência de um terceiro na cadeia do discurso do Outro materno (Nome-do-pai), assinala a entrada do *infans* no mundo da linguagem e estabelece sua condição de desejante (a separação). Nesse caso, o falo imaginário é encoberto pela metáfora paterna,⁶⁰ e o significante assume a função de

⁶⁰A metáfora paterna é considerada por Lacan como metáfora fundadora por designar a relação do sujeito castrado e sexuado com a linguagem. Reside na metáfora, como jogo da substituição de um significante

castrar, de fazer borda à alienação e ao desejo desse Outro materno. Trata-se de uma demarcação simbólica do imaginário em que o eu distingue-se do falo (), recobrando sua posição como objeto *a* materno. É, pois, o construto de um intrincado jogo em torno do que é falta capaz de alojar a criança no campo da linguagem enquanto sujeito do desejo, de gozo. Essa modelagem da trançagem realça a tentativa de contornar os furos do Real, do Simbólico e do Imaginário. Todo esse processo incide no quarto tempo da trança.

Conforme leitura de Vorcaro (2004), o quarto tempo da trança refere-se à dimensão em que o real recobre o simbólico. Esse tempo implica a repetição do primeiro cruzamento em uma segunda volta: momento de confronto com o pai real e a castração do Outro materno. Esse tempo decorre da descoberta da criança de que ela não consegue ser o falo (imaginário e simbólico) para a mãe. Portanto, a não equivalência criança/falo instaura a hiância no primeiro movimento (Real sobre o Simbólico). Há, pois uma fissura real da equivalência simbólica ao falo na qual a função Nome-do-Pai emerge como real: “é impossível ser o falo”. Para Lacan (1958-59/2002), com a assunção da castração, o sujeito pode-se dizer que “é e que não é o falo, mas ele não é sem tê-lo” (p. 233).



FIGURA 06- *Fissura real da equivalência simbólica ao falo.*
(VORCARO, 2004, p.114)

Nessas circunstâncias, consideramos que o significante se qualifica de modo a representar o sujeito junto a outro significante. Há um reenvio elusivo de sentidos: o significante significa, junto do outro significante, o sujeito enquanto nada. O significante desejo da mãe inscreve a simbolização da ausência real desse agente. A mãe nem sempre responde à criança e essa não-resposta lhe presentifica um vazio. Nesse caso, o

por outro, pela relação de substituição, o recurso criador, a força criadora, a força de engendramento da metáfora pela possibilidade não apenas de desenvolvimentos do significante, mas também da produção de sentidos sempre novos (cf. Lacan, 1957-58/1999, p. 35).

desejo da mãe comparece como um significante que permite a sua localização e subjetivação. A impotência do Outro em responder se deve a um impasse na diferenciação entre a demanda da criança e a do Outro (agente materno) e “sustenta-se na impossibilidade de esse Outro saber o que lhe falta”. É essa distinção que delinea o desejo enquanto “intersecção do que escapa à formulação nas duas demandas não confundidas” (VORCARO, 2004, p.111). O impossível imposto pelo encontro com o real é sempre faltoso. Diante da impossibilidade de tudo dizer, há um nada. O Outro não pode saber que ele é tudo aquilo em que consiste.

Esse nada, enquanto oculto ao Outro, ganha consistência, torna-se o invólucro de todo objeto diante do qual a própria pergunta do sujeito se detém. A demanda é liberada da demanda do Outro na medida em que o sujeito exclui esse não saber do Outro. Nessa perspectiva, o desejo constitui-se, em princípio, como aquilo que está oculto (escondido) no Outro por estrutura (LACAN, 1962-63/2005). É o impossível ao Outro. O desejo constitui-se como a parte da demanda que está oculta no Outro e que só vai tomar incidência significativa enquanto lugar da palavra.

Diante do exposto, verifica-se que no quarto tempo da trançagem é reaberta uma nova hiança desde sempre incidente (VORCARO, 2004):

[...] a descoberta do genital, que introduz a masturbação e a entrada em jogo de um gozo mal assimilado, entrevisto, passível de ser suposto por ser barrado pelo Outro. Isto impõe à criança o impedimento de imaginarizar-se como é imaginarizada, porque se faz existir como real, fundamentalmente diferente e ainda sob o risco de ser rejeitada pelo que é, fazendo diplopia à imagem a que buscara aderir. Rompe-se o paraíso do engodo, onde a criança se molda para a mãe, pela intervenção do genital, que encurrala a criança. As relações com o próprio corpo, engajadas pela relação especular, são transformadas e põem significantes em jogo. No material que se oferece em relação ao seu próprio corpo, a criança encontra o real para alimentar o simbólico. (VORCARO, 2004, 113)

Conforme expõe Vorcaro (2004), a criança, pela via da angústia de castração, pela inscrição da diferença sexual (pois a mulher é castrada),⁶¹ enfrenta o fato de que sua imagem como objeto não condescende com o real em jogo. Essa não concordância

⁶¹Caber ressaltar que a mulher é “como o desenvolvimento da psicanálise mostrará, única marcada por uma falta, pois a falta faz parte da estrutura de todo sujeito de qualquer sexo. Freud disto já nos dera uma ideia ao formular a perda do objeto como fundamental na subjetividade do sujeito. A diferença é que a falta não se inscreve da mesma forma em homens e mulheres. Há uma falha estrutural no homem [...] Há uma dupla falta na mulher: como sujeito e como mulher” [...] (ZALCBERG, 2007, p. 22.).

provoca novo desencontro. A criança descobre que não pode preencher a falta do Outro materno e, portanto, não se completa. Nesses termos, a criança “depara-se com a constatação de uma mãe faltosa, insaciável” (VORCARO, 2004, p.113). Desse modo, ser faltante é efeito da castração, a falta é que sustenta o lugar de um sujeito de desejo.

A leitura que se faz desse registro é a de que a criança, ameaçada pela possibilidade de continuar presa no engodo imaginário, na lógica falta-objeto/ imaginário-falta, encontra na angústia de castração um amparo: “um desejo de castração”. Nesse sentido,

dissipar-se é o custo a pagar caso insista em ser esse objeto, preenchendo esse vazio: é o preço de dessubjetivar-se para oferecer-se como lugar do gozo do Outro, em que se destroçaria como desejante. A angústia é o perigo articulado ao caráter de cessão implicada no momento constitutivo de objeto *a*. (VORCARO, 2004, p.114)

Com efeito, é possível aferir que a razão dessa nova forma de encobrimento do Simbólico pelo Real contrapõe-se ao “desmonte” do sujeito, conservando a situação de não completude, hiância efetiva na constituição estrutural do falante. O dito instaurado é: tanto a criança quanto seu agente materno estão despojados do falo, ambos marcados, afetados pela falta. Portanto, cabe à criança apenas “aceitar, registrar, simbolizar, enfim, dar significante a essa privação de que a mãe testemunha ser objeto” (VORCARO, 2004, p.115).

Com o desdobramento da trança, o quinto movimento configura a repetição do segundo cruzamento em uma segunda volta: momento da castração imaginária, de idealização e de temor da potência paterna. O gesto consiste em introduzir um significante novo que faz o significante do desejo da mãe ficar sob a barra de significação, mantendo-o inconsciente. Assim, a função Nome-do-pai é trabalhada imaginariamente pela criança, conjeturando um agente da interdição. Ocorre assim: *o recobrimento imaginário da interdição real*.



FIGURA 07: *Recobrimento imaginário da interdição real*. (VORCARO, 2004, p.118)

Com esse recobrimento imaginário da interdição real, a figura do “recobridor” vincula-se à emergência do pai imaginário como “legislador”, agente atuante na relação da mãe com o objeto de seu desejo. Nesse momento, a função do pai é a de interditar o agente materno e a criança. O pai legislador anuncia à criança que o desejo da mãe é o “desejo de um Outro”(VORCARO, 2004, p.117). Isso permite a criança deslocar-se da posição de objeto. A impossibilidade real de ser o objeto do gozo materno é reencontrada, imaginariamente, personificada em pai que, embora terrível por lhe tirar a mãe, defende-a da avidez materna sem fim.

Na cena construída com o pai legislador, a criança, na condição de privada, deparar-se-á com a incógnita sobre sua origem. A interrogação pela própria existência e o corpo sexuado levam-na a arquitetar teorias sobre o enigma da sua origem como resposta para acalmar a angústia, constituindo, portanto, em mitos organizadores da subjetividade. Sendo a marca excêntrica à sexualidade, a força constante da pulsão reconhece o significante e suas leis como limite e ordenação. Com efeito, ao substituir o desejo da mãe pelo Nome-do-Pai, a criança põe-se no lugar de uma ausência, um nome que a tampona e que remete a um vazio sem sentido, enigmático, um efeito de sentido de proibição, de interdito. Assim,

a constatação da castração materna é a intervenção por onde poderá ser introduzida efetivamente a ordem simbólica, onde o reino da Lei mostrará à criança que ela não tem chance de ganhar. Não se trata, portanto, de metamorfose natural, mas de uma necessidade de estrutura a Lei que dá sentido e que em todo o exercício do jogo esteve latente. [...] Por trás da mãe se perfila a ordem simbólica e o objeto da ordem simbólica o falo simbólico ainda por ser constituído. A posição do significante do pai projeta o plano simbólico. (VORCARO, 2004, p.118)

Diante de tudo isso, interessa saber que o principal nessa operação não é a realização do desejo via castração. A questão em destaque é a de que o pai legislador, construção imaginária, pode ganhar estatuto estruturante e ser alojado pela criança na cadeia simbólica que a suporta, mediante o ato de nomeação consolidado por esse recobridor. Direciona-se neste ponto da investigação a concepção de Lacan (1969-1970/1992) segundo a qual não é o pai nem a lei (de interdição do incesto) que castra, mas a linguagem a condição de falante alude à criança uma perda de gozo. Isso permite conjecturar que uma língua advém como materna para a criança a partir do momento em que, por interferência da lei paterna, ela passa a falar o sujeito.

O pai não é de imediato a origem da castração. Ele cede antes às formas simbólicas e imaginárias do Édipo, à castração causada pelo significante. O Édipo, nessa perspectiva, pode ser lido tendo o falo como um significante central. A falta (no agente materno) pode deslocar a criança para a falta de lugar próprio do seu desejo. Assim, a função fundamental do Édipo é co-extensiva à função paterna. É o que possibilita lê-lo em torno do processo da metáfora do Nome-do-Pai que profere a função fálica e o significante Nome-do-Pai. A marca causada pela castração como instauração da lei relaciona-se à forma como o falo foi tomado. A dinâmica fálica causa uma operação simbólica inaugural que consiste no advento da metáfora do Nome-do-Pai. Nesse sentido, o que a criança faz com esse significante gera um modo de funcionamento da fala e da linguagem em cada estrutura.

No sexto movimento da trança, o simbólico passa a ser efeito do esgotamento da impossibilidade de a criança ser o falo materno. Não há vinculações da relação imaginária da criança com o real. Portanto, o simbólico incide no imaginário e acarreta a repetição do terceiro tempo em uma segunda volta. Isso acontece por meio da produção da metáfora paterna, conclusão do Édipo. Nesse processo, reincide no simbólico o que, no terceiro gesto da trança, apresentou tônica imaginária. Esse é um tempo estruturante de ascensão simbólica do falante: a dialética entre desejo e lei.



FIGURA 08: *O laço da metáfora: o simbólico incide no imaginário.*
(VORCARO, 2004, p.120)

No sexto gesto da trança, a metáfora paterna age como uma operação de substituição significante que tem por função assegurar a estabilidade da cadeia significante. Nela, o “pai” substitui o significante materno enquanto simbolização primordial, operada pela criança mediante subjetivação do par alternante ausência-presença⁶² materna. O

⁶²Como já visto anteriormente, o jogo de presença e ausência faz referência à brincadeira do *fort-da*, em que o automatismo da repetição autoriza à criança simbolizar esse comportamento da mãe, que ora está presente, ora está ausente. Essa ausência materna produz um enigma para a criança, ao indicar-lhe que, para além dela, existe algo que faz a mãe desejar.

efeito desse jogo substitutivo é a emergência de uma nova significação: a fálica. O falo é simbólico e gera a relação entre desejo e lei em um processo dialético. Encarnado como significante, o falo faz corte à alienação materna, possibilitando à criança interrogar-se como sujeito cuja significação decorre da nomeação paterna instaurada na castração. A significação fálica admite ao sujeito orientar-se na dimensão simbólica. Portanto,

cativo da linguagem, o sujeito só pode manifestar seu desejo recalcado no limite significante, onde as substituições significantes metonimizam o ser do sujeito (real), através da demanda (simbólica) dos objetos substitutos que poderiam realizá-lo (imaginário). Se a resolução aqui implicada retirou a criança da alienação ao desejo materno, a castração torna-a sujeito desejante [...] Esta é a operação de alienação do desejo à linguagem, ou seja, o sujeito se constitui atravessado pela barra que constringe seu ser a só aparecer representado pelo significante. Tal estrutura divide o sujeito, em parte, num eu (moi) do enunciado; em outra parte, num eu (je) da enunciação onde o sujeito do inconsciente suporta o enunciado. Assim, a ordem simbólica mediatiza a relação imaginária do sujeito com o real. (VORCARO, 2004, p.124)

Notamos que a triangulação imaginária mãe – criança – falo não mais confere condição segura para o assujeitado à ordem do desejo materno. Nesse momento, como no jogo do *fort-da*, a criança inverte a situação. Agora é ela quem abdica a mãe simbolicamente, eximindo-se da condição de ser o único objeto do desejo da mãe, aquele que preenche a falta do Outro. Ela vai em direção a elementos substitutos do objeto perdido por meio da metáfora paterna, amparada pelo recalque primário. É, pois, com a imissão fálica da alteridade na criança que se tece a incidência da ordem significante.

Com o declínio do complexo de Édipo, nasce o desejo na criança. Nesse caso, ao ser inserido no campo do discurso do Outro e da linguagem, o sujeito passa a existir como tal. Desse modo, a resolução do Édipo confere ao sujeito um Nome e por ele o significante originário de si, atribuindo-lhe a singularidade e a possibilidade de a criança se constituir como sujeito e se posicionar no mundo organizado na e pela linguagem. Nessa operação, o pai, enquanto potência fálica, “é o imbatível com que a criança rivaliza para a posse do falo. Enquanto transmite o nome, o pai permite à criança que o porta pretender possuir sua potência e, portanto, amá-lo” (VORCARO, 2004, p.126). O *infans* só “ganha” algum corpo quando encarnado pelo significante. Isso implica lembrar que a criança nasce prematura e seu corpo, ainda pura massa corpórea, não tem

existência a não ser pelas palavras que o significam. O testemunho disso é a exigência de um “dom” do Outro que se consubstancia na própria vivência com a linguagem.

Segundo Vorcaro, a sobreposição do Simbólico ao Imaginário é a relação que precede uma possibilidade de fechamento do nó borromeano. Lacan (1975-1976/2007) evidenciou essa ideia quando apresentou os pontos infinitos das retas paralelas. Para o psicanalista, essas retas retroagem sobre si, constituindo o elo que comporta seu furo com o lugar do objeto fundamental do gozo no ponto de liga dos três elos. Nesse período de estruturação, a nomeação paterna faz fronteira ao gozo infinito, enunciando ao sujeito que se constitui um nome que assinalará o seu lugar no campo da linguagem, no simbólico que lhe antecede.

Interessa a este trabalho, como já mencionado, entender os movimentos de estruturação no campo da linguagem como modos distintos de a criança fazer-se com a linguagem. Na elaboração de Vorcaro, é evidente a ênfase em uma não resolutividade da estrutura psíquica na infância: a não ligação definitiva entre o significante e o ato. Os acidentes nos movimentos de estruturação psíquica são coerentes com a condição da infância submetida ao tempo lógico de sua estruturação psíquica. A autora sustenta a variação na estruturação do sujeito coerente com as proposições de uma estrutura não-decida na infância, e isso acarreta uma interrogação sobre a rigidez na sincronia (autônoma) da estrutura.

Com a imersão nessa discussão, surge para este trabalho a proposição de pensar sobre as seguintes questões: O efeito da fala do outro sobre o corpo da criança pode resultar em uma fala à deriva? É possível a criança autista estar na linguagem, mesmo sem a função da fala? O que a faz a fala da criança autista diferente da das outras crianças? Segundo Leite (2005), a possibilidade de delinear respostas para essas e outras tantas questões está na “dependência de podermos construir uma inteligibilidade quanto aos processos que presidem a articulação do real do organismo com o lugar simbólico que preexiste ao sujeito, articulação esta sustentada pela via do imaginário materno” (p.291).

OS AUTISMOS E O NÓ BORROMEANO

3. O que podemos decantar do nó borromeano e das combinações da trança RSI para pensar o autismo?

Questões relacionadas ao campo da linguagem e à função da fala no processo de constituição do ser falante para a psicanálise foram levantadas nos capítulos anteriores desta tese. A ideia desenvolvida parte do pressuposto de que a estruturação psíquica é estabelecida pelas inscrições sobrevividas do campo do Outro,⁶³ no qual a função da fala engendra um corpo. Nessas circunstâncias, “só existe sujeito na referência a esse Outro” (LACAN, 1957-58/1999, p. 16), pois “o sujeito é a resposta do real ao significante, ou seja, o sujeito é decorrência (efeito e/ou produto) da incidência do simbólico sobre o ser orgânico, acéfalo, puro real” (VORCARO, 1999, p.64).

Tal conjectura lacaniana leva-nos a entender a constituição como a *fixação precoce de uma estrutura*, uma operação psíquica que além os traços psíquicos, as afeições de letras e os traços unários. Essa operação, causada pelas amarras tecidas por meio da fala, configura a estrutura do falante. Assim, à medida que o significante, em sua dimensão de gozo, é ao mesmo tempo causa de gozo e barreira ao gozo. A fala não mais se inscreve sob a égide da comunicação, da busca de reconhecimento do Outro. A hipótese levantada, nesse caso, segue a ideia apresentada pela topologia do nó borromeano de que na determinação constitutiva do ser falante há uma impossibilidade de plenitude do gozo que seja capaz de intimá-lo a desejar sem quaisquer garantias, visto que o sujeito não se constitui em torno de seu gozo solitário. Essa premissa suscitou algumas reflexões sobre a relação posta entre os três registros do psiquismo: o Real, o Simbólico e o Imaginário na constituição do ser falante.

A constituição do sujeito do inconsciente não se efetiva de forma simplista, pois para os envolvidos sempre operam prejuízos, faltas, desencontros próprios do particular de cada um. Nesse contexto, a estrutura não está mais protegida, isolada; ela é uma resposta à desordem originária que a condiciona, sendo ela mesma um efeito, um arranjo realizado sobre essa desordem. A linguagem, nesse processo, “é o que se tenta saber concernentemente à função de lalíngua” (LACAN, 1972-73/1982, p. 189). Como matéria-prima do inconsciente, lalíngua evoca uma reflexão acerca do próprio conceito de

⁶³ O Outro é então tomado como “o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito” e também “o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer”(LACAN,1964/1985, p. 193-194).

linguagem, que se torna derivado, e não mais originário. Isso porque, a língua comparece como saber que ultrapassa aquilo que o falante é e pode enunciar. No dito de Lacan: “Se eu disse que a linguagem é aquilo como o que o inconsciente é estruturado, é mesmo porque a linguagem, de começo, ela não existe” (LACAN, 1972-73/1982, p. 189). Nessa perspectiva, a língua engendra o uso da palavra não como parâmetro da comunicação, mas como elemento de gozo, isto é, “palavra enquanto disjunta da estrutura de linguagem, que aparece como derivada em relação a este exercício primeiro e separado da comunicação” (MILLER, 2012, p. 38).

À luz de tais articulações teóricas, inferimos que no processo de estruturação psíquica incide uma trama tecida das sobreposições das dimensões do Real, do Simbólico e do Imaginário, cada uma compondo uma linha infinita ou um círculo. Nessa condição, a criança comparece como ponto imerso na teia da linguagem que enlaça “um organismo irreduzível, uma articulação de significantes e uma consistência ideal. A rota desse ponto deve ser tragada” (VORCARO, 2005a, p. 60). Tendo em vista o suporte do nó borromeano, a tese destaca o alcance da diferenciação e da contingência entre o organismo do *infans*, a consistência do falante e uma lógica transmissível.

Conforme o exposto, observamos que na cadeia de três anéis tanto o Simbólico, quanto o Imaginário e o Real terminam homogeneizados. A simetria desse encadeamento faz com que os três registros se tornem indistintos. Nesse caso, a proposição do nó borromeo como uma consistência parece limitar o sujeito a uma universalidade de articulação possível entre os três elementos do nó (RSI). A singularidade desse processo está no fato de o sujeito do inconsciente, em sua lógica universal, ser cindido pelo furo do Simbólico. Assim, o que foi descrito nos seis gestos da trança é a constituição subjetiva alicerçada no Nome-do-Pai em suas articulações via (VORCARO 2004,2005a) entrecruzamento entre Outro, objeto, desejo, sujeito.

Nesse sentido, como um modo de amarração ideal, a estruturação do nó borromeo de três elos pode falhar em um ou mais dos seis cruzamentos da trança: o real, o simbólico e o imaginário (LACAN, 1975-76/2007). Dessa forma, a trança e o nó borromeo de três linhas não são a regra para a relação de R. S. I, pois seus movimentos não se suplantam na constrição que os laça. Há, no entanto, a constituição de várias formas de amarração e a incidência de acontecimentos que podem alterar os gestos de trançamento dos registros psíquicos e, com isso, afetar a constituição do falante, do sujeito a devir.

Lacan (1974-75/2007) denominou essa variação de ponto de cruzamento de *lapso do nó*, falha que ocorre quando um nó de três elos se desprende, acarretando o desarranjo dos demais. Tomadas como lapsos ou erros, essas falhas sublinham o imperativo da passagem do nó de três elos, falho por estrutura, para o de quatro. Em decorrência disso, surge a necessidade de um reparo não aleatório que opera como suplência do erro estrutural do nó. A suplência se dá através de um quarto elemento que estabiliza a amarração. Nesse caso, o sujeito necessita de um quarto elo para dar conta de sua estrutura de ser falante.

Esse quarto elo é aquele cuja consistência Lacan atribuiu, de início, ao Nome-do-Pai, ligado à operação da metáfora paterna em sua função radical de destinar um nome às coisas, mesmo “com todas as consequências que isto comporta” (LACAN, 1974-75, p.23), para em seguida destacar os *nomes do pai* (dissociado da metáfora paterna). A questão do Nome-do-Pai e o estatuto do nó borromeano assinalam a dimensão do homem que está implícito no nomear *n’homear* (LACAN, 1974-75). Sob essa ótica, tanto a função nomeante do pai quanto a condição a ele facultada de nomear para marcar a dimensão desse ato implica a representação do nome dado ao pai e também a função nomeante do pai. Essa função plural do nome do pai assinala as formas pelas quais é possível conceber a ideia de perda de gozo no itinerário de constituição do sujeito.

Nessa perspectiva, os nomes do pai abarcam três modalidades de nomeação:⁶⁴ nomeação real, nomeação simbólica e nomeação imaginária. Trata-se do pai como nome, nome inominável “cujo turbilhão cospe as nomeações Real, Simbólica e Imaginária. Essas nomeações sempre referidas ao Outro Real no qual, sincronicamente, temos a marca da negação” (CAPANEMA, 2015, p.104). Isso significa que não há predominância de nenhum registro o Real, o Simbólico e o Imaginário sobre o outro.

Ao anunciar que os nomes do pai envolvem os três registros, o Simbólico, o Imaginário e o Real, enquanto nomes primeiros de algo, Lacan cunha a possibilidade de existir um “número indefinido” de nomes do pai, ou seja, de rearranjos singulares nessas nomeações. Lacan, diante dessa variedade de nomes do pai, desenvolveu outra qua-

⁶⁴ Marc Darmon (1994) afirmou serem constantes as cenas clínicas dessas três modalidades de nomeação. Indicando brevemente o que decorre em cada uma das três modalidades, o autor expôs que a nomeação imaginária refere-se mais em, sua maioria, às referências ancestrais e às circunstâncias familiares imaginárias das quais a criança porta o traço. A nomeação real, em sua concepção, diz respeito aos casos em que uma particularidade real, uma privação pode afetar a constituição de um sujeito. Por sua vez, a nomeação simbólica é aquela que inscreve o sujeito e seu pai em uma linhagem.

lificação para esse termo, qual seja: ex-sistência “Nome de Nome de Nome”. Isso implica o fato de que para o pai não há nenhum nome que seja seu nome próprio. A existência do Nome do Pai, na topologia do nó borromeano, “concerne a um real desta modulação, o que não quer dizer que o Nome-do-Pai é real, nem que a nomação é real” (PORGE, 1998, p. 167).

Levando em consideração o nó borromeano, Lacan (1975-76/2007) apresentou o sinthoma (sinthome) como o quarto elo cuja função é a de enlaçar os aros do nó de três registros no mesmo ponto em que advém seu lapso. Na concepção lacaniana, o sinthoma refere-se à singularidade na medida em que não é relativa ao Outro. Essa ideia difere da concepção freudiana de sintoma como uma formação do inconsciente, pois para Lacan, o sinthoma apoia-se nos três suportes subjetivos, isto é, pessoais, e configura-se como o quarto elemento.

Por ser uniforme, o nó de três elos não admite a diferença. No entanto, o nó de quatro elos faz suporte ao suposto sujeito, reconhece a diferença e, como efeito, produz a singularidade. Nesse caso, entre sujeito e inconsciente “[...] há um laço do sinthoma com alguma coisa de particular” (LACAN, 1975-76/2007, p. 53). Com isso, a inserção do quarto elo gera o nó. Não se trata de algo da criança que estaria fora do alcance do Outro, mas do que essa criança registra em seu corpo como significante remetendo-lhe um valor mais singular.

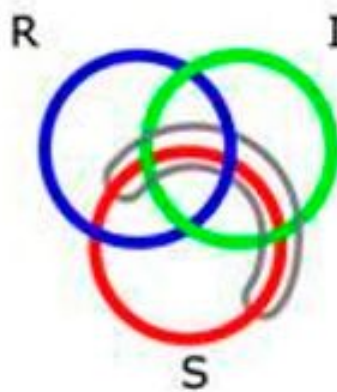


FIGURA 09: Nó borromeano/quarto elo (Lacan,1975-76)

As imagens evidenciam que o quarto elo mantém a união entre RSI (segunda imagem à direita). Nesse caso, "desde que você passe do nó borromeano de três para o nó borromeano de quatro, no qual se introduz o sinthoma, o nó borromeano a três desaparece enquanto tal. [...] É exatamente isso. Ele não é mais um nó. Ele não é senão sus-

tentado pelo *sinthoma*" (LACAN, 1975-76/2007, p. 41). O *sinthoma* é capaz de possibilitar a criação de novos trajetos constituídos via diversas possibilidades de encontro entre RSI. De tal modo, o quarto elo tem a função de amarrar os três anéis soltos e assim resgatar a condição borromeana que falta à constrição destes. Nesse ponto da investigação, observamos a tentativa de realçar o quarto termo como aquele que estabelece a forma singular de um sujeito manter atreladas as dimensões psíquicas.

Para Vorcaro (2004), esse quarto elo opera no ponto de recobrimento onde ocorre o lapso. A autora esclareceu que o nó borromeano de três elos é imprescindível para a constituição do sujeito a devir e para o entendimento de que suas falhas apenas serão diferenciadas depois que ele reparar seus lapsos com o quarto elo — o *sinthoma*. O impasse subjetivo pode ser compreendido como o ponto em que o sujeito em constituição se arrisca a enodar-se, a amarrar-se em termos *sinthomáticos*.

De todo modo, com a criança não é possível prescindir-se da lógica significante (Simbólico) e nem da lógica da impossibilidade (do Real), do efeito e da causa do sujeito, pois para efetivar-se o sujeito do inconsciente precisa dessa dupla causação. Desse modo, na infância a estrutura psíquica não é decidida, isto é, “o não decidido da criança implica a impossibilidade de fazer equivaler a estruturação de uma criança à estruturação do adulto. Assim, a incidência de nossa fala pode mudar o modo de gestão do gozo dessas crianças" (VORCARO, 2005a, p. 41). Há, pois uma não ligação definitiva entre significante e o ato.

A partir dessa não equivalência da estruturação de uma criança à de um adulto, Vorcaro qualifica o tempo de constituição psíquica como um trabalho imaginário e simbólico sobre o corte real, tendo em vista a tônica da descontinuidade entre RSI. Esse processo configura-se por uma variação na estruturação do sujeito a devir, coesa com as enunciações de uma estrutura não determinada na infância, e pela indagação sobre a inflexibilidade na sincronia (autônoma) da estrutura. Assim, a condição estrutural da criança é a de um decurso de estruturação que concebe um sujeito em constituição. A respeito dessa relação que se estabelece entre estrutura e temporalidade, Vorcaro (2005a) fez a seguinte consideração:

Situar a criança na estruturação subjetiva exige a hipótese de que não há insuficiência de linguagem em nenhuma criança, a despeito dos modos como ela se apresenta. Há condições de circulação significante na trajetória lógica de sua estruturação e no aprisionamento a impasses que podem ser gerados nessa trajetória. Abordar a realidade psíquica da criança implicará o recolhimento do tecido significante articulado

pelos sentidos, localizando neles marcas que balizam sua constituição para reconhecer as senhas que poderão operar sua leitura. (VORCARO, 2005a, p.13)

Em relação à condição dos autismos, a autora salientou ser possível constatar que os incidentes engendrados nos cruzamentos entre Real, Simbólico e Imaginário são eventos constitutivos da estrutura tridimensional da realidade psíquica de um sujeito qualquer. No entanto, são seus contrassensos que permitem realçar “os desastres que a série psicopatológica grave diferenciada da psicanálise localiza, nas manifestações infantis qualificadas como autismo, psicose, fenômenos psicossomáticos e debilidade mental” (VORCARO, 2008, p.15). Diante do exposto, a hipótese levantada é a de que esses acontecimentos emergem como modos distintos de a criança fazer-se sujeito na e pela linguagem. Seria, pois, a forma como se dá o desatamento do nó e sua reparação.

Desse modo, a solução que cada sujeito pode dar para seu lapso faz a diferença, por exemplo, entre a neurose e a psicose. Essa reparação constitui a escrita inventiva do nó de cada falante. Nesse processo, o inconsciente insurge de forma pulsátil e fugaz como tropeço, como equívoco na palavra de cada um. Ele se faz passar por um lapso e revela sua dimensão real de pura ex-sistência na fala. Com essa operação, depreendemos que o inconsciente não comunga da mesma língua da Linguística, embora estruturado e funcionando como a linguagem que admite esse elemento distintivo. Importa salientar que as modificações e as subversões engendradas por Lacan em relação à estrutura da linguagem não incidem em progressos ou retrocessos, mas antes em complexificações que retornam umas sobre as outras no curso da obra, tornando mais sofisticada a teoria lacaniana.

Imergimos nessa discussão a fim de refletir sobre as seguintes questões: O efeito da fala do outro sobre o corpo da criança pode resultar em uma fala à deriva? É possível a criança autista estar na linguagem mesmo sem a função da fala? O que faz a fala da criança autista diferente das outras crianças? Para as crianças em vias de autismo, a linguagem e suas manifestações como a fala têm ou não função simbólica e imaginária? Em caso afirmativo, a estrutura da língua possui ou não a função constitutiva? Seria possível afirmar que os distúrbios da linguagem tangenciam o rastro de um sujeito na singularidade de sua inscrição no laço discursivo?

Segundo Leite (2005), a possibilidade de delinear possíveis respostas para essas questões passa pela “dependência de podermos construir uma inteligibilidade quanto aos processos que presidem a articulação do real do organismo com o lugar simbólico

que preexiste ao sujeito, articulação esta sustentada pela via do imaginário materno” (LEITE, 2005, p. 291). O primordial nessa busca é que a lógica do simbólico permite estear uma não determinação estrutural na infância e, no que alude ao psicopatológico, uma possível exclusão na condição do autismo.

Sob esse prisma, parte-se do pressuposto de que, no autismo, a criança “entra na alienação significante para, a seguir, destacar-se, sem, entretanto, efetuar uma interpene-tração entre os campos do ser e do Outro. Ela é, sem interpolação, ou puro ser vivo, organismo, ou pura máquina significante” (VORCARO, 2005a, p.34). Nesses termos, a captura da criança pelo sentido designado pelo Outro pode não acontecer. Portanto, em-bora afetada pelo significante, a criança está aquém da articulação significante na subs-tituição que o veicularia entre significantes. Assim, a discretização significante parece não engendrar um cultivo de sentidos que possibilite ao autista neutralizar a rede da linguagem ou arriscar-se nela. Para Vorcaro:

A singularidade do desejo articulada no circuito pulsional dos corpos só fará laço social desde que aparelhada pelo Outro, *mas o aparelho da linguagem não opera sem o figamento pulsional do outro*. Como aparelho, o Outro da linguagem só aparelha o ser efetivamente quando agenciado por um outro-semelhante, presença também necessária à subjetivação. (VORCARO, 2016b, p.17, grifos da autora)

Nesse sentido, para situar-se como falante é preciso que a criança se submeta à linguagem e, ao mesmo tempo, recuse essa dimensão. Esse é o primeiro impasse para o autista posicionar-se no mundo. O não estabelecimento de laço social faz com que o autista fique fora do discurso. Em consonância com os pressupostos psicanalíticos, é salutar ratificar que os autistas não estão na fase pré-verbal. Eles estão na linguagem, mesmo que fechem seus ouvidos na tentativa de “defenderem do verbo”, pois falar implica demandar e é exatamente disso que procuram escapar.

Todavia para Lacan (1975/1998), os autistas podem ser extremamente *verbosos*, por esse motivo não é possível admitir que eles não falem, ainda que seja abstrusa a tarefa de compreendê-los. Essa verborragia configura-se como o uso da língua sem afe-to, marcada pela ausência de enunciação e expressividade. É uma fala sem dizer (MA-LEVAL, 2015). Desse modo, o autismo como estrutura subjetiva incorpora a negativa em relação ao Outro simbólico e alude o enjeitamento a um modo de ser. Ele habita uma língua, mas não se deixa engendrar por nenhum discurso pronto. Sua particularida-de no campo social se apresenta como um enigma ao discurso científico, educativo,

psicanalítico. A partir dessas questões, pretendemos discutir a inclusão na teoria já pensada até agora do quarto elo. A questão dos autismos será tomada com exemplo para se pensar consequências. Diante disso, a proposta é trazer à tona os conceitos concernentes à estruturação psíquica e sua relação com a linguagem e o que dela interessa para esta investigação: seu funcionamento significante, considerando a incompletude dessa estrutura, pois tanto a falta como o sentido são efeitos do funcionamento e da função significante que instauram o furo na linguagem, o vazio entre significantes.

Para tanto, é preciso considerar que a lógica borromeana, possibilita que se reconheça a constituição de um sujeito mesmo perante uma espécie de “acidente” na estrutura. Esse processo considera os traços singulares do sujeito, traços que constituem sua estrutura psíquica e vinculam-se ao modo como este se engendra na linguagem. Os efeitos disso para as teorizações incidem no fato de que, na constituição estrutural do falante, os conceitos abarcados nesse processo devem ser tratados em uma perspectiva de transformação e de amarração do sujeito. Quando se trata da estruturação psíquica, a lógica é não linear, não há o que vem antes ou depois. Destarte, cabe à psicanálise problematizar os discursos científicos e sua fatal incompletude. Essa não-totalidade torna esses discursos incapazes de dizer sobre uma verdade única e incondicional a respeito de qualquer objeto, pois sempre há algo que não se pode atingir.

3.1 - O que os autismos põem de questão ao nó

Como já anunciado, em busca de uma concepção de estrutura e de língua pertinentes às subversões promovidas por Freud e Lacan com a descoberta de o “inconsciente estruturado como uma linguagem”, e sendo ele o inconsciente “um saber fazer sobre *lalangue*”, discutimos o porquê da impossibilidade para psicanálise de uma determinação psíquica na infância. Diante dessa questão, consideramos que a lógica borromeana abre caminho para se pensar a (in)possível incidência, na estruturação subjetiva do autista, de certo embaraço na operação de alienação. Tal aposta teórica incide na problematização da hipótese de Maleval (2015) acerca de haver o primado do signo, expresso tanto pela recusa parcial da função da fala quanto pela verbosidade ou até mesmo pelo uso de holófrases nos casos de autismos. Partindo do pressuposto da não existência de “grau zero de subjetividade”, o nosso objetivo é pensar o que está implicado estruturalmente na relação criança-Outro na especificidade dos autismos.

Pensamos que o relevante na consideração do primado do signo, nos autismos, refere-se a uma espécie de degradação do significante (MALEVAL, 2015), pois seu uso é apagado em relação ao signo, não havendo, portanto, uma separação completa do referente. Desse modo, o emprego do signo é captável pelo fato de a criança autista, em seu escopo de fala, fixar-se na referência da coisa representada (VORCARO, 2016a). Isso explica a tendência do autista em adotar ícones como artifício para a comunicação. Ele está na linguagem e assujeita-se a ela, mesmo que fora do discurso. Assim, as aparições holofráscas são evidenciadas, mesmo não sendo possível localizar seus furos.

Essa instigante questão tem rendido inúmeros estudos sobre os elementos fundantes do autismo. Historicamente, o termo foi empregado pela primeira vez em 1911 pelo psiquiatra Eugen Bleuler, que se pautou na concepção freudiana de “autoerotismo”.⁶⁵ O psicanalista subtraiu a partícula nuclear “eros” do autoerotismo freudiano e adotou a palavra autismo para nomear nosograficamente a Demência Precoce (esquizofrenia), formulada por Kraepelin. Com a supressão da partícula “eros”, Bleuler assinou a perda de contato com a realidade, sem, no entanto, considerar o direcionamento

⁶⁵ Freud adotará esse termo cunhado pelo médico inglês Havelock Ellis. Ellis relacionou o autoerotismo a uma excitação que não era causada no campo exterior, mas que advinha de uma dimensão interior do organismo. No entanto, como sabemos, Freud (1905/2006) concebeu o autoerotismo ao considerar que a pulsão não se encaminha para nenhum objeto, satisfazendo-se no próprio corpo.

dado pelo elemento pulsional, que para Freud sugere uma pulsão não satisfeita por algum objeto e, por isso, volta-se para o próprio corpo em busca de satisfação.

Conforme a elaboração bleuleriana, o autismo implica uma “evasão da realidade, acompanhada ao mesmo tempo pela predominância absoluta ou relativa da vida interior” (BLEULER *apud* KAUFFANN, 1996, p. 56). Isso significa que no autismo a realidade externa é suprida pela interna em decorrência dos desejos não concretizáveis no plano exterior cuja manifestação se dá por vias de delírios e alucinações. Esse processo acarreta uma alteração na percepção do mundo.

Avançando um pouco mais na trajetória histórica do autismo, em 1943 o austríaco Leo Kanner, psiquiatra infantil, apropriou-se do termo cunhado por Bleuler. A partir da observação de um grupo de onze crianças, aparentemente sem nenhuma deficiência física, Kanner detectou uma série de manifestações patológicas infantis, materializando, assim, a primeira descrição do autismo (considerado autismo infantil precoce). Por meio dessa experiência clínica, Kanner constatou a permanência de “um fechamento autístico extremo”, o isolamento, comumente observado na maioria das crianças investigadas, as quais, desde o seu nascimento, mostraram-se incapazes de se relacionar “de maneira normal com as pessoas e situações” (KANNER, 1943/2012, p. 156). Além disso, as crianças demonstraram grande necessidade de assumir rotinas, demasiado apego a objetos, atraso na aquisição da fala ou uso não comunicativo dela. Isso inclui a manifestação de verborragia, apropriação de um discurso marcado por clichês, inversão pronominal e, ainda, por ecolalia imediata e/ou tardia.⁶⁶

A esse quadro sintomático, acrescentam-se também: a apreensão obsessiva pelo imutável (*sameness*), o emprego de movimentos repetitivos, os problemas de equilíbrio e coordenação e as reações sensoriais, avivadas em contraste com outras aparentemente mínimas ou ausentes (BOSA, 2002). Tudo isso marcado por uma “obsessão ansiosa de permanência”, de não estabelecimento de mudanças. O legado de Kanner sobre o autismo constituiu-se a base para investigações mais aprofundadas.

Desde a criação de Kanner, o modo de apreender a clínica dos autismos enriqueceu-se consideravelmente pelo viés de numerosas correntes teóricas, às vezes contraditórias, mas fecundas. Podemos citar aqui as diversas metáforas que são utilizadas na descrição dos casos: o buraco negro, a fortaleza vazia, a agonia primitiva, a queda infinita no

⁶⁶ Ecolalia imediata – repetição de sons e/ou palavras e frases de um filme, de desenhos animados, da fala de adultos logo após ouvi-las. Ecolalia tardia – repetição de sons e/ou palavras e frases de um filme, de desenhos animados, da fala de adultos minutos, horas ou dias depois de ouvidas.

abismo do não-ser , o grau zero de subjetividade, entre outras. (LEITE, 2005, p. 260)

Contemporâneo de Kanner, o psiquiatra austríaco Hans Asperger também se dedicou aos estudos sobre o autismo. Asperger identificou em crianças casos semelhantes aos apresentados por Kanner, tais como: dificuldade de comunicação social; extremo retraimento social; problemas de coordenação motora; de se identificar/colocar no lugar de outra pessoa e de fixar o olhar durante o contato social. Além do mais, as análises de Asperger demonstraram a presença de estereotípias, aguçado interesse por um assunto em especial e fala monótona. Assim, tanto Kanner quanto Asperger empregaram o termo autismo

para chamar a atenção sobre a qualidade do comportamento social que perpassa a simples questão do isolamento físico, timidez ou rejeição ao contato humano, mas se caracteriza, sobretudo, pela dificuldade em manter contato afetivo com os outros, de modo espontâneo e recíproco. (BOSA, 2002, p.27)

Salvas as semelhanças teóricas entre Kanner e Asperger, em relação às questões da linguagem observa-se um ponto de diferença entre os dois psiquiatras. Na concepção de Kanner, as crianças autistas não falavam. Caso isso acontecesse, seria uma fala mecânica, sem valor comunicativo, caracterizada pelas ecolalias. Para Asperger, ainda que tardiamente, de forma invariável, sem apresentar contrafações de entonação nas distintas cenas emotivas, as crianças conseguiam falar.

Outro nome de destaque sobre as instigantes questões acerca do autismo surge em 1970, o de Lorna Wing, psiquiatra inglesa e mãe de uma menina autista. Segundo Wing, os autistas apresentavam uma tríade de sintomas marcada pela deterioração: da interação social com os outros, da comunicação verbal e não verbal e das atividades lúdicas e imaginativas. A relação de tais sintomas ficou conhecida no discurso médico como Tríade de Wing.

Preocupada em mostrar que as crianças autistas poderiam apresentar sintomas semelhantes com níveis de manifestações diferentes, Wing inaugurou o conceito de “espectro autista” em substituição à expressão autismo. Nessa vertente teórica, os sintomas poderiam comparecer com características singulares e em diferentes níveis de comprometimento, variando de sujeito para sujeito. Logo, a expressão “espectro autista” foi apreciada e aceita pela *National Autistic Society* britânica, tornando-se referência para o processo de elaboração de critérios de diagnóstico do autismo.

Nesse incurso teórico, até 1986,⁶⁷ o estudo sobre o autismo permaneceu sendo motivo de atenção em diversas áreas. Em 1987, a terceira versão do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), publicado pela APA (American Psychiatric Association), estabeleceu critérios particulares para diagnosticar o autismo sob a concepção “transtorno invasivo” (ou global) do desenvolvimento (GADIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004). Com o DSM-IV (1994), houve um avanço na caracterização dos critérios para o diagnóstico do transtorno do autismo, que surge assinalado por alterações em três aspectos: interação social, comunicação e padrões de comportamento.

Essa quarta revisão abrangeu o termo “qualitativo” para descrever tanto a presença ou ausência, em termos absolutos, de uma conduta motivada como suficiente para cumprir os aspectos diagnósticos, quanto um *continuum* de degradações dentro dos critérios maiores de interação social, comunicação verbal e não verbal e condutas ou interesses restritos e repetitivos. Nesse sentido, os transtornos globais de desenvolvimento evidenciam a possibilidade de uma singular multiplicidade no nível de severidade da sintomatologia, até mesmo no que diz respeito ao funcionamento cognitivo.

Com efeito, a fim de contemplar o autismo clássico e os outros transtornos do desenvolvimento que compareciam como distintos até então, o DSM-V, publicado em maio de 2013, inaugurou a denominação Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). A partir daí foram realizadas distinções de diagnóstico do autismo de acordo com o nível de gravidade em relação à interação e à comunicação. O autismo passou a ser caracterizado por comprometimentos na linguagem e pela presença de condutas repetitivas e estereotipadas, independentemente da etiologia ou dos déficits associados. Na dimensão sociocomunicativa, prejuízos na habilidade de atenção compartilhada (AC) têm sido compreendidos como importante sinal de alerta e um significativo preditor de eventual diagnóstico de autismo.

Nesse contexto, a principal imprecisão relacionada ao autismo diz respeito à sua etiologia. Uma das primeiras hipóteses que tentou esclarecer a causa do autismo foi a teoria da “mãe geladeira”, cunhada por Leo Kanner. Em conformidade com essa ideia, segundo o psiquiatra, a causa do comportamento das crianças autistas dirigia-se à con-

⁶⁷ Antes desta data havia significativa divergência quanto à terminologia e critérios do autismo, causando confusão conceitual. Para Goergen, o termo autismo comparece na literatura ora como generalização de um conjunto de sinais e sintomas, ora com um tipo específico de transtorno do espectro do autismo (TEA). Transtorno global do desenvolvimento (TGD), transtorno do espectro do autismo (TEA) ou transtorno invasivo (pervasivo) do desenvolvimento (TID). São terminologias para nominar o mesmo conjunto de sinais e sintomas [...]. No DSM-5 [...], as subdivisões deixam de existir e todos ficam sob o guarda-chuva do TEA, no qual os níveis de comprometimento serão classificados como leve, moderado ou grave (GOERGEN, 2013, p. 29).

duta dos pais, em especial a relação que a mãe estabelecia com o filho desde a gestação. A problemática suscitada por Kanner acarretou alguns desconfortos às famílias de crianças autistas, pois insinuava “culpabilidade” aos responsáveis. Kanner, convencido de que era inata a incapacidade do autista em estabelecer relacionamentos, no ano de 1956 reduziu os sintomas essenciais do autismo em dois: extrema solidão e preocupação com a manutenção da rotina. Com isso, o psiquiatra, de certo modo, retirou dos pais o sentimento de culpa.

Contrapondo-se aos manuais oficiais de diagnósticos e de estatísticas de transtornos mentais cuja tendência é diagnosticar e tratar o autismo como um transtorno, a psicanálise nos convoca, a partir de Freud e Lacan, ao reconhecimento da posição singular das crianças autistas em sua relação com a linguagem. Segundo os estudos psicanalíticos, diferente da psiquiatria, as manifestações dos autistas são cingidas por uma opacidade que resiste a uma significação fixa. Essas manifestações não são tomadas a partir de um ideal de transcrição e categorização, nem por meio da tradução dos sintomas previamente construídos pela experiência clínica. Embora para a psicanálise a questão do autismo não se detenha apenas na função materna como estruturante do psiquismo, a relação de cuidado mãe-bebê

[...] nos força a distinguir entre a função social de cuidados que as mães podem desempenhar melhor ou pior e pela qual podem ser julgadas e uma função que em psicanálise chamamos de “função materna”, que as mães desconhecem exercer, ou seja, realizam com o não-saber que marca o inconsciente. Ou seja, a função materna implica a estrutura psíquica inconsciente da mãe. E quanto a essa, não há como culpabilizar um sujeito; no entanto, a psicanálise não desresponsabiliza o sujeito quanto ao que o afeta e isto define uma posição do analista no trabalho de escuta junto aos pais, promovendo a responsabilização destes no sintoma do filho. (LEITE, 2005, p.292)

Essa perspectiva também é assumida pela psicanalista Colette Soler (1999). Com base na teoria lacaniana, Soler tomou o sintoma como enceto de singularidade e diferença, fundamental na dinâmica psíquica do sujeito. O sintoma é, assim, um modo de organização do gozo, possibilidade de haver unicidade. Ao contrário do discurso médico, reconhece-se que o sintoma emana do real do corpo, das pulsões no dito freudiano e interfere, contesta, objetando a conformidade do ser social. Este, produzido sob os efeitos culturais de uma civilização.

Em relação ao autismo, Soler defendeu o argumento de que o sintoma une algo do real a um elemento simbólico, sem tangenciar o objeto imaginário. Logo, o acontecimento de um corpo pulsional é acatado, fundamentalmente, na abordagem singular das formas de manifestação dos autistas.

A respeito da função materna, tanto Soler (1999) quanto Leite (2005) buscaram na teoria freudiana o fato de a mãe, impelida pelo desejo, antecipar no *infans* uma existência ainda não concretizada, mas que incidirá justamente por sua suposição. Assume-se, portanto, essa antecipação como uma condição de possibilidade, de vir a ser sujeito, inscrito pelas marcas de subjetividade, independente da psicopatologia. Essas inscrições são mencionadas na *Carta 52* sobre a discussão relacionada ao funcionamento do aparelho psíquico, pautado no registro de traços, impressões, sujeito a transcrições e retranscrições, via sistema mnêmico. As primeiras inscrições comparecem pelo excesso de excitação que baliza a entrada do *infans* na ordem da sexualidade, da qual o humano não pode escapar. Sobre essa questão, o agente da função materna, com seu olhar, voz, gestos, palavras e ausências, pode recobrir libidinalmente o corpo da criança, inscrevendo nele as primeiras marcas, que vão constituindo os pilares de seu aparelho psíquico, aparelho de memória fundado *na e pela* linguagem. O olhar e a voz marcam essa relação e se fazem presentes na instauração do traço unário, permitindo que entre o *infans* e a realidade haja o significante (LACAN, 1962-63/2005, p. 31).

O aparelho psíquico, como aparelho de linguagem e de memória, funda-se a partir do jogo entre o princípio da realidade e o princípio do prazer (FREUD, 1911/2006). Para que isso ocorra, o aparelho psíquico organiza-se conforme certo “automatismo” que corresponde à função do princípio do prazer. Nesse sentido, o que repete e norteia o percurso é fundamentalmente a diferença, não de qualidades perceptivas inerentes à consciência, mas de quantidades de investimento pulsional que correspondem à representação-coisa. O universo das representações é, desde sempre, aparelhado segundo as possibilidades do significante. Nesses termos, a questão ora apresentada refere-se à capacidade de o aparelho psíquico “contornar os desencadeamentos de catástrofes acarretadas fatalmente por um tempo, grande ou curto demais, de abandono do aparelho do prazer a si mesmo” (LACAN, 1959-60/1997, p. 41). Destarte, o aparelho psíquico se estabelece com a interferência de outro representante do princípio da realidade sobre o *infans*, concebido no sentido mítico-imaginário, corpo a serviço do princípio do prazer.

Em casos de autismos há de se considerar que a simbolização primordial, que implanta a cadeia significante, não se efetiva. Como efeito, na ausência da operação de

extração do objeto *a*, corpo e significante incidem em um excesso de gozo que não admite metonímia nem metáfora. Essa operação não implica uma ausência absoluta de marcas, há marcas, pois “ainda vigoram os fueros; estamos na presença de ‘sobrevivências’” (FREUD, 1896/2006, p.209, grifos do autor), na qual persistem leis de funcionamento anacrônico. Com base nessa premissa, o gozo pode ser compreendido como algo singular, um modo não partilhável de experienciar a vida, portanto não submetido à lógica da utilidade. Isso indica que nos autismos o encontro do corpo com a linguagem consente uma marca que não pode ser aplacada (LAURENT, 2012), pois o *Um* de gozo não se aplaca, ele repete sozinho, sem engendrar um significante que remeta a outro. Nesse sentido, os signos geram posição unitária que vincula as marcas univocamente à percepção. Desse modo, não há intervalo que aparte os sinais daquele que o recebe (VORCARO, 2004).

Isso indica que nos autismos as oposições significantes iniciais não se fundam, e a simbolização primordial “*Ford-da*” não se engendra. Essa operação marca a não constituição do par presença-ausência e suprime o componente primitivo de uma cadeia simbólica. Nesse caso, a dimensão de prazer pode constituir-se um empecilho, pois apenas “o princípio do prazer é o freio do gozo” (LACAN, 1967/2003, p.362), e o que ele preserva é a fronteira em relação ao gozo. A questão é, então, pensar o que se manifesta nos autismos como um excesso de gozo em um corpo no qual o objeto *a* não pode atuar na função de constituir borda. Com a ausência de certo impedimento, o gozo não é regido às bordas corporais como efeito do engendramento significante; não se determina uma organização do gozo. Assim, a sua ordenação encontra-se extinta, “a atividade pulsional parece excluída, mas a criança submete-se a uma incidência dos significantes do Outro que segmentam a continuidade de seu jogo” (VORCARO, 2017, p.47). Portanto, não se trata de um “grau zero de subjetividade”, pois a recusa que o autismo cunha testemunha a impossibilidade de se alçar via os significantes que o Outro lhe apresenta a posição subjetiva de corpo separado do Outro.

Com Vorcaro, percebemos que a falta é o elemento organizador do psiquismo. É também produto da insatisfação infligida ao *infans* pela realidade externa. Assim, as contingências vinculadas às intervenções parentais nos primeiros cuidados destinados ao *infans* intervêm, com maior ou menor tônica, na incorporação significante. Desse modo, a relação da criança com o agente materno parece não subverter sua condição de objeto para comparecer como sujeito efeito da divisão própria ao funcionamento da linguagem. Daí a possibilidade de pensar os autismos como modos singulares de posicio-

namento diante o Outro. Portanto, quando a criança manifesta um sintoma, esse pode ser tomado como um modo de se inscrever no ordenamento familiar e advir como defesa psíquica. Importa, pois, a forma peculiar como cada um se situa na linguagem.

Sobre essa questão, nos casos de autismo há uma elisão relacionada aos primeiros traços mnêmicos (LAZNIK, 2011) e tomada como uma operação de defesa própria do sistema perceptivo. Desse modo, por existir uma significativa remoção de investimento do mundo, a percepção de um objeto pode abruptamente findar, deixando de existir, não se inscrevendo no funcionamento psíquico da criança. Em percepções, *W* (*Wahrnehmungen*), o percebido pode ser evitado e, caso isso ocorra, dele não ficará nenhuma marca. Nesse sentido, a origem do autismo pode vincular-se às falhas na escrita de um registro psíquico (da parte do *infans*), causadora da imagem corporal, cuja possibilidade vincular-se-á à relação com o Outro. Essa relação indicará os rumos da constituição subjetiva.

É nesse ponto que podemos localizar o que chamamos de afirmação/negação primordial, configurada no par *Bejahung/Ausstossung* e na separação entre os registros real e simbólico. A criança autista parece aceder à *Bejahung* (a afirmação primordial) e ao traço unário, visto que o arcabouço significante advindo do Outro age na função de associação psíquica — mesmo aquém do inconsciente. Isso acontece porque a lógica da *Verneinung* (denegação) não impõe o recalque à *Bejahung* para dar passagem à inscrição da falta e à constituição do objeto *a*. Assim, nos autismos há um funcionamento independente do recalque, pois a percepção de um objeto não passa pelo recalque, nem se inscreve na dimensão de traço mnêmico. Há nesse processo uma elisão que se estabelece pela presença de um Outro primordial. Este, por assumir um papel simbólico frágil, não aparece como desejante, restando à estrutura binária, agente materno-*infans*, uma relação cingida por um gozo excessivo.

O balbucio do bebê autista, como exemplo dessa relação, é idiossincrático, não regido pelos recortes silábicos da língua materna; isso “confirma que ele não aceita deixar o real em jogo no sonoro que poderia levar a acontecer a perda de gozo que a passagem pelo Outro necessita” (MALEVAL, 2010, p. 08). Impera, pois, o excesso de gozo. Nesse caso, a organização simbólica realizada pelo autista não se dá por meio de objetos de troca regulados pela significação fálica, inscritos sobre o plano da falta.

Essa elisão pode ser entendida como uma defesa do aparelho psíquico em sua relação com a complexidade da linguagem (VORCARO, 2017). Nesse sentido, no nível da percepção (sistema) antes da entrada no sistema e do passo das facilitações [*Ba-*

hnung], portanto, da organização das *Vorstellungen*, a resposta é a elisão: “as coisas são vermeidt, *elididas*. O nível das *Vorstellungsreprezentanzen* é o lugar da *Verdrangun*.” (LACAN, 1959-60/1997, p.83). À luz dessa concepção, depreendemos que desde o nascimento o ser humano lida com a problemática da percepção objetiva da realidade e daquilo que é subjetivamente concebido. Isso se dá segundo regência dos dois princípios de funcionamento psíquico, a saber: princípio do prazer e o princípio da realidade, inaugurados com a vivência de satisfação.

Nessa perspectiva, o lugar do autismo em relação ao aparelho psíquico diz respeito à impossibilidade de a criança interromper

o circuito pulsional alucinatório em direção ao princípio de prazer em prol do assentimento à realidade. Nesse ponto, faz-se *mister* três esclarecimentos: 1) o autista é afetado pela linguagem, tal como todos os seres humanos, o que inclusive faculta a possibilidade da alucinação e do auto-erotismo; 2) algo da pulsão circula pelo corpo do autista, mas há uma dificuldade em direcioná-la para o exterior, uma vez que 3) os objetos, sentidos como partes do corpo, são investidos pulsionalmente de forma auto-erótica, o que oblitera a função de intermediar a realidade, presente, por exemplo, nos objetos transicionais. (VORCARO; LUCERO, 2015, p.321)

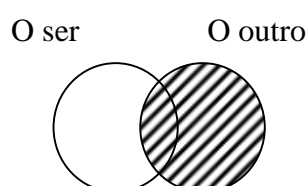
Com essa hipótese teórica, vislumbramos que a criança autista está na linguagem, mas passivamente, de modo que ela não pode oferecer o próprio corpo ao gozo do Outro e à cadeia dos significantes. Quando não há um intervalo que permita o aparecimento da falta no Outro, não há interrogação sobre seu saber. Ocorre nesse processo um comprometimento na função da fantasia e, por conseguinte, na relação do sujeito com o objeto *a*. Assim, a operação de separação, “segunda subtração do gozo que intervém na construção subjetiva, aquela que produz extração dos objetos *a*, conectando-os ao falo, e aquela que lastreia o fantasma com o mais-de-gozar”, não acontece para os autistas (MALEVAL, 2012, p. 49). Isso torna impossível a produção do falo como referente a orçar as significações e a emergência da metáfora do Nome-do-Pai. Nesse contexto, incide uma espécie de desastre na elaboração do gozo fálico que advém da emergência da representação e da experiência alucinatória de satisfação. Trata-se de pensar sobre os efeitos da operação inconsciente, tomando como hipótese a possibilidade de os autistas colocarem em destaque a presença de embaraços no estabelecimento dos limites entre seu corpo e o corpo do Outro.

Nelas, portanto,

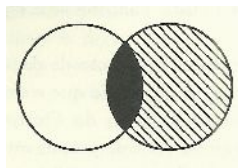
comparece a inexistência de um sujeito dividido pelo significante, em que o representante (S2) da representação (S1) do sujeito não se separam. Esses sujeitos se realizam em holófrases. Temos, no caso do autismo, crianças que não situam a incidência do intervalo entre significantes, ou seja, que não distinguem enunciado e enunciação, de modo que, dessa distinção, possam interrogar a linguagem. (VORCARO, 2005a, p.34)

No autismo, a solidificação do primeiro par de significantes S1 S2 impede que um significante possa advir no espaço de outro. Nesse caso, o sujeito não advém estruturado pelo objeto *a*, mas sim como falta de falta. Logo, a possível significação de sua fala mesmo que não verbal equipara-se à mensagem emitida, embora não haja a instauração da cadeia significante. Essa realidade causa a carência de efeito de sentido e, conseqüentemente, a presença de gozo não regulada. Ao mesmo tempo, essa operação faz insurgir um enxame de significantes cuja operação de perda de objeto não se efetiva. Nesse ponto, a holófrase como uma ausência do intervalo entre S1 e S2 realça o efeito da dimensão não dialetizável do significante e impede o aparecimento do objeto *a* como causa de desejo.

É sabido, sobretudo, que para ascender ao Outro uma perda de gozo deve ser operada. É necessário que o sujeito ceda seu gozo, e isso não advém nos autismos. Todavia, algo ainda insiste em operar, pois o que está no cerne do objeto acionado pela fantasia é a Coisa *das Ding*, ou seja, a falta de palavra e de imagens. A criança autista entra na alienação, para em seguida, recuar “sem a ajuda de nenhuma imagem estabelecida” (LAURENT, 2014, p. 97). Os autistas não investigam ou questionam a linguagem. O que prevalece é um movimento singular de resistência na dialética da alienação ao Outro. Nesse caso, o Outro não é tomado como falta modalizada na fantasia em que o desejo se esteia. É como se na alienação não houvesse nenhuma perda, trata-se da falta da falta, balizada pela angústia e presentificação do objeto. O autista mantém-se na borda do campo do Outro. Com isso, o acesso ao primeiro significante aquele cedido pelo Outro primordial está em embaraço, impossibilitando o encadeamento de outros significantes que comporiam uma cadeia discursiva.



O ser (o sujeito) O Outro (o sentido)



(VORCARO, 2004, p.24-25)

Na concepção da psicanalista, o caso de autismo parece apontar para a emergência da operação de alienação, em que a criança é atravessada pelos significantes do Outro. No entanto, em algum momento anterior à transposição da alienação para a separação, o *infans* fica inerte no curso da alienação, não sendo atravessado pelo S2. Essa operação incide na estruturação da falta e do objeto *a*. Desse modo, a captura pelo significante não é amena, ela causa conflito em razão do encontro entre heterogêneos. Por haver inconsciente (e isso por efeito de linguagem), torna-se impossível tomar como harmônica a relação do corpo com aquilo que o rodeia. Na concepção de Leite (2004), “o falante não é um corpo, ele o tem” (p.181), e esse corpo é *corpolingüagem*, pois implica uma elaboração relacional em que linguagem é corpo e corpo é linguagem. É, pois, de *corpolingüagem*, cuja experiência é tecida nos trançamentos entre os registros RSI, que se trata na discussão acerca da estruturação subjetiva.

Com a atenção voltada para os efeitos produzidos pelos impasses engendrados nessa captura simbólica, Vorcaro e Lucero (2010) insistem no fato de que a criança autista combate a captura simbólica. Essa operação pode ser realçada por meio daquilo que se esquiva à captura, ou daquilo que falha na estrutura. Em outras palavras, os erros gerados pela criança na fala indicam, de certa forma, o conflito e a angústia engendrados com a operação de captura simbólica. Portanto,

[...] desde que haja uma demanda e uma resposta, mesmo que essa se reduza à recusa associada a um olhar endereçado por um desvio daquele que o recebe, temos a presença, sempre evanescente, do sujeito que concatenou olhar e desvio mesmo que para operar sua descontinuidade. Por outro lado, se consideramos que esse sujeito evanescente que se remete entre significantes só opera numa rede de articulações a partir das quais ele se faz enunciadador, estabelecendo um modo de gestão de seu desejo, talvez seja necessário um circuito bem mais amplo para reconhecer a presença de sujeito, mesmo que para isso seja preciso recorrer a um enunciado não linguístico, como, por exemplo, uma

manifestação corporal sistemática de recusa. (VORCARO; LUCERO, 2010, p.148- 149)

Assim, é possível aferir que os processos psíquicos são sobredeterminados, portanto não reduzidos a nenhuma dimensão, seja ela econômica, dinâmica ou topográfica. Nessas circunstâncias, é preciso considerar uma causação múltipla, desdobrada nos registros do simbólico, do imaginário e do real. Sendo assim, a “lógica da *alienação* ao campo da linguagem, e seu resto, a *separação* que permite a função da fala, mostra, na holófrase, que as operações de *alienação* e de *separação* podem ser disjuntas, já que a separação pode, aí, não ter incidido” (VORCARO, 2005b, p.28). Essas operações delineiam, sobretudo, os modos de subjetivação e não subjetivação. Com isso, observamos que as operações subjetivas são dotadas de singularidades, pois não há na infância uma determinação fixa ou rígida da estruturação psíquica. Trata-se de pensar “o autismo de cada um”, ou seja, a relação que cada sujeito mantém com seus S1’s.

Sobre essa questão, Vorcaro (2004), a partir de Lacan, considerou o nó de três elos como uma estrutura mínima. Isso porque, ao se cortar um dos elos, não importa qual deles, todos imediatamente se soltam, e o nó se desfaz. De acordo com Lacan, “essa propriedade sozinha homogeneiza tudo o que há de número a partir de três [...] É sempre de três que ele [o nó] trará a marca” (LACAN, 1974-1975, p.06). Nesse sentido, o que foi narrado nos seis gestos da trança é a constituição subjetiva, pautada na metáfora do Nome-do-Pai, sem as ocorrências possíveis em qualquer processo de subjetivação.

Para desdobrar a discussão sobre os paradoxos da constituição subjetiva, recorreremos, nesta parte do trabalho, à investigação sobre os modos de enodamento dos registros RSI para pensar o processo de estruturação psíquica em casos de autismos. Para tanto, partimos do pressuposto de que as operações implicadas na estruturação do *infans* em sujeito falante estão no âmbito da linguagem. Nela, a função significante é arquitetada e concretizada em domínios distintos. Assim, nas quatro primeiras posições, a criança simboliza metonimicamente a função significante “alocando-se no reconhecimento de que poderia responder do lugar em que se supõe esperada, como objeto do desejo de um outro reconhecendo-se como falo” (CAPANEMA, 2015, p.52). Já nas três últimas posições, a criança simboliza a função significante “metaforicamente, remetendo-se, como sujeito, à significação do falo” (p.53). Nos autismos, portanto, a segunda posi-

ção, que é o lugar da operação de separação, não se consolida. Conforme expõe Vorcaro (2004), o Imaginário não recobre a hiância real no simbólico.

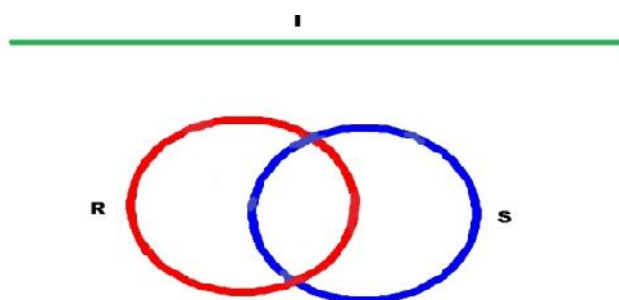


Figura 03 – O imaginário recobre a hiância real no simbólico (VORCARO, 2004, p. 91)

Segundo a autora, no fluxo de deslocamento incidente nos seis gestos da trança borromeana, que também admite em seu trançamento o ato diacrônico e o temporal, pode advir um “desastre” implicado na realidade psíquica do sujeito. Nesse processo, não se produz a necessária escrita do discurso de reconhecimento do agente materno em relação ao *infans*. Destarte, no percurso das crianças em vias de autismo não acontece o corte simbólico no qual incidiria sua emergência subjetiva. Diante dessa ocorrência, não se efetiva a lógica do estágio do espelho.

Nesses termos, o autismo como a recusa mais radical à alteridade, evidencia, via nó borromeano, a operação em que o Imaginário encontra-se destrelado dos dois outros registros: o Real e o Simbólico, devido a um erro no nó que “impede a realidade psíquica”. Com isso, supõe-se

a impossibilidade presente de enodar o real da linguagem que se imiscuiu fazendo traço no corpo (por meio do qual o *infans* ressoa lalíngua), com o registro do imaginário que iria representá-lo (por meio do estabelecimento de comparações, similitudes ou dessemelhanças, transpondo-as para o registro discretizado da língua). (VORCARO, 2016a, p. 749-750)



Para tratar de tal estrutura, faz-se necessário destacar que o registro imaginário é o suporte do sentido. Portanto, em casos de autismos, o seu não enlaçamento com o simbólico e o real incidirá em efeitos justamente na composição da imagem corporal e na passagem da operação de alienação à separação. Isso não indica que ele deixou de operar ou de produzir efeitos, pois situa o ponto cuja delimitação central define o lugar do objeto *a*. Logo, *lalangue* estabelece uma relação de continuidade entre sentido e sem-sentido, ao se articular tanto ao sentido originário da experiência de satisfação quanto ao sem-sentido, prévio a qualquer posição de simbolização.

Nessa perspectiva, os lapsos implicados nos entrecruzamentos entre Real, Simbólico e Imaginário, que incidem sobre o nó borromeano, “não apenas enquanto contingência temporal como também enquanto formação do inconsciente”, são acontecimentos constitutivos da estrutura tridimensional da realidade psíquica de um sujeito qualquer (VORCARO, 2004, p.129). Assim, determinadas contingências que afetam o modo de reparar os lapsos podem incidir como um desastre na constituição subjetiva do *infans*, provocando efeitos diversos, entre eles o autismo. Com isso, urge a operação de um quarto elo capaz de manter atados os três registros, ou seja, de operar no ponto de recobrimento em que ocorre o impasse dos registros. Para Vorcaro (2004), a possibilidade de instauração de um quarto elo, na função de suplência, pode causar nova organização na estrutura e também constituir-se como uma aposta para o tratamento dos casos de autismo.

Nessa perspectiva, nos casos de autismo não há “a extração do objeto *a*”, pois seu objeto não é partilhável, socializado. Assim, o advento inicial do sujeito a devir encontra-se em posição de conflito, no lugar do Outro. A diferenciação interior/exterior, dentro/fora, eu/outro se mostra confusa. O objeto se impõe sem forma sobre o corpo, pois o buraco no registro do real está foracluído, engendrando a falta de um significante que existe inicialmente para o sujeito, mas que se torna obsoleto, prescrito no curso da estruturação subjetiva. No autismo há foraclusão do objeto em razão de o olhar materno elidir a criança do desejo, incidindo no embaraço da factível relação do *infans* com o Outro (JERUSALINSK, 1981).

Nessa circunstância, a criança autista não é tomada pelo significante, “não acolhe demandas nem apela para anular o Outro” (SOLER, 1999, p.229). Logo, a relação do *infans* com o Outro é impossibilitada pelo não engendramento dos significantes que fazem do mundo uma rede de traços cuja abertura de um tempo a outro se torna possível. Em função disso, a realidade externa não assume a organização de um campo pas-

sível de ser compartilhado socialmente. Subtraem-se do corpo as palavras e a condição de laço social. Dito de outro modo, com o rechaço da enunciação impede-se que o gozo embarque na palavra. Há, nessa operação, um anteparo à possibilidade de a língua se corporificar. Distinto do universo do sujeito falante, “cuja característica essencial é que nele é possível se enganar” (LACAN, 1962-63/2005, p. 87), o autista não se deixa enganar.

Tendo em vista os pressupostos psicanalíticos, sabemos que para entrar na língua e na fala é necessário separar a voz da língua. Isso só poderá acontecer se o objeto voz se conservar como inscrição significante no sujeito. Nesse sentido, a fala demanda que a voz seja esquecida. Assim, embora no autista a linguagem faça eco, não há o engano primordial. A criança autista não separa representação e coisa, ele se isola com seu objeto e coloca em operação um processo de substituição que admite induzir a coisa à linguagem (MALEVAL, 2012). Dessa forma, para dizer o mundo, a língua funcional de sinais consegue empregar os sinais sonoros ou da escritura vindos da língua do Outro.

Nesse contexto, a linguagem do autista permeia muito mais o Real de seu gozo que uma fantasia de comunicação Simbólico-Imaginária. Assim, os tropeços no movimento de tomada de posições diante da língua assinalam a fala do autista como rígida, remetendo-lhe uma impossibilidade de constituição da linguagem. Nesse sentido, com a holófrase do par primordial de significantes (S1-S2) a criança autista não faz uso da fala para estabelecer e colocar em funcionamento uma convenção social. Com efeito, a fala torna-se colada a um gozo sonoro impeditivo da geração do sentido estremado por seu alcance fálico para pôr em vigor o que da fala do Outro a abala.

Embora impossibilitados de elucubrar o arduo saber acerca de *lalangue* que baliza o discurso, os autistas apresentam um saber fazer com *lalangue*, caracterizada por sua dissociação da intenção de dizer algo. Sob esse prisma, na fala do autista o uso do significante é apagado em relação ao signo e, de forma singular, essa fala não é centrada na comunicação, mas nem por esse motivo deixa de sinalizar um modo de gozo. Impera a relação do signo em detrimento do funcionamento significante.

Diante disso, compreendemos que o autista pode se servir da fala por meio de quatro posições, quais sejam: a recusa radical da fala, a verbosidade, o uso de frases espontâneas e a língua factual. A recusa da fala é tomada como uma rejeição da dimensão enunciativa da voz, enquanto a verbosidade, predicado da condição autista, “parece ter por função abafar e conter uma voz da qual ele recebe a manifestação” (MALEVAL, 2007, p.07). Já o uso de frases espontâneas ocorre em momentos de angústia. Elas esca-

pam da condição de não falar do autista, não se endereçam ao Outro, pois se trata de uma enunciação atrelada ao seu próprio gozo. É uma fala isolada, acompanhada por outro longo silêncio. A língua factual, sem o engajamento da voz, comparece desprovida de singularidade, marcada por um tom monocórdico, monótono, sem afetação.

Nesses casos, o signo não apaga a coisa representada, portanto não funciona como recipiente do gozo, por isso não serve para inscrever o gozo no corpo. Quando o autista faz uso da fala exprime uma desconcertante indiferença com relação àqueles que se dirigem a ele. Nesse sentido, sua fala é incerta apresenta termos incompreensíveis, caracterizando-se pela não consolidação do laço social sustido no gozo fálico. A posição do autista faz alusão ao reconhecimento da subjetividade em qualquer manifestação de existência humana, mesmo que esse modo de viver transgrida os modos, culturalmente instituídos, de estruturas subjetivas.

Assim, há no autismo uma língua privada, própria, “mais conectada à melodia que à significação” (MALEVAL, 2009, p. 249), isto é, à tarefa de comunicar. Com isso, em casos de autismo, a fala pode aparecer presa ao signo, afastada dos ruídos da língua e dos equívocos significantes, em uma relação direta com a coisa, fixada signo a signo. Com a apreensão dos signos, os autistas mantêm a *coisa* como o referente em uma relação de similaridade ou de continuidade. Assim, a linguagem sígnica, sem cortes ou extração de gozo, opera como se o mecanismo de *Ausstossung* funcionasse de maneira direta, independentemente da *Bejahung* ou de certo direcionamento do afeto. Isso significa que, no primado do signo, a pulsão não é representada, prevalecendo a não vinculação entre a linguagem e a realidade emocional, lógica própria da rede significante. Sobre essa questão, importa destacar que:

Os signos são plurivalentes: sem dúvida representam alguma coisa para alguém; mas, desse alguém o status é incerto [...]. Esse alguém, em última instância, pode ser o universo, uma vez que nele circula, dizem-nos, a informação. Todo centro em que ela se totaliza pode ser tomado por alguém, mas não por um sujeito. (LACAN, 1960/1998, p. 854)

Notamos, conforme o exposto, que Lacan diferencia signo de significante aceitando a acepção de signo de Pierce (noção de índice), ao tomar o signo como “aquilo que representa alguma coisa para alguém” (LACAN, 1960-61/1992, p. 232). Nessa operação, encontra-se o princípio do prazer, que faz o sujeito buscar, essencialmente, o “retorno de alguma coisa que é um signo” (LACAN, 1959-60/1997,

p.25). Nesses termos, a incidência de certa inércia da excitação pulsional sugere a compleição da Coisa. Em referência ao psiquismo, essa incidência labora como um signo. Logo, a “coisa que faz signo” (LACAN, 1959-60/1997, p.85) é a manifestação de Das Ding, o resto constante e incompreensível de todo complexo perceptivo do sujeito. Ela é efeito da obra constituída a partir “disto que do interior do sujeito se encontra originalmente conduzido para um primeiro afora” (LACAN, 1959-60/1997, p.87). Assim, ao debruçar-se sobre o decurso do signo ao significante, Lacan pressupôs que:

[...] o significante não consiste simplesmente em fazer signo para alguém, mas, no mesmo momento da mola significante, da instância significante, fazer signo de alguém fazer com que o alguém para quem o sujeito designa alguma coisa, este signo o assimile, que o alguém se torne, ele também, este significante. (LACAN, 1960-1961/1992, p.258)

Na lógica lacaniana, o significante, efeito de um corte duplo entre o significante e a coisa *das Ding* e também entre os significantes, segmenta-se por cortes oriundos do próprio sistema, isto é, “cada um de seus elementos será, portanto, secção de corte” (LACAN, 1961-62 Inédito, p. 348). Ora, estruturalmente, o corte, entendido como pura diferença, emerge quando o traço (o corte primário, inscrição original) volta sobre si mesmo por meio de um recorte que permite a continuidade das superfícies, a passagem do interior para o exterior. Essa operação desdobra uma estrutura em outra. Dessa forma,

o elusivo do corte que se recorta se expressa pelos termos “negatividade”, “diferenças”, que preexistem à unidade fictícia do signo. A unidade do signo encobre a existência da diferença enquanto tal, da qual procede, mas que não é em si mesma representável. [...] O corte cria *Um*, mas isso não se determina de antemão, e não conforma um código, ele se constitui como segmento de corte *por* outra segmentação um S2 que Lacan a partir de 1969 chama “saber”. (PORGE, 2014, p.67-68- grifo do autor)

Tendo em vista essa operação, vislumbramos que na fala dos autismos algo prescinde do significante e privilegia os signos, dando a eles sentido absoluto. Nesse caso, os signos conservam uma conexão de similaridade e de continuidade com a coisa que representa. Prevalece, assim, o isolamento de elementos linguísticos em relação à

apreensão contextual. Os autismos, por esse ângulo, apontam para uma questão extremamente instigante, pois geralmente se sentem ameaçados frente às variações da relação coisa/signo. Eles tendem resistir aos efeitos provocados pelo significante na linguagem. Maleval (2012) defende essa tese ao considerar que os autistas, em sua intenção de fala, amarram a palavra à imagem, detendo-se à existência de coisas. Para o autor, o primado do signo, enquanto distinto do significante, subjaz-se revelando outro modo de funcionar na estrutura da língua.

A partir da noção de linguagem, sob a ótica da psicanálise, sobretudo, com Lacan, os autistas estão na linguagem desde seu nascimento. Embora, eles tentem se proteger da linguagem, como no gesto de tapar os próprios ouvidos, são afetados pela inundação da fala. Assim, em alguns casos, na medida em que há a identificação mesmo de ausência/dificuldade de/na fala, os autistas se servem de algum modo da linguagem. Portanto, eles operam com a linguagem, não estão fora ou alheios a ela. Nessa relação, engendra-se algo do saber-fazer com a estrutura e com a alteridade, com o universal e com o particular, levando em conta sua variante singular. Essa operação tem a ver com o modo como o autista se constitui na linguagem “para se sustentar no mundo como humano” (BURGARELLI, 2000, p.75).

Freud (1891/1977), em a *Interpretação das afasias*, introduziu a gênese da representação de palavra [*Wortvorstellung*] como resultado de um complexo associativo fechado, constituído pela superassociação da imagem acústica, motora (escrita e fala) e visual (leitura). Esse processo associativo nutre com o objeto uma relação analógica de exterioridade marcada pela incompletude. Nesse caso, a fala dos autistas não estaria justamente centrada neste fechamento? Embora sem resposta, essa questão serve para pensar que o primado do signo nos casos de autismos tem consequências “capitais em relação ao seu tratamento” (MALEVAL, 2015, p. 26), pois o sentido da representação não pode ser determinado pelo objeto, ou seja, a palavra não representa a coisa em si.

Nesses parâmetros, no tempo lógico de estruturação subjetiva o arranjo e o rearranjo dos traços de percepção vinculam-se às manifestações sinthomáticas que o sujeito apresenta de diferentes modos, em múltiplos assentamentos. Assim, as condutas aparentemente sem sentido, adotadas pelos autistas, podem ser tomadas como modos criados por eles para tornar possível sua relação com o Outro (VORCARO; RAHME, 2011), entendido nessa combinação como o “lugar em que se situa a cadeia significante que comanda tudo o que vai poder presentificar-se do sujeito” (LACAN, 1964/1985, p.200). Conforme tal premissa, nos casos de autismos a ecolalia, os neologismos, os balbucios,

os silêncios e as expressões corporais podem ser compreendidos como marcas de uma relação peculiar entre o sujeito e a linguagem. Desse modo, “algo de que não se compreenda nada é a esperança absoluta, é o sinal de que se foi afetado por aquilo” (LACAN, 1971/2003, p.99).

Nessa impossibilidade de se encontrar alguém da linguagem, os autistas são afetados por ela, ainda que não alcancem sua função na íntegra. Assume-se, portanto, a ideia de que o pleno funcionamento da linguagem não é mais condição absoluta para existência do sujeito. Segundo Burgarelli (2003), o tratamento psicanalítico de certos casos de autismos testemunha essa realidade na medida em que

o corpo do autista não é recortado pelo simbólico, por isso não se diferencia do corpo do outro, não se podendo tomar como um eu. Em outras palavras, pode-se dizer que os objetos, em sua dimensão de coisa, não puderam ser apagados, porque não se pôde engendrar uma gramática capaz de levar esse corpo a constituir-se, no engano do significante, como corpo pulsional. (BURGARELLI, 2003, p.83-84)

Em termos estruturais, quando a discussão envolve o tratamento dos autistas, emerge na literatura uma heterogeneidade de proposições sobre o assunto. A questão comparece como enigma, pois não há consenso quanto às abordagens de diagnóstico nem quanto aos dispositivos de tratamento. Essa problemática histórica ressoa no campo psicanalítico, via discussão das diferenças entre o autismo e a psicose infantil. No campo da teoria psicanalítica há premissas distintas que vão desde a ideia de uma semelhança/diferença estrutural entre autismo e psicose à conjectura do autismo como uma “não” estrutura. Embora a análise detalhada de tais premissas seja profícua, essa tarefa não se constitui objeto desta pesquisa. Pretendemos pôr em questão o fato de que os casos de autismos, sobretudo, na infância, revelam a possibilidade de diferentes amarrações entre o real, o simbólico e o imaginário, vinculadas a certa invenção e contingência de (in)possíveis formas de tratamento. Porge (1998) enfatizou a função da invenção como artifício do processo analítico, adjunta à noção de transformação a partir das marcas do sujeito, e a contrapôs à criação, que faz referência àquilo que se funda a partir do nada. Portanto, nossa interrogação recai sobre o ‘não decidido’ da estrutura na infância, visto que

o ponto de vista da patologia não é o da estrutura. A patologia se inscreve numa ordem que fixa uma média estatística avaliável de normalidade [...] Dizer patologia já é conceber o tratamento como finalidade, um tratamento que visa a uma *restitutio ad integrum*. A patologia cria uma fronteira entre o cuidador e aquele que está sendo cuidado, situa-se do lado do doente, não do cuidador. A noção de estrutura desloca as fronteiras. Na estrutura não existe déficit, mas agenciamento de elementos de acordo com certas configurações, com certas relações que são variáveis. A estrutura não se refere a uma norma a priori, mas aos parâmetros do desejo e da demanda. (PORGE, 2014, p. 30 grifos do autor)

Interessa à psicanálise a dimensão enigmática dos autismos, entendendo-os em seu sentido estrutural, e não conforme parâmetros de desenvolvimento, adotados por muitos da medicina psiquiátrica. Essa compreensão pode ser o “passo além dos outros” a que Lacan se referiu (1954-1955/2010) em relação à psicanálise. No que tange a estruturação subjetiva não há de se conjugarem fases evolutivas por não se conceber um a *priori* ou um a *posteriori*. A estruturação subjetiva ultrapassa a ideia de uma progressão contínua em que um movimento suplantaria o outro. Isso implica enfrentar as limitações de vocabulário e, de antemão, reconhecer a *existência de um* inconsciente em estruturação sob os efeitos da linguagem. Trata-se, portanto, de incluir, em um movimento de cotejamento, o inefável, as vacilações, o verbo forjado, naquilo que afeta o sujeito e “não cessa de não se escrever” (LACAN, 1972-73/1982). Nesse sentido, a dimensão enigmática dos autismos cuja marca tem a ver com a insistência do funcionamento sinthomático comparece como efeito do que se produz na trançagem RSI (VORCARO, 2017).

Como uma escrita, a estruturação se faz em linhas tortuosas, descentradas, livres de sucessividade, nas quais se engendram diacronicamente os elementos fundantes do sujeito, que não é

[...] sujeito no inconsciente, imaginado como um reservatório das pulsões, ele é a própria pulsação, é a fenda onde algo de não sabido de inconsciente se abre e se fecha assim que é apreendido pela consciência. O sujeito não é substancial, ele é o momento de eclipse que se manifesta no equívoco. (PORGE, 1996, p.502)

Nesse sentido, a psicanálise distancia-se do discurso psicopatológico, centrado em normatizações, para, de um ponto de vista parcial, escutar algo de uma “estruturação do desejo em face à demanda, ao real, ao gozo” (PORGE, 2014, p.30). Este, por sua

vez, produzido no singular, via enodamento real, simbólico e imaginário. Sob esse prisma, qual seria o papel do analista na clínica com crianças/bebês?⁶⁸ De que forma a sua posição incide no tratamento? Embora a clínica psicanalítica opere, especialmente, via oralidade fala, ela também se fundamenta na escuta que inclui a percepção de reações, desenhos, brincadeiras, e outras manifestações. Nessa perspectiva, mesmo que a criança pequena ainda não tenha linguagem oral, isso não equivale pensar que ela não possua uma linguagem, pois até a “forma de olhar é linguagem” (DOLTO, 2002, p.114). Assim, ao contrário de uma relação dicotômica, encontra-se, nessa realidade, um *corpolingagem*.

Sobre a possibilidade de vislumbramos uma concepção de tratamento psicanalítico com crianças pequenas e que inclua o corpo marcado pelo significante, destacamos o trabalho do casal Lefort, resultado de suas experiências clínicas com crianças em situações de abandono. Levando em consideração suas observações sobre o autismo, a psicose e as neuroses severas, os psicanalistas sustentam a tese de “estatuto do sujeito pela palavra” (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/ 1984). Essa experiência clínica rendeu ao casal duas importantes obras, quais sejam: *O Nascimento do Outro* (1951-52/1984) e a *Distinção do Autismo* (2017). Para esclarecer o que pretendemos articular com a leitura desses textos, destacamos a discussão suscitada pelos autores sobre o entendimento dos autismos como uma quarta estrutura, posição de singularidade frente às psicoses. Tendo em vista essa operação, os autores consideraram a hipótese de que entre os impasses implicados no advento do falante, localiza-se a ausência do Outro, o responsável por dar à criança “um corpo, com zonas erógenas prevalentes na vida pulsional” (LEFORT, R. & LEFORT, R., 1951-52/1984) , p.42). Nesse sentido, Outro nos autismos pressupõe uma ausência diferente, portanto, dos casos de psicose em que há Outro.

Diante da impossibilidade de ser representado por significantes, o autista não efetiva a operação de alienação, visto que “o significante não se torna corpo, não produz afeto”(LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/1984, p.84). A hipótese de fundar um laço corpo-a-corpo, sem divisão, leva os autores a pensar os autismos para além da via patológica, vinculando-os, a partir de Lacan, a uma trama argumentativa. Com essa proposição, os Lefort estabeleceram uma diferenciação entre os autismos e as psicoses. Na

⁶⁸ Parafrazeando Vorcaro (1999; 2004), a criança é o lugar onde se enlaçam: o organismo irreduzível, presença inequívoca do real; a cadeia significante, que sustém a pré-existência do simbólico, a alternância inicial entre presença e ausência e o imaginário materno, que baliza as expectativas e antecipações empreendidas pelo Outro primordial da criança.

visão dos psicanalistas, o psicótico possui tanto um objeto quanto um Outro, atrelados ao real como um objeto a mais. Conforme os autores,

na psicose, ainda que pudesse aí existir pulsão a partir do objeto real, o gozo em causa é aquele que do Outro a quem tudo é devido para salvaguardá-lo. No autismo, ainda que possa haver gozo, é de destruição que se trata; na ausência de qualquer objeto, resta em jogo apenas a pulsão de morte, única pulsão fundamental que, sem a imagem narcísica, exclui o amor, mas não o gozo. Na psicose, é o Outro que goza; no autismo, é o sujeito, na língua e na cultura. (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/2017, p. 53-54)

O argumento sustentado pelos Lefort é o de que nos autismos emergem os efeitos causados pela não inscrição da falta, e, portanto, pelo malograr da metáfora materna. Essa ausência posiciona o autista no lugar do objeto *a* como não especularizável, sem imagem fundada no espelho do Outro, um puro real. Essa posição, todavia, não se configura como objeto do Outro, segundo o apresentado pela psicose. Nesse caso, o Outro total do autista não personifica uma falha que possa estabelecer alguma alteridade, forasignificante, *locus* privilegiado do objeto *a*. Para os autores, a não divisão do sujeito gera “a ausência correlativa de um resto, o (a)” (LEFORT, 1951-52/1984, p.61). Impera, pois, nessa relação a ameaça de uma dissolução da dimensão simbólica.

A partir do caso de Marie Françoise, que aos 30 meses de idade fora encaminhada à clínica para tratamento de autismo, os Lefort (2017) pressupuseram que o Outro é ausente em razão de não ser furado:

[...] uma vez que ele não é barrado, isto é, sem equivalente com o significante que lhe falta. Nada falta ao Outro em particular, nenhum desejo que concerniria o seu lugar, como é o caso para todos os sujeitos em sua relação com seu Outro primordial. Esse Outro real absoluto, a quem nada falta, é bem diferente do Outro da psicose [...] O Outro da psicose corre o risco de não ter o objeto, e também o pequeno sujeito psicótico precisa fazer de tudo para salvaguardá-lo, em uma dívida sem fim. (LEFORT, 2017, p.27)

Há nessa formulação uma relação paradoxal nos casos de autismo. O Outro para o autista é absoluto, intrusivo e excessivo para ser tolerado. Por essa razão, a recusa a esse Outro passa a ser uma forma de defesa para os autistas. Ao tentar foracluir a ordem simbólica advinda desse Outro, ele faz “do significante um índice dessa realidade”,

(LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/1984, p.44) situando-se não apenas no registro do real, mas também no imaginário. Todavia, a recusa da presença do Outro não pressupõe que o autista se coloque totalmente alheio ao campo simbólico. Assim, como outorgou Lacan, o autista também maneja a linguagem ao manifestar sua recusa a ela.

Levando em consideração que o autismo, para os Lefort, localiza-se no Real, a nossa investigação parte da hipótese de Vorcaro (2016a) sobre a existência para o autismo de algum grau de imaginarização do Outro, associado à captura do que o Outro tem de “funcionamento maquínico”. Afinal,

[...] a proximidade do outro implica constatar a imaginarização incidente no autista, já que é, nesse caso, imaginarizado como um Outro avassalador a ser evitado. Esse Outro, pressentido como exterminador, situaria o autista como sua presa: a isso o autista recua, mesmo apresentando ensaios em que tenta capturar o que há de maquínico no simbólico. Entretanto, a totalidade do fracasso desse encontro impossibilita ao autista aparelhar-se com ele e desfrutar dele para constituir um anteparo que lhe sirva de medida de sua separação e diferenciação. (VORCARO, 2016a, p.20)

Com “a totalidade do fracasso desse encontro”, restaria ao autista, então, a criação de um duplo, fruto de um intenso trabalho psíquico que funciona como suplência, geralmente, permitindo-lhe construir uma borda e se aliviar do excesso de gozo. Por essa via, o autista pode ordenar sua realidade. O duplo, nesse caso, possibilita-lhe a localização de sua dinamização pulsional e a regulação da economia de gozo. Desse modo, “a função do duplo poderá assumir, por vezes, características apaziguadoras e protetoras”, permitindo ao autista alternativas de enunciação suportáveis, “diante da angústia gerada pelo despedaçamento do gozo e [devido] à falta desinente do equívoco da linguagem” (VORCARO, 2016, p.21). A função desse duplo indica, portanto, uma tentativa do autista de delineamento do campo do Outro, ainda que precária e por vezes falha.

Se, por um lado, para os Lefort, a divisão do sujeito “se faz no real de seu duplo, no real do mesmo” (LEFORT, 2017), por outro, depreendemos, com Maleval (2009), que o duplo não se confunde com o objeto autístico complexo. Esse objeto tolera sua imagem, permitindo a animação pulsional do autista. Para Maleval, seria um equívoco dos Lefort restringir o objeto autístico complexo a uma mera encarnação do duplo, fixando-o do lado da imagem real, i(a). Conforme o entendimento de Maleval (2009), o duplo em casos de autismo apoia-se no significante isolado, real, deixando o autista à

mercê de uma imagem que não representa a coisa, mas que é fixada a ela. A proposta desse psicanalista é a de que o duplo no autismo não incomoda o “eu” porque não o interpela em sua identidade, nem deforma a imagem especular, pois essa não existe. Em outras palavras, no autismo, não há imagem especular, nem delírio. Em seu lugar aparecem o duplo e as repetições, os comportamentos estereotipados e o uso da linguagem que expressa a diluição da letra. As elucubrações de Maleval (2009) supõem um passo à frente, com relação à elaboração dos Lefort, sobre a divisão do sujeito.

Conforme Maleval (2009), o duplo “vivo” porta uma organização pulsional que permite ao autista vincular-se ao mundo, mediante o Outro de síntese. Nesse caso, o duplo pode ser compreendido como um “objeto autístico complexo”, cuja principal função é “aparelhar um gozo pulsional em excesso” (MALEVAL, 2009, p. 170), proporcionando ao autista o dinamismo pulsional que lhe falta. Essa ideia é desenvolvida com auxílio das palavras de Temple Grandin,⁶⁹ mulher autista reconhecida mundialmente por suas pesquisas na área da biologia animal. Maleval (2009) recorreu aos estudos de Grandin para explicitar o funcionamento do objeto autístico. Como resultado de suas observações, Grandin criou a “máquina do abraço”, objeto autístico complexo, capaz de apaziguá-la nos períodos de angústia. Nas palavras de Grandin: “não era apenas uma fantasia de minha mente estranha. Era verdade. Pela primeira vez em minha vida senti que havia finalidade em estudar [...]. Por que a pressão de imobilização do brete conseguia acalmar reses assustadas e acalmar meus nervos?” (GRANDIN; SCARIANO, 2002, p.96)

A questão posta por Grandin vincula-se a uma possível associação entre seu duplo e o objeto autístico. Para Maleval (2009), o objeto autístico, ao compor a realidade do autista, pode amparar sua relação com a linguagem, materializada por meio dos signos. Essa elaboração única, singular, pode instigar o autista a desenvolver-se a partir dos elementos que compõem sua borda autística. O reconhecimento do modo singular pelo qual o sujeito vai se estruturando se faz imprescindível para a Psicanálise.

Nesse sentido, o resto de um acontecimento qualquer, tecido mnêmico que desponta na superfície da linguagem, completamente alterado, mascarado sob outras significações, revela que a diacronia do sintoma é governada pela sincronia do inconsciente.

⁶⁹ Temple Grandin, em seu livro *Uma garota estranha*, narra, entre outros fatos, sua instigante identificação com um boi (seu duplo vivo) em situação de aprisionamento em uma máquina “brete de gado” que evita seus movimentos antes do abate. Ao usar a máquina em si mesma, assim como o boi, Grandin sente-se calma, e encontra nisso razão para posteriormente dedicar-se ao desenvolvimento de outras máquinas que humanizem a morte do animal, diminuindo as toxinas liberadas e tornando a carne mais e mais saborosa.

Assim, aquilo que chamamos singularidade, a partir da hipótese freudiana do inconsciente, revela-se como um ponto nodal em que linguagem e desejo se articulam, permitindo avançar para além de seu significado de atributo para a de condição de estruturação psíquica, enquanto configuração única do momento mítico da subjetivação. Tendo em vista essa hipótese, há que se dizer que, a partir de Freud, o infantil passou a ser parte constitutiva de qualquer processo psíquico, de qualquer formação inconsciente.

Nesse ponto, retomamos a elaboração dos Lefort, sobretudo as suas interrogações, incertezas, vacilações e hesitações sobre as situações de “risco” psíquico na infância e a necessária suposição de algo que possa se inscrever como organizador psíquico para o *infans* via movimento de amarração entre Real, Simbólico e Imaginário. Para realizar tal discussão, apresentamos a seguir o resultado das observações dos autores sobre o tratamento de uma garotinha de apenas treze meses de idade, separada da mãe aos dois meses de vida, em razão de uma doença grave que acometera a genitora. Esse caso foi denominado pelos Lefort de “Nádia ou o espelho” (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/1984).

Conforme relato dos psicanalistas, desde que chegou à clínica, Nádia demonstrava sinais de que algo não estava bem. A garotinha permanecia a maior parte do tempo quieta na cama, sem brincar, evidenciando retardo psicomotor até mesmo quanto à apreensão de objetos. Alimentava-se depois de muita insistência das enfermeiras, mas sem prazer. Não tolerava muitas manipulações corporais, recusava o toque, quase sempre com um olhar apagado. A pequena menina sofria com diarreias e otites agudas, parecia só ter “corpo como objeto de cuidados” (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/1984, p.10).

Rosine Lefort, em suas visitas iniciais à criança, observou uma ausência do campo da satisfação na relação de Nádia com o próprio corpo e, por conseguinte, com o corpo do Outro e dos objetos. Compreender o que faltava ser inscrito em relação ao Outro inexistente para que a garota encontrasse satisfação foi o primeiro passo da psiquiatra. Segundo a analista, essa ausência decorria do fato de que Nádia estava alienada ao Outro, sob o registro do imaginário e do real, mas sem laço com o simbólico. Isso provocava em um determinado tempo fascínio pelo outro (quando, por exemplo, Nádia olhava com encantamento para outras crianças no momento em que estavam sendo cuidadas) e, em outro tempo, a recusa (a pequena menina quase sempre fechava os pulsos diante da tentativa de ser pega no colo por aqueles que tentavam uma aproximação). A aflição de Nádia, demonstrada durante o contato com seus semelhantes, fez com que

Rosine Lefort, em posição ética, estabelecesse a relação entre elas, “somente em nível do olho e da voz: lá onde alguma coisa de sua demanda de amor é suportável para ela” (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/1984, p.10). Ao assumir a posição de agente do Outro, a psiquiatra apresentou-se menos hostil e invasiva do que aqueles que se ocupavam em apenas atender às necessidades de Nádia.

Assim, a despeito de um corpo que padece, Nádia manteve uma vivacidade no olhar que chamou a atenção da analista e, a nosso ver, é por meio dele que algo se enodou em um laço possibilitando a saída de Nádia de sua condição de miserabilidade. Foi nessa situação de imobilidade de Nádia, “como objeto sem vida, inerte” (p.08) e sob risco subjetivo, por não ter “contato espontâneo com o adulto” (p.11), que Lefort principiou o tratamento analítico da garotinha. Assim, Rosine, graças a um “saber que se pode configurar de inconsciente” (p.11) procurou acolher e atribuir sentido às interpelações de Nádia, posicionando-se no lugar do Outro, detentor de significantes, mas sem ser um substituto da mãe. Diante dessa conjuntura, para a analista foi a partir dela mesma, na condição de pequeno outro, que se pôde encarnar o Outro simbólico. Foi se colocando nesse lugar que Rosine conseguiu escutar “o que ela [Nádia] tem a dizer, dizer a morte para poder viver” (LEFORT, R. e LEFORT, R.,] 1951-52/1984, p.11).

Rosine deixou de ser alguém indiferente para Nádia quando outra criança se aproximou da analista. Essa situação foi assim descrita por Lefort: “Eu lhe sorrio, mas não toco nela. Ela não responde e me olha sem que nenhum sentimento se reflita em seu rosto. Parece indiferente. Uma outra criança se aproxima de mim. Então ela me estende os braços com hesitação. Eu a tomo nos braços. Ela me olha longamente e esboça um sorriso” (LEFORT, R. e LEFORT, R., p. 1951-52/1984, 14). A cena referida incluiu o fato de que Nádia reagia, geralmente, de forma violenta, quando alguma outra criança não só interpelava Rosine como também recebia dela um objeto, brinquedos como “cubos”, “pintinho de pelúcia”, “boneca de pano” e “carrinho verde”, que em sua forma concreta ainda não eram simbolizáveis. Tais objetos foram introduzidos nas sessões como elementos “intermediários necessários para aceitação” do contato da analista, de modo que Nádia pudesse “gozar dele” (LEFORT, R. e LEFORT,R., 1951-52/1984,p.14). Com essa experiência, ao longo do tratamento, Nádia admitiu a presença de Rosine, passando a se apresentar também como objeto de desejo.

Segundo relato da analista, o objeto, no seu papel de mediador de gozo, faz com que o Outro possa comparecer enquanto furado. Manifesta-se nesse momento a primeira operação de separação em relação ao corpo. Nádia identificou a separação corporal en-

tre ela e a analista por meio de suas imagens refletidas em um espelho. Essa constatação sobreveio, inicialmente, com dificuldade e resistência. Nas palavras de Rosine, para a criança, a percepção de que “ela não está em mim, nem eu nela trouxe de volta uma crise de diarreia. Renascer é difícil, inquietante e cheio de inseguranças” (LEFORT, R. e LEFORT, R.,] 1951-52/1984, p.92). Por fim, Nádia admitiu o acesso da ilusão imaginária de um corpo despedaçado no mundo à imagem de um eu, afiançado por um ato de antecipação simbólica. Logo, não era mais o Real que estava em relevo, mas o imaginário e o Simbólico que inauguraram a relação com uma falta.

Sob esse prisma, a operação do autoerotismo oral em Nádia construiu-se em uma dialética na qual a pequena tomou o objeto dedo como fonte de prazer. Tendo em vista que este só pode tornar-se erótico, causa de desejo, se for separável, parece-nos que Nádia manifestou sua singularidade quando a analista compareceu ratificando seu desejo, enquanto desejo do Outro em sua extensão de barrado. Ora, diferente do sujeito situado na posição autista, a criança demonstrou reconhecer que o Outro pode não ser total e invasivo, portanto, suportável. Por essa razão, passou, gradativamente, a não reagir ao Outro com uma recusa. Essa operação foi colocada nos seguintes termos, durante a sessão com Nádia:

[...] mete seu dedo em minha boca, suga-o recomeça, como se o objeto erótico tomado de seu próprio corpo, só pudesse ter essa função em relação ao vazio de minha própria boca. O objeto dedo só pode excitar sua boca se ele está no lugar do objeto que ela me tomou, que ela me fez perder. Ser “separável de meu corpo”, é o que é exigível para fazer de um objeto um objeto de desejo: para causar desejo. (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/1984, p.19)

Interessa-nos extrair desse relato o fato de que Nádia, via inserção simbólica, foi inscrita na clínica psicanalítica, para além da prática de “ser manipulada sem ser falada” (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/1984, p.10). Rosine efetua uma aposta na presença de um sujeito na criança, logo, endereça-se a Nádia como sujeito. É sempre em torno da tentativa de fazer inscrever na criança algo que cause uma aliciação no desejo e na linguagem que a analista opera. Não se trata, por conseguinte, apenas de expor a criança à linguagem, visto que ela já está imersa em um mundo de linguagem. O que falta é banhá-la nos efeitos que o ato da fala endereçada mesmo que de forma incerta possa gerar quanto ao engajamento com um ser de desejo (VORCARO, 2009). A diferença radical desse tratamento foi a incidência da simbolização no processo de elabora-

ção de uma imagem corporal demarcada, de modo a remeter sentido à existência de Nádia no mundo. Advém nesse processo, o reconhecimento dos gestos da criança.

Essa realidade constituiu a lógica do lugar de acolhida materializado por Rosine em relação à Nádia, lógica que pôde permitir à menina sair de sua imobilidade e, gradativamente, movimentar-se com o ânimo próprio de uma criança em condição saudável. Parafraseando Lacan, é no campo do Outro, desse vivo, que a criança pode acessar novas configurações languageiras e sair de um (in)possível estado de indiferenciação. É nesse lugar que o sujeito pode aparecer. Essa proposição foi percebida na cena em que Nádia, após ser chamada pela analista pelo nome próprio, em um ato de nomeação, respondeu virando-se e sorrindo. Para Rosine, o sorriso e o “mamama” de Nádia, como respostas a seu chamado, evidenciaram que a pequena a reconheceu, ora:

Por mais breve que seja este sorriso é o sinal da brecha feita pelo meu chamado. Nádia é sensível à minha presença e esta presença é introduzida pelo significante de meu chamado. A sensibilidade que ela demonstra aí é sinal de que ela não está inteiramente fechada no que a fascina, mesmo se lhe custa renunciar à cena. Este sorriso endereçado a mim mostra que Nádia não é psicótica. Da satisfação alucinatória de seu desejo à minha presença de Outro, ela deu um salto pelo meu chamado nominal. (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/1984, p. 42)

Esse chamado teve consequências diretas sobre o tratamento de Nádia e evidenciou que o significante nome-próprio operou como referencial, implantando uma diferença capaz de permitir a Nádia transitar na e pelas tessituras da linguagem. Segundo Milner (2006), o nome traz também expressiva faixa de indeterminação à dimensão real. Do mesmo modo, esse nome apresenta-se também como símbolo dotado de ampla improbabilidade *a priori* e, por essa razão, invoca no sujeito a possibilidade de associar distintos significantes a sua dimensão imaginária: via homofonia na ordem da língua e homonímia no sentido real de alíngua, *lalangue*. Trata-se, portanto dos significantes “enredados” ao nome. Nessa perspectiva, o significante nome-próprio põe em questão o lugar da função do sujeito e evidencia o lugar mesmo em que este representa, na psicanálise, a garantia de unicidade, as amarras entre a palavra e o que, sempre de outro lugar, o determina.

Diante disso, destacamos que a homofonia, remetida ao imaginário, na condição daquilo que reverbera materialmente na língua sob a tônica do equívoco, opera na rede de significantes a despeito de qualquer propósito do sujeito falante. Ao causar nela furo,

tem-se, prontamente, “Um a menos” e “Um a mais” (MILNER, 2006, p. 32). Ora, a partir do dito de que há Um, entendemos também que há Outros, estabelecendo assim uma relação. Nessa operação, basta que dois elementos sejam identificados como semelhantes e dessemelhantes para que uma relação seja instituída. Tal proposição evidencia o que há de litoral em cada registro psíquico, remetendo ao nó borromeano, o fato de que *lalangue* comparece segundo as figurações tomadas pelo nó. Essas figurações pertencem à dimensão do evanescente, da alteridade, e funcionam como fomento para produção de uma verdade particular do sujeito. Nessas circunstâncias, levantamos a hipótese de que a subjetividade edifica-se pela exterioridade quando o Outro inscreve seu código, marcando as tramas significantes que vão enredar a história do falante.

É por meio da referência às figurações do nó borromeano que Rosine, ao se dirigir a Nádia, mesmo sabendo que ali ainda não havia um sujeito constituído, conferiu à menina o estatuto de sujeito. Entendemos, pois, que a criança, ser de linguagem, inscreve-se como sujeito desejante a partir do Outro que remete sentido ao seu apelo, tomando-o como demanda. Essa é a saída e, paradoxalmente, também o artifício com o qual a pequena terá que lidar. Portanto,

na condição de Outro primordial, o analista substitui a operação do significante, para produzir o que não teve lugar: corte, separação, negatização, furo. Operação de subtração a partir da qual se engendra um sujeito, ali onde faltava um efeito-sujeito, que tem o alcance de uma defesa contra o real [...] operação que vai do real ao simbólico. (VORCARO, 2005a, p.96)

Na proposição de Vorcaro (2005a), temos a leitura implícita do que se ouve do inconsciente como o valor da materialidade significante, que no tratamento analítico afeta a transferência segundo a qual o analista pode operar. Nesse caso, o Real, constituído de cortes, não é um contínuo opaco. Logo, não pode ser previsto, nem compreendido sob prescrições adaptativas, mas antes admitido e constatado. Ora, o desenvolvimento das crianças não está reduzido à sua maturação biológica. Ele vai além de uma progressão contínua em que um movimento superaria o outro.

Lacan registra ao lado desse processo a transferência como condição para a interpretação na clínica. Segundo o entendimento lacaniano, o analista tem autorização para interpretar em transferência e a própria transferência. O efeito desse movimento, funcionando como ato de amor, conforme Lacan, articula-se ao que falta ao sujeito e

pode ser evidenciado na análise como o desejo próprio e singular de cada um. Desse modo, a transferência oferece ao analista as condições necessárias para que ele possa ouvir o Outro e responder-lhe via atividade de interpretação, que é “essencialmente reintroduzida sobre o manejo do significante” (LACAN, 1956-57/1995, p. 180). É por meio da interpretação que novas tramas significantes são tecidas e, com elas, outras moções interpretativas podem insurgir. O sentido da interpretação não se esgota, pois seu mecanismo é também um jogo, um trabalho com elementos da língua. Ele traz a presença de desejo.

Em sua clínica com Nádía, Rosine incluiu no jogo interpretativo as percepções e emoções agressividade, angústia, raiva, agitação, medo e alegria que a criança manifestava em suas relações como signos passíveis de interpretação. Tal inclusão pode ser observada neste relato: “Desde o início da sessão, eu a sinto ansiosa, entretanto, ela me demanda diferentes contatos: vir para o meu colo e, pela primeira vez, que eu a tome em meus braços” (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/1984, p28). Segundo a analista, reações como essas são subsídios para interpretação na transferência. Notamos, com isso, que o cerne da relação analítica se dá no desejo da analista. Assim, a interpretação “só pode produzir algo novo pelo efeito do significante no advento do significado” (VORCARO, 2004, p. 80). O significado não se reduz a uma projeção, ele emerge dos distintos deslizamentos do significante, portanto tolera o equívoco. Nesse deslizamento, o significante não tem lugar legítimo, e o ato analítico só pode ser analítico enquanto contingente.

Os casos de risco psíquico precoce, ligados à aplicação da psicanálise, portanto, à urgência de uma intervenção que ata a criança ao Outro, rompendo com uma condição anterior, instiga-nos a algumas interrogações. Como pensar uma intervenção clínica que possibilite a queda de identificações imaginárias e que permita a criança ir além da condição a que esteve submetida até então, engajando-a na concatenação significante? Sob esse prisma, a função do analista não é de compaixão, simpatia ou compreensão, mas sim de assinalar o que a transferência causa fora do inconsciente para aí desvelar algo do desejo veiculado pela linguagem. Tal postura implica um movimento constante de abertura e cuidado necessários para que a criança possa efetuar desdobramentos.

Disso é importante reter que os desdobramentos da submissão de Nádía à linguagem por meio da presença do agente do Outro, nesse plano, favoreceu a constituição da formação do inconsciente e o desenvolvimento do eu na mesma proporção em que promoveu a separação. Com essa operação, alguns enlaçamentos se desfizeram, permi-

tindo novas amarrações e elaborações sem que, primordialmente, operasse certa regressão a um estado anterior. Em Lacan, isso quer dizer que o corpo será afetado pelo que nele foi inscrito: um saber que comanda e que se estrutura ao passar do bidimensional dentro-fora para o tridimensional dentro-fora-furo. Esse movimento permite a amarração dos três registros: simbólico, real e imaginário e, na intersecção deles, a presença do que não se pode fugir, o objeto *a*. Em termos topológicos, a partir da incidência do significante nome-próprio, a estrutura do corpo de Nádia não mais foi tomada como análoga a uma fita de *Moebius*, torcida sobre ela mesma, superfície de apenas um lado, sem exterior nem interior, portanto, não furada. Por outro prisma, a corpo de Nádia passa a ser tomado como corpo furado, tórico, efeito da experiência do espelho. Ao assumir uma imagem, o sujeito é afetado. Com efeito,

sobre seu corpo, alguma coisa aparece da ordem do furado, isto é, o furado real do seu corpo, da boca ao ânus, vai poder ser inscrito no Outro, logo na estrutura. Sua boca, no espelho lhe serve para me dar beijos, o peniquinho vazio, no qual ela bebe, é também furo. O outro orifício do furo de seu corpo, o orifício anal, que estava até então tapado pelo penico, não o está mais quando ela apresenta o penico separado diante do espelho, e que ela explora sua borda e seu fundo. Ela inscreveu, pelo espelho, na conta do Outro, o orifício superior e o orifício inferior do furo do seu corpo. Sua estrutura de corpo é agora tórica, com um interior, um exterior, e um furo central. (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/1984, p. 275)

Nessas circunstâncias, Rosine ofereceu à criança o próprio corpo “como corpo-cenário”. E este funcionou como uma espécie de tela em que a criança, ao tatear, manipular, pôde engendrar uma nova inscrição psíquica até então inexistente, oportunizada por uma alteridade que dá testemunho do sujeito. O eu é, assim, constituído como um precipitado de traços de identificação com o Outro. É, pois, a partir da experiência com o espelho que a estrutura corporal de Nádia pôde ser estabelecida. Isso aconteceu pelo seguinte movimento: “da metáfora de inclusão de superfície à sublimação metonímica da superfície do corpo pela superfície mesma do espelho” (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/1984, p.109). Sob tal lógica, Rosine reconheceu o fim do tratamento de Nádia. Isso porque, a transferência esgotou-se, e a pequena menina já podia, via construção especular, desprender-se da analista. No jardim de infância, Nádia mostrou-se cheia de vida e afetuosa, pronta para dizer “até logo”, pois “o simbólico libertou Nádia da pura privação” (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1951-52/1984, p. 172-174).

Em síntese, reconhecemos que a condução do tratamento por princípio supôs a construção de um olhar interrogativo da analista frente à criança e à sua existência. A psicanalista soube, sobretudo, não ser hostil, tolerando a não determinação do sujeito e, mais ainda, supôs na criança a presença de uma lógica e um saber: um sujeito, localizando-o, reconhecendo-o. Sobre esse fato, Neves (2010), em sua tese de doutoramento, salienta que

o tratamento de Nádia, passou por: retificação do Outro, o qual permitiu um processo de separação de um Outro invasivo pela construção de um Outro tratado; inscrição do Outro Simbólico e a circulação do sujeito na linguagem; amarração do terceiro tempo pulsional; e suplência do Outro Primário, que não deixa de denotar um agenciamento de uma função materna. (NEVES, 2010, p.116)

Seguindo a teoria lacaniana, percebemos que o ato da analista, como efeito de um corte, possibilitou uma abertura significativa, outorgando à criança a possibilidade de se localizar em algum lugar na enunciação. Ao se deslocar do lugar de alienação, a que estava fixada, e da invasão, que a continha, Nádia pôde com o tratamento “dizer” algo de si e do Outro. Ela pôde, então, inventar um “sou” diferente do Outro para si, reenlanchando-se ao social de modo próprio. Houve, pois, um engajamento da criança ao Outro simbólico e, dessa forma, fundou-se um laço social.

Em que poderia interessar, no campo da psicanálise, o relato do Caso Nádia? cremos que o aspecto significativo parece ser a incidência do significante no corpo da criança no curso do tratamento. Sob esse prisma, encontramos, a partir da clínica de Rosine, balizas que dão margem à interrogação sobre a adoção de protocolo com padrões para a avaliação de riscos ao desenvolvimento psíquico de crianças de até 18 meses de idade, segundo prevê a Lei 13.438/2017, sancionada no dia 26 de abril de 2017. Essa lei altera o artigo 14º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e institui, em seu artigo único, a aplicação obrigatória de protocolo ou de outro instrumento para *deteção de risco psíquico* a todas as crianças de zero até 18 meses de vida nas consultas pediátricas.

Segundo Kupfer (2009), há consenso suficiente sobre a necessidade do desenvolvimento de ações de atenção à saúde para o real avanço no campo do cuidado integral às crianças. A nova legislação pode significar um avanço nessa busca por novas proposições acerca do tempo e dos dispositivos implicados tanto no diagnóstico quanto no tratamento de crianças em vias de risco psíquico. Para a autora, a questão é “instituir

um olhar pediátrico que vê saúde e não doença psíquica na criança”.⁷⁰ Nesse sentido, a identificação de um possível risco para o desenvolvimento psíquico infantil decorrerá da ausência de características descritas via indicadores, sem, contudo, vislumbrar o estabelecimento de um diagnóstico definitivo, capaz de causar efeitos nefastos ao fixar a ideia da doença no lugar do tratamento. Esse posicionamento implica o reconhecimento de que no tempo da constituição os elementos mudam de lugar engendrando ordenamentos distintos. Dessa forma, a ideia de desenvolvimento humano não se resume em modificações produzidas pela plasticidade da evolução maturacional ou social ou à padronização de comportamentos. A esse respeito vale lembrar que

o sujeito pode constituir invenções para o atamento borromeano, em suprimento aos pontos de fracasso do enodamento, pontos em que a função da metáfora paterna não teve incidência, nas versões (péerversions) que amarram RSI para suportar a modalização subjetiva (VORCARO, 2005a, p.134).

Nesse ponto, a estruturação subjetiva perpassa o trançamento Real, Simbólico e Imaginário, e o que prevalece na infância é o “não decidido”. Assim, nos casos de crianças em vias de risco psíquico, os autismos, por exemplo, o tratamento “a tempo” poderia mudar seu destino pulsional (KUPFER, 2009). Nesse sentido, os elementos de significação incidem sobre a dimensão da cultura e da linguagem e, em torno destas, a criança poderá elaborar para ela um lugar próprio. Ora, importa considerar a chance de que

muitas mudanças na rota de um bebê ou criança pequena podem acontecer, inclusive dando mostras de que aquelas com sinais de autismo podem, com o tratamento psicanalítico, construir um outro caminho no mundo do Outro e da linguagem, livrando-se do aprisionamento que o autismo produz no sujeito. (VORCARO e FERREIRA, 2017, p.38)

Levando em conta tal conjuntura, consideramos pertinente a possibilidade de intervenções precoces, antes da plena constituição de uma estrutura psíquica, quando se pensa na projeção de consequências psíquicas menos graves no adulto, mesmo não havendo garantias em relação a essa intervenção. O ideal de que as crianças pequenas sejam alcançadas pelo direito às políticas públicas de atenção à saúde não deve ser deturpado pela presunção de que a aplicação do protocolo nas consultas pediátricas garantirá

⁷⁰ Afirmativa feita por Maria Cristina Kupfer no curso *Leituras do Autismo* Instituto Ninar Recife /PE, junho de 2017.

por si só resultados. A esse respeito, lembramo-nos da advertência feita por Lefort (1951-52/1984) ao afirmar que muitas instituições tentam, equivocadamente, assujeitar os indivíduos às suas regras, em nome de um ideal de projeto terapêutico, norteado por princípios igualitários. Nesses termos, em vez de abrir caminhos, o efeito de uma convocação diagnóstica do clínico pode limitar ou até mesmo engessar o sujeito em uma determinada configuração psíquica.

De modo especial, os autismos colocam “radicalmente em xeque o suposto positivista de que a cada fenomenologia nosográfica corresponde uma determinada etiologia” (JERUSALINSKY, 2005, *apud* Campanário 2006, p. 39),⁷¹ isso porque eles testemunham uma destituição exemplar da linearidade causal. Sob esse prisma, cabe ao analista “criar condições para a transmissão simbólica: resgatando a criança do anonimato do desejo, reconduzindo-a à herança de sua linhagem simbólica própria, para que o sujeito, constituído, possa fazer com ela algo de novo” (VORCARO, 2003, p.16). Nessa perspectiva, a função diagnóstica exercida pelo analista ultrapassa a barreira da opressão e do discurso reproduzido pelos adultos sobre a criança.

A psicanálise, ao se interessar pelos autismos e demais estruturas psíquicas, interroga o discurso institucional que se ocupa em deslocar o ideal do campo do Outro para o campo do sujeito. Esse contexto discursivo muitas vezes fundamenta-se em ideais normativos e utilitaristas que parecem defender uma solução subjetiva universal na direção do tratamento do sujeito, sem considerar a dimensão do Outro em sua constituição. Todavia, como apontaram Vorcaro e Ferreira (2017), a psicanálise não se rende aos ditames por sua supressão do campo científico atinente aos autismos, ela “segue seu destino de permanecer no passo de sua função: manter o humano vivo e pulsante frente às tentativas vigorosas de fazer desaparecer toda subjetividade e secar a vida desses sujeitos, reduzindo-os a “cérebros sem vida” ou a “deficientes” a serem adaptados (2017, p.16-17). A psicanálise toma a direção do tratamento dos autistas pelo reconhecimento do diferente como singular, em alteridade com o Outro que o constitui e não como expressão de anormalidade. Nessa perspectiva, cabe a ela então: “retificar e encontrar o sujeito, sua singular forma de estar no mundo e lidar com ele” (idem). Assim, no enfrentamento dos paradoxos da estruturação subjetiva, em oposição ao estabelecimento de diagnósticos fechados, a intervenção psicanalítica na infância não constitui uma operação de prevenção, mas uma possibilidade de moderação do gozo que

⁷¹ Aula proferida em São Paulo, no Instituto de Psicologia da USP, em 7 de novembro de 2005.

em excesso nos casos de autismos pode causar embaraços à constituição subjetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se sempre demasiadamente cedo. Contudo, esse demasiadamente cedo é simplesmente a evitação de um demasiadamente tarde.
(LACAN, 1975, p. 15)

Pensar as possíveis conclusões a que podemos chegar após a análise desenvolvida nesta tese, guiada muito mais por questionamentos que por afirmações, exige reconhecer que a dimensão da fala, apresentada como tal, institui o significado via captura do que se ouve de significante. Nesse jogo, o significado, efeito do significante, decanta-se da fala, necessitando de um material significante para constituir a possibilidade de representação. O significante nada produz senão na relação entre S1 e S2, ou seja, inserido em um sistema de relações diferenciais. Nesse processo, algo vem primeiro na composição da operação das associações e não carece do significado para funcionar nas relações do homem com o mundo.

Nesse sentido, compreendemos a estruturação subjetiva como a maneira pela qual o sujeito se constitui e se coloca no mundo. Essa elaboração inclui a instituição de sua aparelhagem psíquica e, também, a posição que ele assume diante da falta e diante do Outro. Assim, levando em conta a dimensão significante, consideramos que as questões levantadas neste trabalho instituíram o percurso trilhado para adentrarmos no enigmático universo dos autismos e, com isso, avançarmos na busca pelo que responde estruturalmente por sua constituição subjetiva. Tendo em vista os estudos acerca do funcionamento psíquico e do nó borromeano na psicanálise, vislumbramos que o tratamento das crianças autistas pressupõe o reconhecimento da singularidade, atravessada pela noção de não-todo e pela experiência inconsciente. Nesse caso, entendemos que a lógica singular põe em articulação as indeterminações psíquicas e o jogo pulsional.

O trajeto iniciado por essa busca partiu da novidade revelada por Freud nos primeiros textos (1886-1899) que tratam da teoria do aparelho psíquico, aparelho de linguagem e de memória. As elucubrações freudianas sobre o aparelho psíquico conduziram nossa jornada rumo ao percurso de constituição subjetiva do falante. Para Freud e Lacan, a função da fala, diferentemente do que seria tomá-la em sua função comunicativa, pressupõe a divisão subjetiva, isto é, o colocar-se na dimensão do Outro. Logo, essa ação de alteridade faz com que o aparelho de linguagem não coincida com a ideia de um aparelho para a linguagem. Isso porque se trata de um aparelho elaborado por lingua-

gem que não existe sem linguagem e sem ser falante. Nesse processo, deparamo-nos com a indicação de que a primeira experiência de satisfação põe em marcha o funcionamento desse aparelho, via nascimento das primeiras inscrições psíquicas no campo do desejo e da demanda. O Outro primordial, ao tomar o corpo da criança, transmite-lhe sua herança simbólica.

Desse modo, as percepções e ações do bebê, ora *corporealinguagem*, são interpretadas pelo Outro, o agente materno, por exemplo. Este, por meio da prosódia de sua voz, faz traço marcando o corpo do *infans*. A voz, nesse contexto, incorpora o significante, possibilitando ao *infans* alçar as condições necessárias para conferir significação às suas vivências procedentes. Dada à importância radical dos efeitos que a posição do Outro causa no laço com a criança, arriscamos, no decorrer desta tese, conjecturar o que agora, no final, pode ser lido da seguinte forma: o falante não é causa de si mesmo, visto que o simbólico o antecede, e modifica-o de modo primordial e irremediável. O significante engendra no corpo do *infans* uma cisão que o transforma em um ser de linguagem. Trata-se, então, da incidência da linguagem no corpo.

Essa incidência, inicialmente marcada pela alienação do *infans* aos significantes que o Outro lhe endereça, encontra na separação o Outro que não é o mesmo da alienação. Na separação, algo se faz como enigma. Isso significa que o Outro, nesse caso, o agente materno, não interpreta em absoluto as manifestações de seu bebê. Com efeito, nessa relação, a constituição do falante realiza-se mediante o estabelecimento de uma falta, ou seja, uma hiância causadora de uma sequência inaugural constitutiva da manifestação da alteridade, da diferença. Isso posto, vislumbramos a importância do caráter estrutural do processo de alienação e de separação ao discurso do Outro para a ascensão à posição de falante e à irredutibilidade dos efeitos de *lalangue*.

A complexidade da estruturação subjetiva em sua vinculação significativa com o lugar do Outro abrange efeitos da linguagem no vivente. Esses efeitos resultam do encontro com o desejo do Outro em um movimento pulsional necessário à estruturação do falante. Os significantes, nesse processo, instituem uma rede de traços que constituem o mundo do falante, cujo predicado primordial é a possibilidade de se enganar. Entendemos com Lacan que a questão não está no biológico e sim no registro do funcionamento psíquico do inconsciente estruturado como uma linguagem. Essa operação do significante aponta para um real irredutível, inominável, impossível, e incide na exploração das variações possíveis do enodamento RSI, assegurando a consistência do *falasser*, sob o efeito de um dizer.

Desde que a linguística introduziu na ciência a estrutura articulada ao significante como tal, a estrutura não é forma (LACAN, 1961-62/Inédito). Sendo assim, em termos topológicos, é necessário pensar a estrutura como uma combinatória capaz de fazer nova borda e o significante como o corte que a revela. Sob esse prisma, podemos considerar que o corte em oito-interior, da fita de Moebius, revela a estrutura do sujeito barrado pelo significante. Assim, no sentido de ‘organizações’ psíquicas ao longo do tempo, o aspecto estrutural, transpondo o fenomenológico, indica, *a posteriori*, que distintos cortes recorrentes podem impulsionar dialeticamente uma estruturação permanente. Logo, a função significante de corte possibilita novas condições de organização para o sujeito, abrindo espaço para novas significações.

Com base no exposto, direcionamos o nosso percurso para a compreensão do que se passa na estruturação subjetiva dos autistas. Partimos da figuração da trança na construção do nó borromeano e, com isso, depreendemos que nos autismos algo incide no enodamento dos registros RSI e exclui o Imaginário da ligação com o Simbólico e o Real. O enlaçamento no nó indica que os registros não se articulam por predominância ou por grau de estima ou mesmo de plano. Isso porque a escrita borromeana não suporta a primazia de um registro sobre outro. Tendo em vista essa elaboração, percebemos que as crianças autistas, embora entrem na alienação, apresentam dificuldades em realizar a intersecção entre os campos do ser e do Outro. Elas reconhecem o Outro em sua presença maciça, real, e não como uma presença simbólica. Nesse processo, o autista está aquém da articulação significante na substituição que o conduz entre significantes. Assim, a captura da criança pelo sentido alcunhado pelo Outro pode não incidir. Igualmente, a extração do objeto *a* não se concretiza. Nessa operação, o autista ocupa uma posição subjetiva que o afasta das relações de trocas.

Ademais, se o falante é constituído por linguagem e se existe na linguagem uma função que remete ao real, para além da dimensão simbólica, a dificuldade de comunicação dos autistas não extingue a sua condição de falante. A nosso ver, eles não estão fora da linguagem. E mesmo sua que organização psíquica revele a presença de traços de imutabilidade, isso não implica uma deficiência, não os impede de habitar o mundo, de mover-se sob os sentidos que os convocam a certa reciprocidade nas relações.

Considerando o aporte conceitual de Vorcaro (2014), o autismo foi tomado, para além das proposições psicopatológicas, como a maneira pela qual a criança se engendra no mundo da linguagem e como ela se posiciona na relação com o Outro. Assim, na

recusa da criança autista em fazer laço social, mantendo-se na borda do campo do Outro, há um modo singular de as crianças autistas se posicionarem frente à linguagem.

Em termos estruturais, ainda em investigação sobre o autismo, evidenciamos as discussões de autores acerca das diferenças entre o autismo e a psicose infantil. Tomar o autismo como uma estrutura peculiar, independente da psicose, inaugura uma nova possibilidade de posição estrutural para o sujeito. Essa compreensão abre caminhos para futuras investigações sobre novos e possíveis modos de tratamento clínico, incluindo nesse processo o debate sobre essa questão no campo da teoria psicanalítica. Esse ramo do conhecimento desvela as distintas amarrações entre o real, o simbólico e o imaginário, atreladas a certa invenção e contingência de (in)possíveis modos de estruturação. Na concepção psicanalítica, o psicótico possui tanto o objeto quanto o Outro. Estes, vinculados ao real como um objeto a mais. Já os autistas não praticam o imaginário via referência simbólica. Isso porque eles não efetuam a interpenetração entre o seu campo (do ser) e o do Outro. As interrogações sobre a estruturação subjetiva nos autismos reverberam a respeito do ‘não decidido’ da estrutura no tempo da infância.

Levando em consideração essa premissa, consideramos nesta investigação que a relação entre o RSI, o quarto elo e o *sinthoma* resulta na constatação do valor do significante na apreensão da realidade e, também, na instauração do funcionamento psíquico. Nesse sentido, o não enlaçamento do imaginário com o simbólico e com o real afeta tanto o processo de arranjo da imagem corporal quanto o de funcionamento das operações de alienação e separação em casos de autismo. Logo, a forma como se produz o desatamento e o reatamento do nó pode delinear a estruturação subjetiva. Diante disso, evidenciamos que a possibilidade de estabelecimento de um quarto elo no papel de suplência incide em uma nova organização na estrutura.

Nesse caso, os inventos da criança no autismo e suas decorrências devem ser percebidos como modalidades singulares de elaboração, e não como pura expressão clínica de desvio relativo à normalidade. Isso porque há um “saber-fazer do autista com o autismo” (VORCARO e FERREIRA, 2017, p.105). Ao reconhecer que cada autista possui um modo próprio de se posicionar no mundo, aqueles que lidam com essas crianças podem superar interpretações demasiadamente técnicas, quase rarefeitas, sobre o diagnóstico e o tratamento dessa estrutura. Destarte, o singular no campo analítico é sustentado no fundamento de cada gesto, olhar, palavra etc., que se constitui em um caminho único e impossível de se repetir sem um ponto de diferença.

A esse respeito, a Lei n.º 13.438/2017, sancionada em abril de 2017, representou um avanço no quesito diagnóstico do autismo. Conforme esse dispositivo legal, durante as consultas, as clínicas pediátricas devem aplicar, obrigatoriamente, um protocolo/instrumento para detecção de risco psíquico às crianças de zero até 18 meses de vida. Ao empregar esse instrumento, o profissional precisa levar em consideração a singularidade das crianças. Caso contrário, essa observação pode se transformar em um instrumento de imposição às crianças de regras institucionais, em razão de determinado plano terapêutico, orientado por descritores padronizados, como já havia notado os Lefort (1984 [1951-52]) com o caso Nádia. O aparato legal certamente possui expressividade, mas ainda está longe de ser o essencial da função de um tratamento. Cada um vive o processo de estruturação de forma única, caracterizado pelo resto daquilo que se deu em determinado tempo.

Nesse sentido, a ideia de risco parte do princípio de que as tendências diagnósticas deterministas e a análise isolada do caso devem ser inibidas em detrimento da observação articulada dos indicadores. A ausência ou a presença de um indicador característico não pode ser interpretada como sinal específico de uma patologia, nem resultar em um diagnóstico fechado. Isso porque é imprevisível a forma como cada sujeito se inscreve no suposto processo de subjetivação em curso. O caso Nádia retrata bem essa questão. Com as sessões clínicas prevalece a ideia da descoberta de um re-Nascimento do Outro de forma antecipada para a própria analista, Rosine Lefort. A psicanalista, desde o princípio, sustenta o investimento libidinal requerido para a constituição do vir-a-ser da criança.

A promulgação da referida lei lança luz sobre a discussão do diagnóstico e da intervenção precoce em situações de risco psíquico na infância. Com esse aparato legal, vislumbramos a possibilidade de realçar a importância de um trabalho clínico de construção e de antecipação subjetiva que esteja distante de preceitos terapêuticos universais. Assim, em vez de privilegiar o diagnóstico, é necessário destacar a condição da infância como um tempo de abertura a inscrições, tendo em vista a aposta na constituição do sujeito sob a perspectiva psicanalítica. Essa aposta, embora imaginária, alicerça-se na teoria e na interpretação das manifestações da criança. Logo, munido de um saber ético e sem a pressa por resultados imediatos, cabe ao analista promover um investimento libidinal no trabalho com a criança, compreendendo-a como um sujeito em potencial. Isso porque, não se trata de restaurar um fluxo de normalidade perdido em algum tempo pelas crianças autistas. Sobre essa questão, ainda há um longo caminho a

ser investigado e construído. Nesse caso, certamente a psicanálise põe-se como importante “escavadora”, pelo que ensina quanto à superfície discursiva do inconsciente e pela coragem de abalar as cristalizações do pensado à luz de uma perspectiva de normalidade que prevê um padrão comportamental esperado, inclusive de manifestação do corpo.

Importa, todavia, que todo e qualquer tratamento voltado para os casos de autismos cause efeitos para além de uma convicção diagnóstica e ou de uma determinação psíquica. Considerando tal proposição, reconhecemos legítima a realização de intervenções precoces, antes da constituição de uma estrutura psíquica em sua integralidade, se essa interferência resultar em implicações psíquicas menos drásticas *a posteriori*, embora não haja garantias sobre os benefícios dessa intervenção. Diante disso, é fundamental que estejamos atentos ao direito das crianças ao tratamento e cientes de que esse processo não se traduz em ratificar ou retificar significações prontas do conhecimento já estabelecido em relação aos autistas.

Sobre o tratamento psicanalítico de crianças autistas, entendemos que o analista em cena, ao mesmo tempo em que acolhe e interpreta como quem sabe algo, também é surpreendido. Diante disso, ele se mostra como quem não tem respostas e sofre os efeitos do “deslocamento que permite ajustar o que se observa clinicamente e a teoria que o prediz” (LE GAUFEY, 2007, p. 177). Esse processo de realização e elaboração desencadeia a presença-espaco-temporal e nos remete aos registros RSI, que, por sua vez, são possibilidades de sempre novos arranjos e rearranjos se constituírem no humano à trama dos significantes que tecem a sua história. Trata-se de levar em conta (não desprezar) essa dimensão mais ampla para “inventar” um modo de recolher um suposto organizado, conforme as especificidades do enlaçamento entre o Real, o Simbólico e o Imaginário. Ou seja, inventar saídas que não sejam articuladas exclusivamente pela produção de significados. Sob essa questão, entendemos que os impasses vivenciados pelo sujeito são matéria na clínica psicanalítica.

As perguntas norteadoras deste percurso reverberaram sobre a escrita da própria tese entre idas e vindas com o referencial teórico adotado. Desse modo, configurou-se a importância da leitura sobre a referência dos registros RSI para se pensar o processo de constituição subjetiva e seus embaraços. Isso porque as diversas amarrações podem ser efetivadas a despeito de distintos lapsos. Com efeito, chegamos ao entendimento de que o nó borromeano de três elos pode ser considerado apenas como uma estrutura ideal, pois os sintomas, em cada um, explicitam que a estrutura se organiza sob a égide da

falha. Essa elaboração admite, fundamentalmente, a necessidade de um quarto elo para que RSI mantenham-se atados. O quarto elo tem a função de estabelecer um tipo de laço que respeite a heterogeneidade dos registros do Imaginário, do Simbólico e do Real. Ele explicita a solução produzida pelo sujeito frente ao impossível de se enunciar. Partindo dessa perspectiva, na direção do tratamento, as vias de amarração RSI incluem recursos próprios da linguagem (metáfora e metonímia) e produzem como efeito inscrições subjetivas particulares.

Encerramos parte do percurso à luz da seguinte conjectura lacaniana: “tudo o que é da ordem do inconsciente como estruturado pela linguagem coloca-nos diante do seguinte fenômeno [...] tão-somente o exemplo particular nos permite apreender as propriedades mais significativas” (LACAN, 1957-1958,1999, p.69), concernentes à resposta ou à invenção de cada um diante de suas indeterminações. E mais, a linguagem permite a expansão de um campo e a invenção do novo. Nesse caso, não se trata de um ato redutível à dimensão cognitiva ou mesmo biológica, há de se considerar que a estruturação do sujeito acontece em uma trama tecida na lógica da efetuação da função da fala no campo da linguagem. Com a psicanálise, substitui-se a busca por garantias racionais e metodológicas pela responsabilidade em relação à transferência e seu manejo no tempo que se presentifica na radicalidade do significante.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de (1983). *Carlos Drummond de Andrade poesia e prosa em um volume*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

BARTHES, Roland (1970). *Crítica e Verdade*. São Paulo: Perspectiva.

BARTHES, Roland (2007). *Fragments de um Discurso Amoroso*. Trad. Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Roland Barthes).

_____. (2004). *O prazer do texto*. (Trad. Guinsburg, J). 4. ed. São Paulo: Perspectiva.

BRASIL. Lei n. 13.438, de 26 de abril de 2017. Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças.

BOSA, Cleonice Alves (2002). “Autismo e educação: atuais desafios”, in: BAPTISTA, Cláudio Roberto; BOSA, Cleonice (orgs.). *Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção*. Porto Alegre: Artmed.

BOUQUET, S. (1997). *Introdução à leitura de Saussure*. Trad. Carlos A. L. Salum e Ana L. Franco. São Paulo: Cultrix.

BURGARELLI, C. G. (2005). *Linguagem e escrita: por uma concepção que inclua o corpo*. Goiânia: Ed. da UCG.

BURGARELLI, C. G. (2000). “Língua materna, autismo e estruturação do sujeito”. *Revista Inter-Ação*, vol. 1, n.1, Goiânia: FE/UFG, pp. 69-77.

CAPANEMA, Carla Almeida (2015). *A contingência da paternidade como forma de amarração do quarto elo do nó borromeano na adolescência*. Tese de Doutorado em Psicologia. Belo Horizonte: Fafich/Universidade Federal de Minas Gerais.

CAMPO Haroldo (2010). “O afreudisíaco na galáxia de lalíngua (Freud, Lacan e a escritura)”, in: _____. *O segundo arco-íris branco*. São Paulo: Iluminuras, pp. 227-248.

COSTA, Ana (2003). “Algumas reflexões sobre a inscrição da letra”, in: LEITE, Nina Virgínia de A. (org). *Corporeolinguagem: gestos e afetos*, Campinas: Mercado das Letras, pp.55-85.

DARMON, Marc (1994). *Ensaio sobre a topologia lacaniana*. Porto Alegre: Artes Médicas.

DE LEMOS, Claudia. (2001). *Sobre o estatuto linguístico e discursivo da narrativa na fala da criança*. São Paulo: Linguística, vol.13, pp. 23-60.

DOLTO, F. (2002). *Tudo é Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

- DOR, J. (1993) *Introdução à leitura de Lacan*, vol. 1. Porto Alegre: Artes Médicas.
- FREUD, S. (1891[1977]). *A interpretação das afasias*. Lisboa: Edições Biblioteca 70.
- FREUD, S. (1892-1899[2006]). “Extratos dos documentos dirigidos a Fliess”, in: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 1, Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1895[1950]). “Projeto para uma psicologia científica”, in: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1896[2006]). “Carta 52”, in: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1900[2006]). “A Interpretação dos sonhos”, in: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 4-5. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1905[2006]). “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, in: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 5. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1911[2006]). “Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico”. in: *Obras Psicológicas de Sigmund Freud*, vol. I. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1912-1913[2006]). “Totem e tabu”, in: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 13. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1915[2006]). “Os Instintos e suas Vicissitudes”, in: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1916-1917[2006]). “Conferência XXV”, in: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, Vol. 26. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1920[2006]). “Além do princípio do prazer”, in: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 123-198.
- _____. (1923[2006]). “O ego e o id”, in: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1925a[2006]). “Uma nota sobre o 'Bloco Mágico’”, in: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 19. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1925b[2006]). “A negativa”, in: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 19. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1932[2006]). “Conferência XXXII”, in: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

- GADIA, Carlos A.; TUCHMAN, Roberto; ROTTA, Newra T. (2004). “Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento.” *Jornal Pediátrico*, vol. 80, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572004000300011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- GRANDIN, Temple; SCARIANO, Margaret M (2002). *Uma menina estranha: autobiografia de uma autista*. São Paulo: Cia. das Letras.
- GRANON-LAFONT, Jeanne (1988). *A topologia de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GOERGEN, M. S. (2013). “Sobre o diagnóstico em transtorno do espectro autista (TEA): Considerações introdutórias à temática”, in: SCHMIDT, C. (org.). Campinas: Papirus, (Série Educação Especial), pp. 29-41.
- HYPOLITE, Jean (1998). “Comentário falado sobre a *Verneinung*”. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 893-902.
- JAKOBSON, R. (1956/2005) *Linguística e Comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.
- JERUSALINSKY, Antônio. *Psicose e Autismo na Infância: uma questão de linguagem*. *Boletim*, APPOA, n. 9, pp. 62-73, nov./1993.
- JERUSALINKS, Julieta. *A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo*. Tese de doutoramento, PUC, SP 2009.
- KANNER, L. (1943). *Os distúrbios autísticos do contato afetivo*. Disponível em: <<http://www.profala.com/artautismo11.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2017.
- KAUFMANN, Pierre (1996). *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.
- KUPFER, M. C. M; Jerusalinsky, A., Bernardino, L.F., Wanderley, D., Rocha, P., Molina, S., Sales, L., Stellin, R., Pesaro, M. E., Lerner, R. et al. (2009). “Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica”, in: *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology*, São Paulo, v. 6, n.1, pp. 48-68.
- LACAN, J. (1949[1998]). “O estágio no espelho como formador da função do eu tal como nos é revelado na experiência psicanalítica”, in: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LACAN, J. (1953[1998]). “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, in: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LACAN, J. (1953[2008]). *O mito individual do neurótico*. Trad. Cláudia Berliner. Rio de Janeiro: Zahar.
- LACAN, J. (1953-54[1979]). *O Seminário, livro 01: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1954[1998]). “Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a ‘Verneinung’ de Freud”, *in: Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1954-1955[2010]). *O seminário, livro 02: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Trad. Marie Christine Laznik Penot. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1955[1998]). “A coisa freudiana ou o sentido do retorno a Freud em psicanálise”, *in: Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1956[1985]). *O Seminário. Livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1956-1957[1995]). *O Seminário. Livro 4: A relação de objeto*. São Paulo: Zahar.

LACAN, J. Jaques. (1957[1998]). “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, *in: Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1957-58[1999]) *O Seminário. Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACAN, J. (1958[1998]). “Significação do falo”, *in: Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1958-1959[2002]). *O Seminário. Livro 6: O desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1959-1960[1997]). *O seminário. Livro 7: A ética da psicanálise*. Trad. Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1960[1998]). “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”, *in: Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1960-1961[1992]). *O Seminário. Livro 8: A transferência*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1961[1962]). *O Seminário. Livro 9: A identificação*. Tradução (Provisória) da Associação Freudiana Internacional. Seminário inédito.

LACAN, J. (1962-1963[2005]). *O Seminário. Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1964[1985]). *O Seminário. Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1967[2006]). “Lugar, origem e fim do meu ensino”, *in: Meu ensino*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1967[2003]). “A locução sobre as psicoses da criança”, *in: Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1968-1969[2008]) *O Seminário. Livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1969-1970[1992]). *O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1970[2003]). "Radiofonia", *in: Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1971[2003]). "Lituraterre", *in: LACAN, J. Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1972-1973[1982]). *O Seminário. Livro 20: Mais, ainda*. (Trad. M. D. Magno). Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1973-1974). *O Seminário XXI: Les nons dupés errent*. Inédito.

LACAN, J. (1974[2005]). *Triunfo da religião precedido de discurso aos católicos*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1974-1975). *O Seminário. Livro 22: R. S. I.* Tradução não publicada.

LACAN, J. (04/10/1975). "Conferência em Genebra sobre o sintoma", *in: Opção Lacaniana*, n. 23, dez. 1998.

LACAN, J. (1975[1998]). "Conferência em Genebra sobre o sintoma", *in: Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise* (23), 6-16. São Paulo: Eolia. (Trabalho original proferido em 1975).

LACAN, J. (1975-1976[2007]). *O Seminário. Livro 23: O sinthoma*. Trad. S. Laia. Rio de Janeiro: Zahar.

LAURENT, Éric (2012). "O que nos ensinam os autistas", *in: MURTA, A. e CALMON, A.; ROSA, M. (org.). Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana*. Belo Horizonte: Scriptum, pp. 17-44.

LAURENT, Éric (2014). *A batalha do autismo: da clínica à política*. Editora Cia de Freud. Rio de Janeiro: Zahar.

LAZNIK, M. C. (2011). *Rumo à fala. Três crianças autistas em psicanálise*. Trad. Pro-cópio Abreu. Rio de Janeiro: Editora: Cia de Freud.

LE GAUFY G. (2007). *El notodo de Lacan. Consistencia lógica, consecuencias clínicas*. Buenos Aires: El Cuenco de Plata.

LEFORT, R. e LEFORT, R., (1951-1952[1984]). *O nascimento do Outro*. Salvador/BA: Biblioteca Freudiana Brasileira.

LEFORT, R. e LEFORT, R. (2017). *A distinção do autismo*. Trad. Ana Lydia Santiago e Cristina Vidigal. Belo Horizonte: Relicário.

LEITE, N. V. de A. (org.) (2003). *Corpolinguagem: gestos e afetos*, Campinas: Mercado de Letras e Faep/Unicamp.

LEITE, N. V. de A. (2005). *Corpolinguagem: a est(ética) do desejo*. Campinas: Mercado de Letras e Faep/Unicamp.

LEITE, N. V. de A. (2005) “Autismos: uma contribuição para se pensar o sujeito em psicanálise.” *Inter-Ação*, vol. 30, n.º 2. Goiânia: Fac. Educ. UFG.

LEITE, N. V. de A. (2001). *Passagem do infans ao falante: do tempo a se contar*. Porto Alegre: EDIPUCRS. (Coleção Memória das Letras).

LEITE, N. V. de A. (2004). “Corpolinguagem”, in: *Quem fala na língua? Sobre as psicopatologias da fala*. Salvador: Ágalma.

LUCERO, Ariana. *Relação de objeto e constituição subjetiva: considerações sobre o objeto em Jacques Lacan*. Tese de doutoramento, UFMG, 2015.

LUCERO, Ariana e VORCARO, Ângela (2009). “Das Ding e o outro na constituição psíquica”. *Estilos da Clínica*, ano XIV, n.º 27, pp. 230-251.

LUCERO, Ariana e VORCARO, Ângela (2010). “Entre Real, Simbólico e Imaginário. Leituras do autismo.” *Psicol. Argum.*, Curitiba, vol. 28, n.º 61, pp. 147-157 abr./jun.

LUCERO, Ariana e VORCARO, Ângela (2015). *Os objetos e o tratamento da criança autista* Fractal: Revista de Psicologia, vol. 27, n.º 3, pp. 310-317, set./dez.

MALEVAL, J. C. (2014). “Por que a hipótese de uma estrutura autística?” in: *Opção Lacaniana online*, nova série, ano 6, n.º 18, nov. 2015. Texto originalmente publicado em *La Cause du désir*, n.º 87/88 e 89, com o título: “Pourquoi l’hypothèse d’une structure autistique?”. Paris: ECF. Disponível em: <http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_18/Por_que_a_hipotese_de_uma_estrutura_autistica.pdf>.

MALEVAL, J. C. (2009). *L'autiste et sa voix*. Paris: Éditions du Seuil.

MALEVAL, J. C. (2012). “Língua verbosa, língua factual e frases espontâneas nos autistas.”, in: MURTA, A. e CALMON, A.; ROSA, M. (org.). *Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana*. Belo Horizonte: Scriptum.

MALEVAL, J. C. (2015). “Por que a hipótese a de uma estrutura autística?”. *Opção Lacaniana*, nova série, ano 6, n.º 18.

MALEVAL, J. C. (2007). “Os objetos autísticos complexos são nocivos?”. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, vol. 15, n.º 2, pp. 223-254.

MELMAN, Charles (1992). “Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país”, in: CALLIGARIS, Contardo (org.). Trad. Rosane Pereira, São Paulo: Editora Escuta.

- MILLER, J. A. (2012). “Os seis paradigmas do gozo.” *Opção Lacaniana*, nova série, ano 3, n.º 7.
- MILLER, J. A. (1996). *Matemas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MILNER, J. C. (1978[2012]). *O amor da língua*. Trad. P. S. de Souza Jr. Campinas: Editora da Unicamp.
- MILNER, J. C. (2006). *Os nomes indistintos*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- MORAES, M. R. S. (1999). *Materna/estrangeira: o que Freud fez da língua*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP.
- NEVES, Brenda Rodrigues da Costa (2010). *De Um olhar ao Outro: a intervenção da psicanalista Rosine Lefort na clínica da criança Nádia*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Minas Gerais.
- PORCHAT, P. (2005). *Freud e o teste de realidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- PORGE, Erik (1998). *Os nomes do pai em Jacques Lacan: problemáticas e pontuações*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- PORGE, Erik (2014). *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Trad. J. Guillermo Milán-Ramos. Campinas: Mercado de Letras. (Coleção Terramar)
- PORGE, Erik e SOULEZ, Antonia (1996). *Le moment cartésien de la psychanalyse: Lacan, Descartes, le sujet sous la dir. de Paris*. Strasbourg: Arcanes.
- ROUDINESCO, Elizabeth e PLON, Michael (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SAFATLE, V. (2006). *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Unesp.
- SAUSSURE, F. (1916[2006]). *Curso de Linguística Geral*. 6. ed. São Paulo: Cultrix. 1973.
- SANTOS, Dayanna P. (2013). *O inconsciente nos primeiros textos de Freud. Aparelho psíquico, aparelho de linguagem e aparelho de memória*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- SOLER, Colette (1998). *Sintomas*. Bogotá: Asociación del Campo Freudiano de Colômbia.
- SOLER, Colette (1999). “Autismo e Paranoia.”, in: ALBERTO, S. (org.). *Autismo e Esquizofrenia na Clínica da Esquize*. Rio de Janeiro: Marca d'Água. pp. 219 -232.
- VIVÉS, J. M. (2009). “A pulsão invocante e os destinos da voz”, *Psicanálise & Barroco*, 7(1), pp.186-202. Disponível em:

<<http://www.psicanalisebarroco.pro.br/revista/revistas>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

VIVÈS, Jean-Michel. *Para introduzir a questão da pulsão invocante*. Inédito. 2005.

VORCARO, Ângela. M. R. e CAPANEMA, Carla Almeida (2010). “Desastre e acontecimento na realidade psíquica”. *Psicologia Revista*, vol. 16, n.º 3, Belo Horizonte.

VORCARO, A. e LUCERO, A. (2010). “Entre real, simbólico e imaginário: leituras do autismo.”, *Psicologia e Argumento*, 28 (61), pp.147-157.

VORCARO, A. M. e FERREIRA, Tânia (2017). *O tratamento psicanalítico de crianças autistas: diálogo com múltiplas experiências*. Belo Horizonte: Autêntica.

VORCARO, Ângela (2003). “Sob a clínica: escritas do caso”, *Literal*. Revista da Escola de Psicanálise de Campinas, n.º 6.

VORCARO, Ângela. M. R. (2017). “Um refrão surdo ressoa no corpo”. In: BURGARELLI, Cristóvão Giovani (org.). *Padecer do significante: a questão do sujeito*. Campinas, SP: Editora Mercado de Letras.

VORCARO, Ângela M. R. (2005a). *Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

VORCARO, Ângela. M. R. *A angústia nos autismos e nas psicoses da infância*. Reverso Belo Horizonte n.º 56, 2008.

VORCARO, A. (2005b). “Incorporação do organismo na música do Outro desejante.”, in: LEITE, N. V. de A. (org.). *Corpolinguagem: a estética do desejo*. Campinas: Mercado de Letras.

VORCARO, Ângela M. R. (2004). *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

VORCARO, Ângela M. R. (2016a). *Paradoxos do diagnóstico psicanalítico nos autismo*. Estilos da clínica. vol. 21 n.º 3, São Paulo.

VORCARO, Ângela. M. R. (2016b). “O tratamento do autismo: notas introdutórias.”, *Analytica*, | São João Del-Rei ,v. 5 , n. 9, p. 4-30, jul./dez.

VORCARO, Ângela M. R. (2009). *Topologia da formação do inconsciente: o efeito sujeito*. Estudos Lacanianos, v.03, p. 45-62, jul./dez.

VORCARO, A.M. (1999). *Transferência e interpretação na clínica com crianças autistas e psicóticas*. São Paulo: Revista Estilos da Clínica.

VORCARO, A. M. e RAHME, M. (2011). “Interrogações sobre o estatuto do outro e do Outro nos autismos.” *Associação Psicanalítica de Curitiba*, n.º 22, pp. 29-52

ZALCBERG, Malvine (2007). *Amor paixão feminina*. Rio de Janeiro: Elsevier.